

67

SETEMBRO 2023 – DEZEMBRO 2023

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

**CONSELHO EDITORIAL
INTERNACIONAL**

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY

ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM

ARTURO HUERTA UNAM

FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA

FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII (*IN MEMORIAM*)

FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE

LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS

ANITA KON PUC-SP

ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (*IN MEMORIAM*)

CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO

ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP

FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA

GUIDO MANTEGA FGV-SP

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG

JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP

LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP

MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB

MARIO DUAYER UFF (*IN MEMORIAM*)

NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU

PAULO NAKATANI UFES

PAUL SINGER USP (*IN MEMORIAM*)

PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS

REINALDO CARCANHOLO UFES (*IN MEMORIAM*)

ROSA MARIA MARQUES PUC-SP

THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (*IN MEMORIAM*)

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA (*IN MEMORIAM*)

MARISA SILVA AMARAL (UFU) PRESIDENTE

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) VICE-PRESIDENTE

DIRETORIA

Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente UFF

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marco Antonio Martins da Rocha UNICAMP

Paulo Nakatani UFES

Pedro Henrique Evangelista Duarte UFG

Roberta Sperandio Traspadini UNILA

Vanessa Petrelli Corrêa UFU

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES

Leda Maria Paulani USP (EDITORA-CHEFE)

Carla Curty UFRRJ

Janaína Elisa Patti de Faria UFVJM

Jaime Ernesto Winter Hugues León UFRJ

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - Bloco F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

REVISÃO

Airton Paschoa

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2023**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill

NÚMERO 67

SET 2023 – DEZ 2023

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

12 **Limites da alternativa endógena na Venezuela bolivariana (1999-2013)**

Ana Carolina Lima Gomes e Pedro Henrique de Moraes Cicero

43 **Acumulação por Espoliação e Atividade Agropecuária na Amazônia Brasileira**

José Raimundo Barreto Trindade e Lucas Paiva Ferraz

78 **Corporações transnacionais e capitalistas do Sul Global: o caso da Natura & Co. e do Iedi**

Thiago Aguiar e Pedro Micussi

109 **O Estruturalismo e a Economia Institucionalista Original (EIO): uma aproximação teórica e as possibilidades de conciliação entre as abordagens de Celso Furtado e Thorstein Veblen**

Herton Castiglioni Lopes

132 **O conceito de crise em Marx e sua expressão no cálculo diferencial**

Raquel de Azevedo

164 **Os limites dos pressupostos mercadológicos do debate sobre o cálculo econômico no socialismo**

Gabriel Duccini

RESENHA

**193 Political Economy of Palestine: Critical, Interdisciplinary, and
Decolonial Perspectives**

Vitória Paschoal Baldin e Daniela Osvald Ramos

198 NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Mudanças substantivas ocorreram no panorama geopolítico desde que escrevemos a apresentação do número anterior da *Revista da SEP*, há cerca de quatro meses. A principal delas é, sem dúvida, o recrudescimento da situação conflituosa, constituída várias décadas atrás, entre Israel e Palestina, a partir dos atentados de 7 de outubro. Evento com imediata repercussão mundial, a ferocidade da reação do Estado de Israel mobilizou milhões em protesto nas ruas das principais cidades do planeta, constituindo as maiores manifestações de massa já vistas desde o final da Segunda Grande Guerra. As repercussões no plano ideológico tampouco foram desprezíveis, com o inequívoco revigoramento da extrema direita no globo. Mas a funesta conjuntura serviu igualmente para colocar no centro das atenções a situação atroz da Palestina, com seu povo recorrentemente agredido e violentado em seus direitos, seja na prisão a céu aberto em que se transformou Gaza, seja no *apartheid* que comanda a vida dos palestinos também nos territórios da Cisjordânia.

Como pensar o andamento da vida material numa situação tão singular? Vitoria Baldin e Daniela Ramos trazem para este número de nossa revista a resenha do livro *Political Economy of Palestine: Critical, Interdisciplinary, and Decolonial Perspectives* (Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 362 p., 2021). Organizado por Alaa Tartir, Tariq Dana e Timothy Seidel, o livro porta uma coleção de artigos que postulam o entendimento de que uma abordagem econômica despolitizada é inadequada para compreender a realidade da Palestina ocupada. A partir de uma reflexão

sobre as lógicas e estruturas neoliberais ali predominantes, baseadas na exploração e desapropriação executadas por Israel e pelos negócios globais, o volume visa desnaturalizar as práticas do colonialismo capitalista, obtendo uma análise historicizada dessa economia tão peculiar. Segundo a resenha, a abordagem crítica decolonial dos autores dos capítulos explora o modo como a economia política da região é moldada por processos — coloniais e neoliberais — de acumulação por exploração e de acumulação por expropriação. Nessa medida, auxilia na compreensão do estado atual, bem como de seus liames com o processo de acumulação de capital em nível mundial.

Outro evento de crucial importância, principalmente para nossa América Latina, foi o resultado da recente eleição argentina, a qual elevou ao posto mais alto de um dos países mais importantes do continente um extremista ultraliberal, “anarcocapitalista” por autodefinição, o histriônico Javier Milei. Trilhando caminho semelhante ao do Brasil recente, mas em meio a uma situação macroeconômica muito mais complicada, o eleitorado do país vizinho caiu na narrativa antissistema de Milei, complicando nossa vida por aqui, mas sobretudo demonstrando que os anos esperançosos da famosa “onda rosa”, que varreu o continente logo no início do século, ficaram definitivamente para trás.

O bolivarianismo de Hugo Chávez foi seguramente um dos elementos mais marcantes, senão talvez o mais característico dessa onda. Neste número, Ana Carolina Gomes e Pedro Henrique Cicero refletem sobre os limites do endogenismo na Venezuela bolivariana. Tendo como retaguarda teórica o conceito de crise estrutural de István Mészáros, os autores buscam analisar de que modo se articularam aí, por um lado, as condições objetivas de produção sob o mecanismo do desenvolvimento endógeno, e, por outro, o padrão de reprodução capitalista que se torna hegemônico como resultado da referida crise. Para os autores, a crise estrutural (na visão de Mészáros, não mais cíclica, mas endêmica, crônica e cumulativa) teria reatualizado a dependência petroleiro-rentista do país caribenho, constituindo um limite à estratégia bolivariana de desenvolvimento das forças produtivas

domésticas mediante elevação do mais-valor relativo, gerando a agudização da crescente especialização produtiva a que a Venezuela está submetida.

A situação limite da Venezuela tem seus correspondentes locais também em outros países da América Latina, como o Brasil. Não é de hoje que se discute a reprimarização de nossa pauta de exportações, bem como a exploração cada vez mais acentuada de nossos recursos naturais. José Trindade e Lucas Ferraz apresentam artigo em que estudam a dinâmica da acumulação de capital do agronegócio brasileiro na região conhecida como Amazônia Legal brasileira. Fundados no conceito marxista de acumulação primitiva, devidamente atualizado com a noção de acumulação por espoliação de David Harvey, eles ilustram as dinâmicas características desses processos, tal como aí se estabelecem, como a expropriação de terras e a espoliação da natureza, sendo a despossessão, para eles, o principal motor por meio do qual ocorre a expansão capitalista na região.

O tipo de associação existente entre o agronegócio e as práticas espoliativas tende a se repetir em todos os setores em que há a atuação de grandes corporações e grandes grupos de capital. Tais personagens importantes do processo de acumulação, e que ganham cada vez mais poder na quadra que atravessamos, marcada por um incisivo processo de centralização de capitais, têm a capacidade de influir também na dinâmica política das economias locais, sobretudo em países periféricos, nos quais a condição dependente nunca deixou de existir, ainda que tenha ganhado novas formas. Em artigo neste número, Thiago Aguiar e Pedro Micussi mostram não só a transformação da brasileira *Natura* numa corporação transnacional sediada no Brasil (a quarta maior empresa de cosméticos do mundo), como o poder que ela adquiriu, tendo influenciado, por exemplo, uma profunda alteração na orientação político-ideológica do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi): de influente *think tank* desenvolvimentista, a instituição passa a defender políticas de ajuste estrutural e abertura econômica, bem como estratégias de transnacionalização.

Ainda neste número temos outro artigo que discute, desta vez diretamente e em plano estritamente teórico, *approachs* capazes de dar conta do processo de desenvolvimento na periferia. Herton Lopes salienta a possível convergência entre o estruturalismo latino-americano e o institucionalismo original quando o objeto de estudo são as economias periféricas. Tendo em vista as obras de Thorstein Veblen, por um lado, e de Celso Furtado, por outro, o autor sugere a existência de substantivos pontos de contato entre as duas visões, como a compreensão do desenvolvimento enquanto produto de um processo evolucionário de consolidação das instituições e a forma como as instituições determinam a aplicação do excedente e o progresso da indústria (consumo conspícuo em Veblen e efeito-demonstração em Furtado).

O debate acerca das questões relativas ao desenvolvimento, além de imamente a um modo de produção cuja lógica é a expansão, remete necessariamente à crise, a seus determinantes e às formas de sua superação. Com tal objeto em foco Raquel Azevedo elabora interessante artigo em que evidencia como o conceito de crise, tal como aparece em Marx, pode ser traduzido na estrutura matemática do cálculo diferencial, mais precisamente na definição de infinitesimais estabelecida por Leibniz. O importante dessa aproximação é que a autora, partindo de uma inversão que haveria entre o papel desempenhado pela teoria da crise em Marx e Keynes — no primeiro, é a partir da crítica da economia política e da forma valor que surge necessariamente a crise, enquanto no segundo é a existência da crise que leva à crítica necessária do sistema — mostra que a crítica é inseparável da noção de transição do modo de produção.

É também a relevância da forma valor, mais propriamente a dificuldade de sua compreensão, que estaria por trás dos limites revelados pelo chamado “debate sobre o cálculo socialista”, o qual remonta às primeiras décadas do século XX e tem sido retomado pela literatura contemporânea. Esta é a tese defendida por Gabriel Duccini no artigo que fecha esta edição. Para ele as amarras das teorias econômicas burguesas, bem como a ausência de crítica da própria forma valor, constituíram entraves para o entendimento

do papel da planificação e do cálculo econômico sob o socialismo, dado que os participantes da controvérsia, opostos embora, mantiveram inalterada a forma social capitalista em seus pressupostos e modelos.

Do ponto de vista da economia política materialista, as mudanças recentes e de razoável calibre no panorama mundial a que nos referimos na abertura desta apresentação — das quais destacamos o conflito Palestina x Israel e a eleição de Javier Milei na Argentina — não podem, nem devem, ser dissociadas do compasso do processo global de acumulação de capital, o qual enfrenta hoje obstáculos que derivam de sua própria lógica e por trás dos quais comparece a cada vez mais incisiva e devastadora penetração da forma valor nas várias instâncias da vida social. Da perspectiva desta publicação, é a dificuldade de percepção e compreensão dessa forma tirânica, a despeito do desvendamento teórico realizado por Marx, que explica a complexidade crescente dos problemas hoje enfrentados, bem como os embaraços existentes na busca de soluções que apontem no sentido de sua efetiva superação, tanto no plano geopolítico quanto no plano social e ambiental.

O conjunto de artigos aqui publicados espera contribuir para uma proveitosa reflexão a respeito da maré contra a qual remamos. Por isso, agradecemos, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro que forneceram o decisivo apoio material para que pudesse vir a público esta edição. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!

ANA CAROLINA LIMA GOMES
PEDRO HENRIQUE DE MORAES CICERO

LIMITES DA ALTERNATIVA ENDÓGENA NA VENEZUELA BOLIVARIANA (1999-2013)

Recebido em 21/03/2023

Aprovado em 10/08/2023

LIMITES DA ALTERNATIVA ENDÓGENA NA VENEZUELA BOLIVARIANA (1999-2013)

ANA CAROLINA LIMA GOMES

Doutoranda pelo Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México (PPEL, Unam). Bolsista do Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y Tecnologías (Conahcyt).

Email: limagomescarol@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6043-1273>

PEDRO HENRIQUE DE MORAES CICERO

Professor adjunto de Relações Internacionais no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA/UnB). Coordenador de Políticas de Refúgio pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Email: pedrohenrique@ufu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4042-9832>

Resumo

O propósito deste artigo é analisar como se articularam as condições objetivas de produção sob o mecanismo de desenvolvimento endógeno proposto pela presidência de Hugo Rafael Chávez Frias e o padrão de reprodução predominante no processo de valorização do capital estabelecido como resultado da última crise estrutural. Financiada pela renda petroleira, a estratégia bolivariana de desenvolvimento das forças produtivas mediante elevação do mais-valor relativo na base da acumulação experimentou, na ocasião da fase expansiva do ciclo de preços do barril de petróleo (2004-2011), um relevante fôlego produtivo denominado *industrialización soberana*. Contudo, assumindo como eixo condutor da análise as condições de subordinação do trabalho no país caribenho, constatamos neste processo indícios de deterioração dos níveis de produtividade junto à atividade industrial e de violação do valor da força de trabalho, combinados à intensificação do engajamento econômico exportador em setores de baixo valor agregado. Deste cenário, depreendemos a agudização da crescente especialização produtiva a que a Venezuela está submetida desde o esgotamento do padrão industrial integrado ao capital estrangeiro, fenômeno ininterrompido a despeito das transformações de ordem político-institucional consolidadas pelos bolivarianos.

Palavras-chave: teoria marxista da dependência; capitalismo dependente petroleiro-rentista; revolução bolivariana; industrialização

Abstract

The purpose of this article is to analyze how the objective conditions of production have been articulated under the endogenous development mechanism proposed by the presidency of Hugo Rafael Chávez Frías within the predominant pattern of capital reproduction in the process of capital valuation established as a result of the last structural crisis. Financed by the oil income, the bolivarian strategy of developing the productive forces by raising the relative surplus value on the basis of accumulation experienced, on the occasion of the expansive phase of the oil barrel price cycle (2004-2011), a significant productive increase called *sovereign industrialization*. However, taking the conditions of labour subordination in this caribbean country as the guiding axis of the analysis, we verified in this process signs of deterioration of the levels of productivity within industrial activity and signs of violation of the labour force value, combined with the intensification of the exporting economic involvement in low added value sectors. From this scenario, we concluded the sharpening of the growing productive specialization to which Venezuela has been subjected since the exhaustion of the industrial pattern integrated with foreign capital, an uninterrupted phenomenon despite the political-institutional transformations consolidated by the bolivarians.

Keywords: marxist dependency theory; petroleum-rentist dependent capitalism; bolivarian revolution; industrialization

JEL: P41; Q20

Introdução

A presente análise procede do panorama projetado a partir da emergência da crise estrutural no fim da década de 1960, sob a qual se entrelaçam diversas outras crises, colocando em relevo a incapacidade (ou o desinteresse) do capitalismo avançado em resolver as contradições engendradas pela sua própria expansão (MÉSZÁROS, 2011).

Desencadeada pela aguda concentração de capital e pela generalização dos instrumentos tecnológicos difundidos desde a segunda revolução tecnológica junto ao processo produtivo global, passou a prevalecer a disfuncionalidade da reprodução ampliada do capital total, reverberando sobre todas as dimensões do ciclo de maneira a impedir o deslocamento de seus antagonismos (MANDEL, 1986; MARINI, 1977). Diante deste cenário, medidas como o abandono do Sistema *Bretton Woods* e o recrudescimento do endividamento privado como recurso à expansão da produção material, ainda que visassem mitigar a reversão cíclica, cumpriram a função de aprofundar as contradições em curso (MANDEL, 1986). Assim, a produção excessiva de capital com relação a sua capacidade de valorização se desdobra no debilitamento sustentado da taxa média de lucro, revertendo o ciclo expansivo inaugurado no pós-guerra e trazendo à tona a saturação relativa do padrão industrial vigente nas economias centrais (MANDEL, 1986; MARINI, 1977).

O advento de uma nova etapa de internacionalização do capital, a qual se convencionou denominar “globalização”, se constitui, pois, como uma estratégia de enfrentamento da forte retração econômica motivada pela referida crise estrutural (CECEÑA, 1990; MORALES, 2016). Buscando instituir um novo ciclo de reprodução ampliada, a funcionalidade de dita estratégia repousa na construção de espaços de valorização adicionais para uma massa de capital superacumulada, visando a reconstituição do processo de acumulação (CARCANHOLO, 2017). *Grosso modo*, tais espaços foram concebidos a partir de distintos meios, dentre eles, a redução do tempo de rotação do capital total, o que permitiu acelerar a liberação de capital ao processo produtivo, incrementar a produção de mais-valor e recuperar relativamente

a taxa anual de lucro (BREDA, 2020; CARCANHOLO, 2017). Assim, a exacerbção dos circuitos financeiros do capital no âmbito da acumulação mundial, associada a um processo de fragmentação da produção industrial induzido pelo advento de um novo paradigma tecnológico, desponta como elemento determinante para a reconfiguração do processo de produção capitalista no fim da década de 1960 (CARCANHOLO, 2017).

Outra expressão deste fenômeno é a recomposição do papel do Estado e da organização do trabalho a partir da imposição da cartilha neoliberal, em grande medida assegurada pela intensificação da taxa de superexploração da força de trabalho no contexto dependente e periférico e da exploração da força de trabalho dos segmentos mais vulneráveis nos centros capitalistas (CARCANHOLO, 2017). A realocação das distintas fases do processo produtivo global se direciona, assim, de acordo com o grau de subsunção da força de trabalho nos mercados laborais de cada país, predominando nas regiões periféricas aquelas etapas cuja produtividade estivesse mais relacionada ao uso intensivo e prolongado da força de trabalho, enquanto as etapas estratégicas conservaram-se nos centros (CECEÑA, 1990). Contando com o decisivo apoio do Estado, tais medidas conduziram ao congelamento dos níveis de emprego e salários, à precarização das condições laborais, além da adoção de medidas de racionalização da produção seguida do estímulo a fusões e aquisições, garantindo, assim, a centralização necessária ao desenvolvimento tecnológico do aparato produtivo então obsoleto (MARINI, 1977). No mesmo sentido, a captação forçada de liquidez internacional pela hegemonia estadunidense mediante o brusco aumento da taxa nacional de juros, na tentativa de conter a alta inflação que afligia o dólar e, simultaneamente, subordinar o conjunto do sistema bancário internacional à política fiscal daquele país, corroborou no esgotamento da disponibilidade de capital outrora responsável pelo estímulo à industrialização na periferia capitalista (BREDA, 2020; DUMÉNIL; LÉVY, 2014).

Não raras vezes, em meio ao horizonte multidimensional da crise, o papel estratégico desempenhado pelo petróleo como referência da grande firma

capitalista no século XX tende a se sobrepor ao declínio da acumulação, muito embora o choque desatado no mercado petrolífero se configure como sintoma e não como causa da reversão cíclica (MANDEL, 1986). Nesse cenário, o debilitamento do controle de preços praticado pelo capital petrolífero estadunidense em princípios da década de 1960 assinalava o comprometimento em termos de capacidade competitiva industrial dos Estados Unidos, deixando entrever o papel estratégico da recém-fundada Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) no cenário geopolítico (MANDEL, 1986; MOMMER, 2010 [1988]). Não é fortuita, portanto, a concomitância entre o crescimento da renda absoluta captada pelas nações petrolíferas e as profundas alterações conjunturais suscitadas pelos processos de nacionalização das jazidas em aberta contestação aos grandes monopólios, fato que culmina no brusco aumento dos preços do barril no biênio 1973-1974 (MOMMER, 2010 [1988]). Tratou-se, no entanto, de um episódio de curto fôlego, logo sucedido por uma nova onda recessiva (MANDEL, 1986). Como o déficit produtivo anual em relação à crescente demanda nacional não poderia ser satisfeito mediante o incremento de importações, apostou-se no avanço do militarismo estadunidense sobre as reservas mundiais, visando estimular um importante eixo da acumulação, o complexo militar-industrial, ainda que sob taxas significativamente menores que as registradas em períodos precedentes (MORALES, 2016).

A assimilação dos contornos ostentados pela reconversão produtiva desde o predomínio da financeirização como elemento dinamizador da acumulação nos conduz à análise do padrão de reprodução¹ vigente na América Latina, fundamentação teórica elaborada por Marini (2012) e Osorio (2012, 2016)

¹ Para melhor caracterizar dita categoria, retomamos a explicação conferida por Osorio (2012, p. 40-41): “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e circulação [...], integrando o processo de valorização [...] e sua encarnação em valores de uso específicos [...], assim como as contradições que esses processos geram. A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura)”.

como recurso à historicização dos eixos sustentadores da valorização em dado período e formação econômico-social. Cumpre salientar que a conformação de tais modalidades de reprodução mediante valores de uso, processos produtivos, modos de exploração da força de trabalho, mercados de realização e políticas estatais específicas, sintetizam múltiplas determinações, as quais conservam as tendências e contratendências estruturantes do modo de produção capitalista como processo histórico (OSORIO, 2016).

Comparecem como reflexos da nova forma histórica de valorização o crescimento explosivo do endividamento público em paralelo a políticas de ajuste fiscal e de abertura financeira na América Latina, buscando repressar a exacerbação do capital fictício no processo produtivo e garantir a apropriação do mais-valor pelas economias imperialistas (MARINI, 1977). Com a reconfiguração da divisão internacional do trabalho suscitada de referida crise, passa a predominar a segmentação produtiva e a reorientação exportadora da produção industrial antes voltada ao mercado doméstico, agravando as assimetrias em termos de poder entre matrizes transnacionais e empresas subcontratadas, as últimas geralmente alocadas em regiões periféricas (BREDA, 2020; CECEÑA, 1990). A dispersão das etapas produtivas gerenciada pelos grandes oligopólios transnacionais entre diversos países determina, pois, a falência dos projetos de desenvolvimento autônomo até então implementados em nosso continente (BAMBIRRA, 2012 [1974]).

Isto posto, em trabalhos prévios demonstramos a correspondência entre o auge industrial e o auge rentista no contexto venezuelano, isto é, entre o ápice da capacidade de captação dos proventos petrolíferos pelo Estado e o mais acelerado desenvolvimento industrial já experimentado pelo país sul-americano, catapultado pela estatização petrolífera e pela diversificação dos investimentos estrangeiros no conjunto da atividade industrial (LIMA GOMES, 2022). Desde já, o rentismo petrolífero nos aparece, portanto, como uma condição à reprodução do capitalismo venezuelano e não como uma enfermidade conjuntural, em alusão às pressões exercidas pelo extrativismo sobre a indústria holandesa. Os abundantes recursos provenientes da exportação

petroleira cristalizaram, pois, as tendências constituidoras da dependência de base petroleiro-rentista, condicionando a capacidade produtiva nacional ao desempenho do setor petroleiro industrial (FERREIRA, 2012). Assim, se a sustentada maximização dos ingressos fiscais petroleiros ao longo dos anos 1970 conseguiu postergar momentaneamente os efeitos do esgotamento do paradigma tecnológico vigente, ela não poderia coibir o abortamento da estratégia de desenvolvimento relacionada à atuação empresarial do Estado sobre a indústria nacional, à época designada *Gran Venezuela*² (LIMA GOMES, 2022). A explicação conferida pela teoria econômica tradicional ao fenômeno em questão, contudo, é incapaz de ir além dos aspectos gerenciais mais aparentes, centrada em uma suposta incapacidade de absorção de recursos financeiros por parte da estrutura produtiva nacional³.

Por sua vez, este artigo argumenta que a rearticulação das formas de integração do capital entre centro e periferia suscitada pela crise estrutural conduz à internalização desta e ao conseqüente estancamento da acumulação nacional, impondo ao país caribenho a transição do padrão industrial integrado ao capital estrangeiro ao padrão exportador de especialização produtiva. Coincidindo com Mészáros (2011), entendemos que o deslocamento das contradições internas do capital evidenciadas pela referida crise às economias dependentes e periféricas, porquanto inseridas de maneira subalterna na dinâmica da acumulação mundial, constituiria um mecanismo que

² Por *Gran Venezuela* nos referimos ao projeto intervencionista estatal que vigorou no país caribenho ao longo das décadas de 1950 a 1970, então responsável por consolidar em definitivo as bases da acumulação nacional sobre a renda das exportações petroleiras. Enquanto episódios centrais deste processo, cabe destacar a promulgação da *Ley de Hidrocarburos* de 1943, da *Ley de bienes afectos a reversión en las concesiones de hidrocarburos* em 1971 e, finalmente, da *Ley orgánica que reserva al Estado la industria y el comercio de los hidrocarburos*, que promoveu a nacionalização da indústria petroleira venezuelana em 1976.

³ Assumida como o colapso do regime de acumulação vigente, a irradiação da crise estrutural a esta formação social-econômica singular, denominada capitalismo dependente petroleiro-rentista, agudizou a debilidade do capital doméstico em centralizar e sustentar a acumulação. Expressada pelo profundo descompasso entre as variáveis “consumo” e “produção doméstica”, a disparidade da relação capital-produto na Venezuela, cerne do argumento de Asdrúbal Baptista (2010 [1997]) acerca de uma suposta paralisação da dinâmica de acumulação rentística, alude às contradições gestadas junto à frágil rentabilidade do capital privado em face da magnitude representada por um capital de origem “exógena”, a qual não poderia ser corrigida mediante o fomento à restauração produtiva pelo mero aumento da demanda. Assim, segundo o autor, a artificialidade do capital doméstico seria escancarada na medida em que o Estado se torna mais preeminente, incapaz de sustentar o ritmo da acumulação até então prevalecente.

visaria dissipar disfunções acumuladas – propagando-as sem, no entanto, resolvê-las definitivamente. Trata-se, assim, da reatualização da dependência petroleiro-rentista frente a nova dinâmica de reprodução do capital, dinâmica que pressupõe, em dimensões globais, a intensificação da busca por insumos e alimentos e a ampliação da produção/extração desses recursos, o acirramento da condição exportadora em paralelo ao incremento do processo de circulação, além da acentuação da taxa de superexploração da força de trabalho na periferia capitalista (LIMA GOMES, 2022).

Para o caso venezuelano, a reconfiguração capitalista sob um novo esquema de reprodução se expressa, em níveis mais aparentes, através do declínio relativo dos gastos e investimentos públicos e do encolhimento do produto industrial, restringindo a abrangência estatal em favor do avanço transnacional nos negócios petroleiros (MOMMER, 2010 [1988]). Fatalmente, tais adversidades se traduziriam em uma acentuada crise política, abrindo margem para a contestação do regime vigente e pavimentando o caminho para a emergência institucional do bolivarianismo⁴.

Impactos da crise estrutural sobre a Venezuela e a emergência do bolivarianismo

Com o espraiamento da crise estrutural, sobressai uma fase recessiva marcada pela mitigação dos ingressos petroleiros, a qual se converte em crise fiscal e na retração da capacidade de importação de bens intermediários e de capital necessários à produção industrial. Outrora beneficiados pelo auge dos preços petroleiros e pela ampliação das funções estatais sob a estrutura produtiva industrial e petroleira, os novos contornos assumidos

⁴ São muitas as análises dedicadas a interpretar a gênese e constituição do movimento conhecido por bolivarianismo na cultura política venezuelana. Sem nos atermos aos seus vastos aspectos históricos e ideológicos, que remontam à memória secular do Libertador Simón Bolívar, neste trabalho adotaremos a sua dimensão social mais recente, relacionada à conformação de um programa político policlassista que apresentou um deslocamento tático de natureza insurrecional a institucional diante de um contexto nacional de crise produtiva no último quarto do século XX. Nossa caracterização está amplamente apoiada nos embasamentos de Carla Ferreira (2006, 2012), os quais recomendamos consultar para uma análise mais pormenorizada sobre o tema.

pelo desenvolvimento dependente venezuelano restringiram as dimensões do Estado e a abrangência dos serviços públicos, comprometendo o valor tributável da produção petroleira em favor do avanço transnacional sobre a *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA) (MOMMER, 2010 [1988]). Tem-se, a partir de então, o abandono das iniciativas de diversificação produtiva ante o incremento do peso dos hidrocarbonetos na pauta exportadora (BANKO, 2005; LUCAS, 2006).

Empreendida pela direção da estatal petroleira, a política de internacionalização nos marcos da *Apertura Petrolera*⁵ (1989-1998) buscou dismantlar as premissas da nacionalização instituídas no ano de 1976 mediante mecanismos de controle de preços e oferta que contornassem a estrutura regulatória venezuelana (MOMMER, 2010 [1988]). Respondendo às pressões políticas das grandes concessionárias estrangeiras, vislumbrou-se a criação de mecanismos de transferência do lucro angariado pela PDVSA por fora dos valores fiscais de exportação, através da transmissão de seus ativos às suas próprias subsidiárias no exterior (MOMMER, 2010 [1988]). Tais manobras seriam definitivamente implementadas a partir do pacote *Gran Viraje*⁶ anunciado pela segunda presidência de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), outrora o maior símbolo do projeto desenvolvimentista venezuelano, no compasso da falência das políticas centradas em torno da construção da *Gran Venezuela* (MOMMER, 2010 [1988]).

⁵ Coincidindo com o deslocamento do eixo de valorização da esfera produtiva à financeira nos marcos da última crise estrutural, passa a vigorar no contexto venezuelano um programa pautado pela reestruturação produtiva e pela majoração do capital transnacional sobre o setor petroleiro, ao gosto das grandes corporações financeiras internacionais. Conhecido por *Apertura Petrolera*, tal programa encarnou a expressão máxima da implementação das bases de desenvolvimento neoliberais pelo vigente regime de *Punto Fijo*, tendo assumido centralidade o incremento sem precedentes da dívida pública associado à exacerbação do viés exportador especializado em *commodities* de baixo valor agregado.

⁶ Outro sintoma da reconfiguração *puntofijista* às premissas do Consenso de Washington, o *VIII Plan de la Nación* ou *Gran Viraje* significou a etapa de ajuste e de liberalização comercial e financeira incumbida de garantir a necessária mobilidade aos investimentos estrangeiros e seus generosos rendimentos junto ao novo regime de valorização que então emergia. Entre suas mais destacadas medidas, sublinhamos a desregulamentação do controle de preços, o incremento de tributos públicos e de privatizações e a eliminação de subsídios a gêneros alimentícios e à gasolina, fato que desencadeou um conjunto de revoltas conhecido por *Caracazo*, as quais escancararam a incontornável deterioração daquele regime político.

Em que pese a adesão ao esquema *fondomonetarista* deflagrada em definitivo desde a promulgação da *Apertura*, não se materializou a reversão da conjuntura de deterioração fiscal e cambiária prometida pelos investidores estrangeiros, desvelando o processo de desinvestimento pelo qual passava grande parte dos setores econômicos há pelo menos uma década (MOMMER, 2010 [1988]). Como consequência emerge, entre 1994 e 2000, uma profunda crise no setor industrial marcada pelo significativo recuo de seu produto e pelo incremento da produção primária petroleira, com redução da participação do setor manufatureiro junto ao PIB de 18,1 para 14,2% entre 1987 e 1999 (LUCAS, 2006). Por seu turno, houve um significativo incremento do peso dos hidrocarbonetos na pauta exportadora e a participação do setor petroleiro junto ao produto alcança de 19,4 a 28,7% no período destacado.

Neste cenário, restou patente a impossibilidade de se sustentar grandes alterações no campo econômico logo após a vitória eleitoral do Presidente Hugo Chávez. A sua reversão viria por meio da rearticulação do regime de cotas da Opep e da consequente recuperação dos preços petroleiros, estratégia ativamente ensejada pela diplomacia bolivariana e favorecida pelo súbito reaquecimento da economia global mediante o crescimento do mercado chinês (CICERO, 2015).

Respalhada pela recuperação dos preços petroleiros, a tolerância bolivariana pela orientação neoliberal cedeu lugar à inauguração de uma política fiscal expansiva, dedicada à reversão dos fundamentos *aperturistas* (BARROS, 2007; SEVERO, 2009). Por ocasião da reorientação político-institucional advinda do processo constituinte, a inauguração da V República desde a vigência da *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (CRBV) alicerçou a política de reativação econômica nos marcos da reindustrialização, da diversificação do aparato produtivo e da recuperação dos níveis de consumo e renda da população (SEVERO, 2009). Assentada na maximização da renda petroleira e na retomada do investimento público, tais medidas engendraram disputas sobre a elaboração da política petroleira e, por consequência, sobre o controle administrativo da PDVSA (FERREIRA, 2012).

Como indício de aprofundamento da condição dependente em sua especificidade petroleiro-rentista, a progressiva recuperação das exportações petrolíferas conviveu com o encolhimento percentual do aporte fiscal nacional, tornando imperiosa uma reforma do regime fiscal petroleiro (FERREIRA, 2012). Nesse sentido, foi fundamental o papel desempenhado pela promulgação das Leis Habilitantes, sobretudo a *Ley de Hidrocarburos*, aos objetivos de regulamentação pública sobre os negócios petrolíferos. Em pouco tempo, a regulamentação se converteu em melhores condições de acumulação, as quais incidiriam na formulação de políticas industriais e de desenvolvimento endógeno que visavam corrigir a carência nos níveis de produtividade da economia não-petrolífera, de inferior composição orgânica média em comparação ao setor petrolífero.

A incorporação da agenda intervencionista pelos bolivarianos e a agudização das disputas sobre os excedentes petrolíferos foram mobilizadas como justificativa para a adoção de estratégias insurrecionais por parte da oposição, culminando na paralisação⁷ das atividades petrolíferas convocada pelo corpo diretivo da PDVSA, entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, e em uma tentativa de golpe de Estado em 11 de abril de 2002. A neutralização de tais tentativas por massivas mobilizações populares e, sobretudo, pela experiência de controle produtivo da PDVSA pelo operariado petrolífero conduziu não apenas ao restabelecimento da presidência bolivariana como à completa substituição dos dirigentes da empresa, legitimando, assim, a alocação dos excedentes, outrora reaplicados em favor do desempenho da própria PDVSA, ao financiamento de políticas de desenvolvimento econômico (FERREIRA, 2012).

⁷ Designada *paro petrolero*, a paralisação das atividades da PDVSA entre novembro de 2002 e fevereiro de 2003 como contrapartida à implementação da *Ley de Hidrocarburos* escancarou as hostilidades entre o governo bolivariano e a gerência da estatal petrolífera. Em apenas quatro meses, a devastação econômica suscitada pela paralisação afetou substancialmente os ingressos petrolíferos e a capacidade produtiva nacional, provocando um recuo da ordem de 27% do produto e redução de 8% na atividade econômica no primeiro semestre de 2003 (LÓPEZ MAYA, 2005; MAZA ZAVALA, 2009). Entre 1998 e 2003, o total da produção manufatureira não ultrapassou 73,4% da produção registrada em 1997, comprometendo a sua participação de 17,36% para 16,24% junto ao produto total em 2003. Além disso, a falência de pequenas e médias indústrias e de estabelecimentos comerciais incrementou os níveis de desemprego de 15,4% para 20,3% e a taxa de inflação atingiu 31%, patamar equivalente ao registrado em 1999 (LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009).

Não obstante, o restabelecimento do controle sobre a estatal petroleira e a desmobilização dos trabalhadores resultariam na reversão das conquistas de tais ações ao executivo, em detrimento da autonomia dos trabalhadores (FERREIRA, 2012). Diante disso, desacelerou-se a luta de classes no país, com o conseqüente fortalecimento do processo político bolivariano capitaneado por vias institucionais. Neste novo cenário, o governo passou a impulsionar políticas de redistribuição de renda de ampla cobertura, as quais culminaram na elaboração de um novo modelo produtivo, em resposta à crise política e econômica desatada entre os anos 2002-2004 (ÁLVAREZ R., 2009; FERREIRA, 2012).

Gênese do *Nuevo Modelo Productivo* e o advento da *industrialización soberana* em suas contradições aparentes

Uma vez assegurado o controle do executivo nacional sobre a operação gerencial da PDVSA, a ampliação dos ingressos fiscais e da capacidade tributária na Venezuela permitiu à administração bolivariana operar sem grandes restrições orçamentárias, alcançando importantes dividendos políticos que conduziram ao amortecimento dos efeitos da greve patronal.

Diante do recrudescimento da atividade produtiva interna, o anúncio da proposta bolivariana de organização social da produção, *Nuevo Modelo Productivo* (NMP), aspirava à correção das causas estruturais da exclusão social, dos desequilíbrios intersetoriais e das disparidades regionais a partir do impulso ao desenvolvimento endógeno⁸ das forças produtivas e da primazia produtiva de bens e serviços socialmente demandados (ÁLVAREZ R., 2009). Desta vez, à revelia do prévio protagonismo dos mercados internos, a reedição do endogenismo visava a superação das debilidades identificadas junto à estratégia original de substituição de importações, priorizando os

⁸ Recuperando as contribuições de Oswald Sunkel e de Raúl Prebisch, os pressupostos bolivarianos de desenvolvimento endógeno referiram-se ao fomento de um mecanismo endógeno de acumulação que favorecesse as plataformas industriais domésticas a partir de estímulos técnicos, vantagens comparativas e ganhos de produtividade, em grande medida financiados pelo investimento social e produtivo dos proventos petrolíferos.

mercados externos no contexto do regionalismo econômico internacional (VERA, 2006). Vale ressaltar, ainda, a consolidação dos programas de assistência social denominados *Misiones Bolivarianas* nas áreas da saúde, educação, abastecimento alimentar e habitação, os quais se configuraram como o aspecto social da estratégia bolivariana de desenvolvimento endógeno (GIORDANI, 2009).

Através do engajamento estatal nas indústrias de produção primária e na prestação de serviços básicos, este novo enfoque procurou aliar o capital privado e as empresas estatais sob grandes plantas industriais designadas como Núcleo Endógeno Básico, as quais seriam complementadas por núcleos menores circunscritos ao fomento do movimento cooperativista (PARKER, 2006; VERA, 2006). A execução dessa estratégia suscitou, ainda, a reorientação da política de mercado das estatais, visando favorecer a demanda de pequenos e médios industriais do mercado doméstico e garantir a eles o abastecimento de insumos em condições especiais de pagamento (LUCAS, 2021). Entretanto, a recepção de tais medidas pela *Confederación de Industriales de Venezuela* (Conindustria) como uma “agressiva ingerência estatal sobre as atividades produtivas” evidenciaria a contundente recusa do empresariado nacional às receitas de inclinação cepalina (LUCAS, 2021; PARKER, 2006).

Concomitantemente à reforma petroleira, materializou-se a convergência entre a política petroleira estatal e a política industrial implicada nos objetivos do desenvolvimento endógeno bolivariano. Da elevação do produto em 18,3% no ano de 2004 desdobrou-se um amplo plano de investimentos públicos na plataforma de indústrias básicas e mineradoras, contemplando o financiamento de uma nova siderúrgica, o *Complejo Siderurgico Nacional*, além da construção e reativação de um conjunto de novas refinarias (LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009). Quanto à infraestrutura, projetou-se a ampliação do circuito industrial de alumínio, do complexo de indústrias de cimento e do sistema elétrico nacional, este último centrado na construção de uma nova hidrelétrica denominada *Central Hidroeléctrica Manuel Piar* (Tocoma)

(SEVERO, 2009). Em linhas gerais, a importância estratégica de Tocoma repousava na reversão do quadro de deterioração do parque elétrico nacional, em vigência há pelo menos duas décadas (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017).

Entre 2006 e 2008, ocorreram várias iniciativas estatais de recuperação de uma série de empresas outrora privatizadas, bem como o estabelecimento de novas empresas nos marcos do programa *Fábrica Adentro* e, em seguida, por meio do programa *200 Fabricas Socialistas*⁹. Admitida a manutenção de relações mercantis nos marcos da CRBV, ao setor empresarial privado comprometido com a transformação do modelo produtivo seria assegurado o acesso a subsídios e a incentivos públicos, até sua paulatina incorporação aos pressupostos de planificação participativa desde a inflexão ao Socialismo do Século XXI¹⁰.

Constatada a recuperação da participação do produto manufatureiro na composição do produto não-petrolero, fenômeno designado *industrialización soberana*, precipitam-se hipóteses relacionadas à exitosa atuação estatal na compensação das distorções geradas pela formação social dependente petrolero-rentista na economia produtiva. O notável crescimento da atividade econômica, detidamente no setor não-petrolero privado, comprova o prévio empenho bolivariano em realizar investimentos em bens de capital cujo impacto conduziu ao incremento da produção industrial e ao expressivo aumento da exportação de bens não-tradicionais, especialmente ferro, aço, alumínio e peças automotivas¹¹ (FERREIRA, 2012; LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009).

⁹ Para maiores detalhes acerca de tais iniciativas, recomendamos consultar Lima Gomes (2022).

¹⁰ Nas palavras de Giordani (2009, p. 11-12, tradução nossa), o significado do termo Socialismo do Século XXI partiu das seguintes constatações: “Considerar a necessidade do Socialismo do Século XXI para a Venezuela baseia-se na constatação de que o atual modelo capitalista rentista é incapaz de garantir a satisfação das necessidades sociais dos venezuelanos de modo permanente, razão pela qual é necessário substituí-lo por outro de natureza socialista. [...] As transformações possíveis devem ser sustentadas pelo desenvolvimento de forças políticas que possam estar preparadas para vencer as resistências internas e externas às mudanças propostas, daí os imensos desafios que se colocam às forças que operam em prol da maturação das condições tanto subjetivas como materiais objetivas e em poder avançar em uma direção adequada a um novo modelo social e produtivo, ou, dito de outro modo, a um novo modelo de desenvolvimento e outro de acumulação, desta vez baseados na lógica do trabalho”.

¹¹ Em números absolutos, a exportação de produtos metalúrgicos aumentou de US\$ 780 milhões para US\$ 3,1 bilhões ao longo do decênio de 1999 a 2008, representando neste último ano 50% do total (MAZA ZAVALA, 2009).

No mesmo sentido, a pontual redução das importações de bens de consumo finais, de 37,6% para 24,2% do total importado, e o acréscimo da formação bruta de capital fixo em 25,7% deste total parecem reforçar o aparente cenário de renovação do processo de substituição de importações encampado pelos bolivarianos (BARROS, 2007; SEVERO, 2009; SUTHERLAND, 2016). Entretanto, tais realizações demonstraram fragilidade na medida em que a brecha real entre a produção nacional e a demanda agregada interna seguiu estimulando a ampliação das importações e o aumento dos preços. Assim, o crescimento superior ostentado pelo comércio importador antecipou desequilíbrios na balança de pagamentos frente a saldos favoráveis na conta corrente cada vez mais reduzidos, até que se exaurisse, a partir de 2011, a fase expansiva do ciclo de preços petrolíferos (MAZA ZAVALA, 2009).

A expansão do produto não-petrolífero no intervalo destacado procedeu primordialmente do consistente crescimento dos setores terciário, de serviços de intermediação financeira e de telecomunicações, além do incremento da capacidade elétrica instalada (ÁLVAREZ R., 2009). Apesar do insuficiente crescimento em termos absolutos experimentado pelo setor petrolífero, cerca de metade do fluxo de divisas registrados entre 2004 e 2007 derivou do dinamismo alcançado pela elevação dos preços petrolíferos, mantendo as fontes de financiamento nacional reféns de fatores exógenos e conjunturais (MAZA ZAVALA, 2009). Sem nos atermos rigorosamente à dialética entre a produção e a apropriação do valor própria da condição dependente, resta clara a subordinação do endogenismo bolivariano à reprodução do modo de acumulação petrolífero-rentista, fato que eventualmente comprometeria o nível de investimentos produtivos necessário à manutenção da expansão econômica.

Por sua vez, a manifestação da tendência ao decréscimo da participação do emprego industrial no conjunto da força de trabalho empregada, produto da gradual transferência destes trabalhadores às modalidades de ocupação mais infladas como o setor de serviços, confirma que o incremento experimentado pela produção industrial decorreu, fundamentalmente, do aumento da capacidade instalada (INE, 2021; LUCAS, 2021; VERA, 2009). A

participação da manufatura em importância relativa abrangeu apenas 15,97% do produto em fins de 2008, tendo alcançado 16,7% em 2005 e 17,36% em 1999 (ÁLVAREZ R., 2009). Como observa Vera (2009), comparativamente os índices registrados entre 1999 e 2007 repercutem como os piores resultados auferidos pelo produto industrial nas últimas quatro décadas. Ao que se agrega a análise de Sutherland (2016) sobre os níveis de formação bruta de capital fixo em relação à força de trabalho ocupada aplicados à indústria privada não-extrativa entre 1997 e 2014, em que se verifica um incremento deste indicador até 2007 seguido de um pronunciado descenso da ordem de 68% nos anos posteriores, regredindo a níveis inferiores aos registrados em 1997. Tais constatações sinalizam fortes evidências de que o breve dinamismo industrial alcançado pelos bolivarianos não correspondeu a reversões significativas em termos do contínuo decréscimo de participação industrial junto ao produto agregado.

Em relação ao fôlego exportador experimentado em setores da indústria extrativa de baixo valor agregado, também ficou demonstrado que os investimentos em bens de capital estiveram especialmente concentrados neste setor, malgrado os agudos retrocessos acumulados pela indústria de transformação de maior complexidade sediada no país (VERA, 2009). O crescimento notado entre os anos 2004 e 2006, ademais, pouco alterou a parca articulação e desigual densidade do tecido industrial nacional, além de não reverter a concentração oligopólica da produção nacional, com predomínio do setor privado junto às redes de distribuição (EL TROUDI, 2010). Assim, as iniciativas promovidas pelos bolivarianos em termos de unidades industriais pouco impactaram o quadro de permanente concentração produtiva, redundando em módicas ofertas de empregos no setor manufatureiro, predominantemente os de baixa qualificação.

Em suma, a dinâmica de crescimento verificada ao longo de quase uma década na Venezuela exhibe um escasso resultado, cuja somatória entre as taxas de variação do produto interno bruto não ultrapassa 3,4%, alcance incipiente diante de um afluxo de ingressos sem precedentes na história fiscal do país (MAZA ZAVALA, 2009). Ademais, se tratou de um crescimento

inorgânico, já que a conformação deste não se constituiu sobre a atividade industrial e agrícola, recaindo, fundamentalmente, nos setores do comércio e de serviços dedicados à comercialização e distribuição de bens e serviços importados, beneficiados pela apreciação do câmbio (ÁLVAREZ R., 2009; MAZA ZAVALA, 2009). Este dinamismo sequer incrementou a participação das exportações não petroleiras industriais, prevalecendo, em seu lugar, a proeminência das exportações petroleiras sobre as exportações totais, marcadamente a do petróleo cru, e a recomposição regressiva das exportações de setores industriais de baixa complexidade e produtividade (VERA, 2009).

Limites da alternativa endógena e a inflexão ao *socialismo productivo venezolano*

Em fins de 2007, não obstante o crescente afluxo de recursos fiscais registrados, se evidencia a recorrência de saldos deficitários nas contas públicas a partir da trajetória ascendente dos gastos correntes e de capital. O persistente comprometimento fiscal pelo balanço financeiro desfavorável resultou, então, em operações de refinanciamento e amortização do déficit orçamentário via aquisição de títulos da dívida pública de curto prazo por instituições financeiras residentes, haja vista as abundantes condições monetárias internas e o limitado acesso ao crédito público externo (MAZA ZAVALA, 2009; OURIQUES, 2015).

Ainda que a justificativa pela aplicação de tais medidas remetesse ao abrandamento da pressão inflacionária, cuja média atingiu 25% naquele período, na prática, seu desígnio se revelou como uma exitosa estratégia de liberalização da conta capital, a qual impactou negativamente o controle de câmbio em vigência desde 2003 (OURIQUES, 2015). Em outras palavras, o fortalecimento do capital financeiro a partir do recorrente endividamento estatal redundou na implementação de uma política de controle de câmbio com abertura da conta de capitais que visou acentuar a mobilidade de capitais, fossem financeiros ou produtivos, o que se demonstrou especialmente evidente por ocasião da adesão por parte da PDVSA à prática de emissão de títulos a partir de 2005 (OURIQUES, 2015).

Desse modo, Ouriques (2015) adverte que, a partir da adoção da política de endividamento estatal por títulos públicos, estabeleceram-se as condições para a ampliação da exportação de capitais da ordem de US\$ 4.324 para US\$ 27.781 milhões entre 1999 e 2007, cujo ritmo acelerado alcançaria, em apenas nove anos, a totalidade da cifra atingida em quatro décadas de vigência da IV República (1958-1998)¹².

Outro desdobramento de dita estratégia foi a intensificação do processo inflacionário (MAZA ZAVALA, 2009). Evidentemente, suas implicações para a organização produtiva na Venezuela foram devastadoras, entre elas, a regressão da capacidade produtiva nacional e o agravamento da tendência à deterioração do volume de investimentos produtivos observada desde 2005. Não há, portanto, qualquer paradoxo entre o aprofundamento do rentismo e o reforço dos estruturais mecanismos de drenagem de capital operadores da permanente transferência de valor de que padece a formação dependente petrolero-rentista, resultando no progressivo comprometimento da autonomia nacional sobre os excedentes petroleros.

Os sinais de desaceleração sustentados pelo produto manufatureiro ao longo de 2007-2008 prontamente converteram-se em estancamento e recessão nos anos subsequentes. A adoção de uma acentuada restrição da liquidez monetária para combater a espiral inflacionária, mesmo combinada com políticas de regulação da taxa de juros ao setor manufatureiro, não conseguiu evitar efeitos de contração na atividade econômica, impactando negativamente o outorgamento de créditos públicos e de fundos dirigidos ao financiamento dos setores produtivos privados (EL TROUDI, 2010).

Assumida como uma crise de valorização resultante do exaurimento das forças produtivas nacionais, a agudização da recessão econômica conduziu ao amadurecimento das pretensões bolivarianas a um movimento

¹² Inaugurada pelo golpe de *Punto Fijo*, a IV República correspondeu ao regime político responsável por assentar as bases da acumulação venezuelana sobre o setor industrial exportador a partir de um pacto democrático-representativo entre os partidos *Acción Democrática* (AD), *Unión Republicana Democrática* (URD) e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (Copei), com a anuência das Forças Armadas.

transicional como espaço de consolidação da V República, oportunizado pela vitória do Presidente Chávez nas eleições presidenciais de 2006 (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Apostou-se na busca pela maturação produtiva assentada na ampliação da capacidade instalada e atualização tecnológica das empresas básicas sob intervenção planejada do Estado, que incidisse junto ao nível de produtividade do aparato industrial até a sua substituição por cadeias produtivas responsáveis por impulsionar novas relações sociais de produção no conjunto da economia (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Implementadas a partir de experiências de planificação econômica e, simultaneamente, incubadoras de novos padrões de organização do trabalho, tais relações de produção alternativas foram constituídas a partir da inauguração de novas modalidades de propriedade, entre estatais (públicas e mistas), social-coletivas (cooperativistas, comunais e empresas socialistas) e privadas (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009; MÁRQUEZ, 2019).

Designado *socialismo productivo venezolano*, este novo padrão de produção, distribuição e consumo sucederia o então predominante modelo de apropriação coletiva da renda petroleira através do fortalecimento do tecido produtivo endógeno e da economia social, cujas células organizativas derivariam do processo de institucionalização das *misiones* e demais entidades associativas (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Para tanto, se mostrou imperativo o redesenho de políticas setoriais nos setores agrícola, industrial e tecnológico, em paralelo ao controle social do mercado a partir do engajamento comunitário na produção de bens e serviços e na organização do trabalho (ÁLVAREZ R., 2009). Uma vez demonstrada a sua superioridade material a médio prazo, projetou-se a constituição de um novo regime de acumulação embasado em uma economia não petroleira, autossustentada e planejada em função da satisfação das necessidades básicas da população. O prelúdio para a consecução de uma transição socialista no país procederia, então, da progressiva incorporação das entidades econômicas privadas e estatais à dinâmica das Empresas de Propriedade e Produção Social (EPS) associadas ao âmbito comunal,

as quais assumiriam diretamente parte crescente da produção de bens e serviços (ÁLVAREZ R., 2009; EL TROUDI, 2006).

Resta patente a centralidade assumida pela proposta de proliferação de empresas fabricantes de bens de capital, bens intermediários e tecnologia (setor 1) às pretensões bolivarianas de ampliação das capacidades industriais instaladas e fortalecimento dos encadeamentos produtivos, visando a fomentar o patrimônio produtivo nacional em favor do desenvolvimento de segmentos não-tradicionais, como o de bens de consumo essenciais (setor 2). Depreende-se, pois, que a estratégia de indução ao progresso técnico e à atualização tecnológica de indústrias estratégicas, ou seja, de elevação da produtividade do trabalho via incremento do mais-valor relativo, concebe como generalizável o desenvolvimento das forças produtivas tal qual operado pelas economias centrais no século passado.

Vale lembrar que tais economias transitaram a uma configuração produtiva qualitativamente superior valendo-se do fornecimento de meios de subsistência e de matérias-primas, bem como, indiretamente, da desvalorização real da força de trabalho pelas e nas periferias. Nos termos de Marini (2011 [1973]), o processo de especialização produtiva industrial dos países centrais correspondeu ao deslocamento do eixo de acumulação do mais-valor absoluto ao relativo como método para a elevação da composição orgânica nacional e, por extensão, à apropriação pelos mesmos de taxas superiores de mais-valor no mercado mundial. Ao contribuir para responder ao declínio tendencial da taxa de lucro no capitalismo central, a América Latina corrobora não apenas a expansão quantitativa da produção, como também a superação das contradições inerentes à acumulação no centro, evitando, ali, a materialização de uma cisão estrutural no ciclo do capital¹³ (MARINI, 2011 [1973]).

¹³ “Com o dito até agora, podemos compreender que no mesmo momento histórico as modalidades de reprodução do capital apresentam diferenças radicais entre os padrões prevaletentes nas economias centrais e os padrões gerados nas economias dependentes. Se nas primeiras os padrões de reprodução do capital tenderão a tensionar, mas sem romper, a relação do capital com os trabalhadores em sua dupla condição de produtores de mais-valor e consumidores (tendência que se fratura em situações de crise capitalista como a que se vive atualmente), nas economias dependentes o capital tenderá a exacerbar dita tensão e a fraturá-la de maneira regular, agudizando os mecanismos de produção de mais-valor que afetam e reduzem a capacidade de consumo e de reprodução normal dos trabalhadores” (OSORIO, 2016, p. 202, tradução nossa).

Partindo desta ótica, a proposição do *socialismo productivo venezolano* pelos bolivarianos se configura como um feito inexequível nos marcos do capitalismo dependente, já que não estão disponíveis as mesmas condições outrora desfrutadas pelo centro para a transformação do eixo de sua acumulação. Coincidindo com a excepcional apreciação das *commodities* a partir de 2003, a implementação da estratégia de desenvolvimento endógeno pelos bolivarianos sustentou-se fundamentalmente na melhoria conjuntural da inserção externa venezuelana, que logrou reter uma maior parcela do valor produzido, aliviando relativamente a atuação dos determinantes estruturais da dependência. Assim, entre 2005 e 2013, apesar do insuficiente crescimento em termos absolutos experimentado pelo setor petrolífero naquela década, a proeminência dos hidrocarbonetos na pauta de exportações, mais influenciada pela alta dos preços do barril que pelo volume físico exportado, corroborou este afrouxamento das restrições para a acumulação interna no país caribenho.

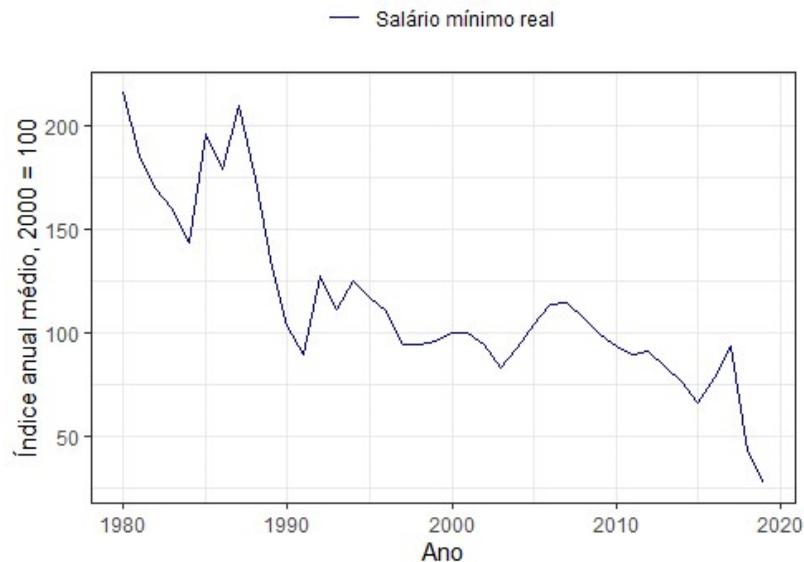
Ao apostar na manutenção do esquema de acumulação petrolífero-rentista, restou incontornável aos bolivarianos recorrer a recursos como a superexploração da força de trabalho para se alcançar uma alteração qualitativa da produtividade do trabalho no circuito não-petrolífero. A presente análise demonstrou que, mesmo diante da flexibilização dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural na América Latina à época, foram reproduzidas (e acirradas) pelo mecanismo endógeno de acumulação bolivariano as mesmas condições de subordinação do trabalho inauguradas desde a crise do padrão industrial articulado às cadeias globais de valor.

Apresenta-se como indício do acirramento da precarização do trabalho e de descenso absoluto da demanda de trabalho (desemprego estrutural) a baixa incidência de vinculação contratual (37%) sobre o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores ocupados, além do predomínio da informalidade junto ao reduzido nível de emprego industrial, que abrangeu cerca de 20% de contratistas, informais e temporários entre 2007-2008 (INE, 2022). Em contraste ao argumentado por Curcio (2017), que acusa tendência decrescente para as taxas de desemprego entre 2003 e 2014, problematizam-se os critérios

envolvidos na classificação da população ocupada na medida em que se considerou o mínimo de uma hora de trabalho por período de referência convencionado, o que poderia ocultar formas encobertas de desemprego.

Outro relevante parâmetro de incremento tendencial da superexploração da força de trabalho é a avaliação do poder de compra do salário mínimo legal em relação aos valores de uso necessários à reprodução da vida da classe trabalhadora, refletida nas séries históricas correspondentes à *canasta básica* disponibilizadas pelo *Centro de Documentación y Análisis para los Trabajadores* (Cenda). Ao registrar a variação anual de 71,9% entre julho de 2013 e julho de 2014, o que representa um déficit de 45,5% em termos aquisitivos, o Cenda (2021) constatou que, para o ano 2014, foram requeridos cerca de quatro salários mínimos por *canasta básica*. A tendência observada expressa, portanto, flagrante situação de violação do valor da força de trabalho. Verifica-se, ainda, que a queda tendencial do poder de compra do salário mínimo legal na Venezuela acompanha o peso da inflação sobre os preços dos gêneros alimentícios, ainda que parte de tais gêneros tenham sido contemplados pela política bolivariana de regulação de preços.

Gráfico 1: Evolução do salário mínimo real na Venezuela



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022).

Em meio ao cenário de desvalorização cambial suscitado pela oscilação petroléira, os anuais decretos de reajuste do piso salarial a preços constantes passaram, a partir de 2010, a não render incremento significativo às remunerações, corroídas pela crescente inflação (LÓPEZ MAYA, 2016). Em que pese o esforço bolivariano em favor dos aumentos salariais e pela redução da duração máxima semanal das jornadas de 44 a 40 horas mediante a *Ley Orgánica del Trabajo, los Trabajadores y las Trabajadoras*, a alteração das grandezas em questão foi insuficiente para deslocar a condição de rebaixamento do valor real dos salários observada no processo de valorização. A recorrente remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor sugere, ademais, a configuração de um patamar de jornadas existentes superior às jornadas legais, em duração e em intensidade.

Assim, a elevação do mais-valor relativo na base da acumulação procede, entre outros fatores, da privação de bens de consumo essenciais à classe trabalhadora como compensação ao não-incremento da capacidade produtiva, isto é, da configuração de um descompasso entre o elemento histórico-moral¹⁴ do valor da força de trabalho e a remuneração recebida. O não enfrentamento pelos bolivarianos das formas de superexploração da força de trabalho no plano da produção interna, em favor da generalização de um grau de intensidade do trabalho que conduziu à acentuação da extração de mais-valor relativo, redundou, afinal, na diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores e na restrição da possibilidade de realização dos bens produzidos nacionalmente.

Sem a contrapartida do consumo doméstico, o processo de reprodução dependente tende a aprofundar a estrutural estratificação do mercado interno

¹⁴ “[...] A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida constitui-se a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado” (MARX, 2013, p. 246).

e a desproporção entre os setores, sacrificando cada vez mais o consumo dos trabalhadores em favor do consumo das classes não-produtoras e do engajamento econômico exportador, na tentativa de superar as contradições inerentes ao ciclo dependente e valorizar-se (MARINI, 2012). Tais contradições denotam a reprodução ampliada da segunda cisão entre as fases de produção e circulação (segunda cisão do ciclo do capital), expressada pelo impulso à produção industrial alheio à prévia consolidação do setor 1 e à generalização do mais-valor relativo ao conjunto do aparato produtivo (MARINI, 2011[1973]). Nesse contexto, a não predominância de bens salários¹⁵ na esfera produtiva, a composição concentrada do consumo aos capitalistas e camadas médias altas e o encarecimento da *canasta básica* determinam o comportamento do valor da força de trabalho venezuelana sem a correspondente elevação da remuneração, convertendo o fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital.

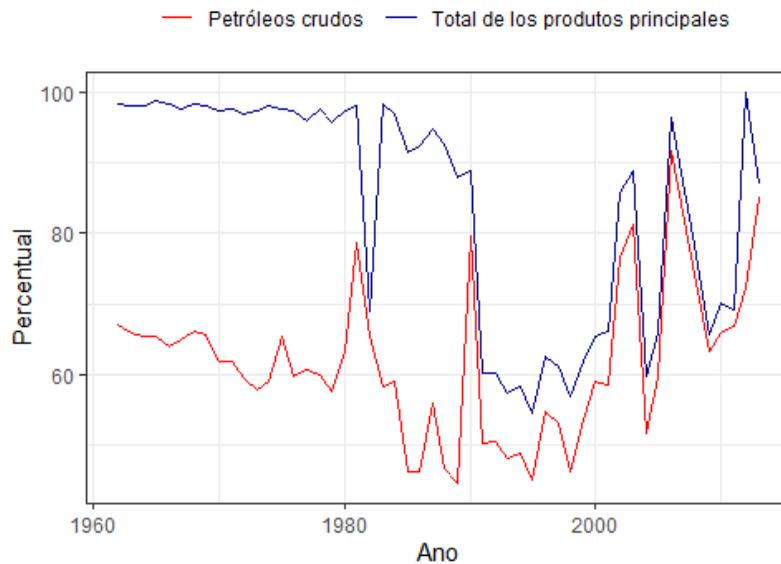
Na medida em que a proposta incita o desenvolvimento das forças produtivas resignado à reprodução automática da *siembra petrolera*¹⁶, haja vista a relação direta desta com os determinantes estruturais da dependência, coincide necessariamente em sua dinâmica interna e externa com a orientação do padrão de reprodução no qual está inserida. Não é casual, portanto, a proeminência do engajamento econômico exportador no decurso da *industrialización soberana*, fundamentalmente centrado no petróleo cru enquanto principal valor de uso exportado, além de bens metalúrgicos de baixo valor agregado. Em 2005, os hidrocarbonetos responderam por 88% do valor auferido em relação ao produto, correspondendo cerca de 60% desta totalidade ao petróleo cru, ao passo que as exportações manufatureiras não ultrapassaram 9,4%. Para 2013, apesar da redução do peso das exportações, a

¹⁵ Isto é, bens que façam parte da cesta de consumo da classe trabalhadora, cumprindo papel relevante para a sociabilidade e reprodução da vida das trabalhadoras e trabalhadores.

¹⁶ Na historiografia venezuelana, a origem da *siembra petrolera* como justificativa conceitual para as transferências da renda petrolífera ao setor produtivo privado sempre foi repleta de disputas. Sem nos atermos a elas, neste trabalho entendemos por *siembra* a expressão do processo de reinvestimento produtivo patrocinado pela receita das exportações petrolíferas em estreita imbricação com o regime de acumulação petrolítero-rentista, constitutivo do ciclo do capital dependente venezuelano.

proeminência das exportações associadas a bens básicos se agudiza (98,2%), correspondendo o petróleo cru a 85% e a manufatura a apenas 1,8% desta totalidade. O gráfico a seguir ilustra tais dados.

Gráfico 2: Participação porcentual do petróleo cru em relação aos principais produtos de exportação



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022)

Erigida sobre os recursos da renda petroleira, o desenvolvimento das condições de produção e consumo ao longo da *industrialización soberana* assume, portanto, caráter dependente na medida em que aprofunda a atrofia dos setores agrícola e industrial. A proposta de renovação produtiva mediante a gestação do *socialismo productivo venezolano* necessariamente concorre, pois, com o avanço do padrão de especialização vigente, colocando em manifesto os limites do potencial dinamizador da indústria petroleira sobre os demais setores, o comprometimento dos níveis de emprego, remuneração e de qualificação da força de trabalho, além da subordinação tecnológica e científica aplicada à produção. Tais tendências não são alheias, mas, sim, características da modalidade dependente de reprodução do capital, não havendo, a nosso juízo, possibilidade de constituição de uma economia pós-rentista na Venezuela sem que tal condição seja superada.

Conclusão

Nas circunstâncias da internalização da crise estrutural de 1968/69, consolidou-se na Venezuela o esgotamento do padrão industrial integrado ao capital estrangeiro, sucedido pela transição à especialização produtiva petrolífera e em setores de baixo valor agregado. Diante do exposto, investigou-se como o endogenismo bolivariano enfrentou a reorganização dos processos produtivos desde a reconfiguração da divisão internacional do trabalho desdobrada de referida crise, orientado à edificação de um sistema de produção e consumo comunal socialista no país caribenho.

Na contramão da dispersão global das etapas produtivas característica do atual padrão de reprodução, o bolivarianismo buscou reanimar a industrialização de tipo endógeno sem comprometer o fornecimento ao mercado de recursos naturais estratégicos e sem enfrentar a diminuição tendencial do preço da força de trabalho. Paralelamente, constatou-se a acentuação da exportação de capitais perpetuada pela concessão bolivariana à liberalização da conta de capitais e pela crescente remessa via amortização dos serviços da dívida, o que conduz ao progressivo comprometimento da autonomia nacional sobre os excedentes petrolíferos e a distribuição cada vez mais concentrada destes.

Distante do protagonismo do operariado petrolífero, a solução perseguida pelos bolivarianos através do endogenismo e, posteriormente, em direção ao *socialismo productivo venezolano*, determinado pela subordinação dos objetivos precedentes à construção de relações de produção alternativas, incorpora elementos do atual regime de reprodução visando transitar a um estágio de desenvolvimento produtivo superior para, só então, ultrapassá-lo. Cabe a este artigo desvelar o lado oculto desta relação, a saber, o papel correspondente à *siembra petrolera* enquanto metáfora do modelo de acumulação contido na relação de reprodução do capitalismo dependente petrolífero-rentista, sustentado por uma coesão de classe sob hegemonia das frações comercial-importadora e financeira cuja reconfiguração, desatada a

partir da referida crise, reincorpora o intervencionismo sobre os negócios petrolíferos visando alcançar novas condições de acumulação.

Pela especificidade da inserção do país sul-americano junto à divisão internacional do trabalho, a aposta bolivariana na elevação da composição orgânica média dos capitais atuantes nacionalmente apresentou como sintoma o incremento da exportação de capitais e de sua contraface, a superexploração da força de trabalho, tornando notória a relevância das formulações introduzidas pela teoria marxista da dependência à explicação do porquê a alternativa endógena fracassou ali.

Tomando por referência Carla Ferreira (2012), coincidimos quanto a ser a superexploração a contrapartida necessária para que fossem alcançados ganhos de produtividade pelo modelo de desenvolvimento propugnado pelos bolivarianos, o qual engendrou contratendências que findaram reforçando os determinantes estruturais da dependência. Apesar da carência de dados oficiais, sustenta-se tal hipótese a partir dos indícios de manifestação do expediente da superexploração nas circunstâncias de violação sistemática do valor da força de trabalho, expansão de formas de contratação precárias que sugerem a tendência ao prolongamento de jornadas além da intensidade e dos limites legais, a par do descompasso entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida, corroborando a violação do fundo de consumo das classes produtoras.

A superexploração da força de trabalho no contexto produtivo venezuelano aparece, portanto, como condição incontornável ao avanço do modo de acumulação dependente em sua especificidade petrolífero-rentista. É inócua considerar, portanto, a possibilidade de superação das determinações dadas pelo vigente padrão de reprodução e, por extensão, das características constitutivas da dependência nos marcos do próprio modo de produção capitalista.

Assim, resistindo às aparências conjunturais, admite-se a coincidência de episódios favoráveis à acumulação dependente em contextos de aberto declínio da taxa média de lucro nas economias centrais, como na ocasião

da bonança experimentada pelas economias petroleiras em plena transição para a fase recessiva do presente ciclo, marcada pela deflagração da crise estrutural nos anos 1968/69; e, no caso venezuelano, no advento da *industrialización soberana*, coincidindo com o último ciclo de apreciação das *commodities*. Porém, conforme nos adverte Osorio (2012, 2016), a neutralização da tendência à redução da rentabilidade do capital necessariamente culmina na reestruturação do ciclo de reprodução sob novos matizes, de ordem tecnológica, produtiva e organizacional. E em razão de seu engajamento subordinado, essa reestruturação dificilmente se concentraria em regiões periféricas e dependentes enquanto novos eixos centrais da acumulação em nível mundial, limitando tais economias a condições adversas ao desenvolvimento qualitativo de suas forças produtivas.

Por fim, sublinha-se que os avanços e contradições ensejados pela experiência bolivariana recolocam a disjuntiva dependência ou revolução para a América Latina na ordem do dia, tendo incidido junto a luta de classes em dimensões continentais. É à luz disso que buscou-se fornecer subsídios à elaboração de respostas econômicas aptas a contribuir com diagnósticos voltados à ruptura com a especialização produtiva vigente na Venezuela, além da superação de sua condição capitalista dependente e, por extensão, da superação das relações de produção capitalistas em todo o continente latino-americano.

Referências

- ÁLVAREZ R., V. *¿Hacia dónde va el modelo productivo?* Caracas: Centro Internacional Miranda, 2009.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latinoamericano*. 2.ª ed. Florianópolis: Insular, [1974]2012.
- BANKO, C. Estado e industrialización en Venezuela. *Expresión Económica. Revista de análisis*, n. 14, p. 35-49, 2005.
- BAPTISTA, A. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. 2.ª ed. Caracas: Banco Central de Venezuela (BCV), [1997]2010
- BARROS, P. S. *Governo Chávez e Desenvolvimento: a política econômica em processo*. Dissertação de Mestrado em Economia Política – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BREDA, D. M. *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: O caso do Brasil entre 2000 e 2015*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- CARCANHOLO, M. D. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Ediciones Maia, 2017.
- CECEÑA, A. E. Sobre Las Diferentes Modalidades de Internacionalización del Capital. *Problemas del Desarrollo*, vol. 21, n. 81, 1990, p. 15-40.
- CENDA. *Centro de documentación y análisis para los trabajadores*. Informe CBT, 2014. Disponível em: <http://cenda.org.ve/noticia.asp?id=104>.
- CEPAL. *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe*. División de Estadísticas. Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas, 2022. Disponível em: https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=1972&area_id=650&lang=es.
- CICERO, P. H. M. *O Rentismo Petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- CURCIO, P. *La mano visible del mercado. Guerra económica en Venezuela*. Caracas: Ediciones Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información (MinCI), 2017.
- DUMÉNIL, G; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- EL TROUDI, H. *Dilemas económicos e institucionales de la transición*. Caracas: Centro de Estudios Políticos Económicos y Sociales (CEPES) y Monte Ávila Editores, 2010.
- FERREIRA, C. C. C. *Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- FERREIRA, C. C. C. *A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela: Contradições e conflitos no capitalismo dependente petrolero-rentista*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GIORDANI, J. *La transición venezolana al socialismo*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.
- INE. *Ficha Técnica de la Encuesta de Grandes Empresas Industriales (EGEI) 2007 -2010*. Disponível em: http://www.ine.gob.ve/index.php?option=com_content&id=449&Itemid=36&view=article.
- LIMA GOMES, A. C. *La siembra de la dependencia: economía política do rentismo petrolero e suas implicações à política industrial bolivariana (1999-2013)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latino-americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

- LÓPEZ GONZÁLEZ, A. E.; DOMENECH LEGA, B.; FERRER MARTÍ, L. Renta petrolera y electrificación en Venezuela: Análisis histórico y transición hacia la sostenibilidad. *Cuadernos Latinoamericanos*, v. 29, n. 51, p. 1-24, 2017.
- LÓPEZ MAYA, M. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Editorial Alfa, 2005.
- LÓPEZ MAYA, M. *El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015*. Caracas: Editorial Alfa, 2016.
- LUCAS, G. *Industrialización contemporánea en Venezuela (1936-2000)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), 2006.
- LUCAS, G. *Populismo y Desindustrialización (1974-2020)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), 2021.
- MANDEL, E. *Las ondas largas del desarrollo capitalista. La interpretación marxista*. Tradução de Javier Maestro. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores S.A, 1986.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini – Vida e obra*. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 131-185, 2011.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, número 12, editorial Era, México, D.F., p.20-39, 1977.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, p. 21-36, 2012.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867]2013
- MAZA ZAVALA, D. F. *La década crítica de la economía venezolana (1998-2007)*. Caracas: Ensayos, El Nacional, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Sérgio Lessa e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOMMER, B. *La cuestión petrolera*. Caracas: Asociación de Profesores de la Universidad Central de Venezuela, 1988.
- MORALES, J. El imperialismo del siglo XXI. *Periferias. Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, Año 25, n. 24, p. 38-43, 2016.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Cecília; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, p. 37-86, 2012.
- OSORIO, J. *Teoría Marxista de la Dependencia: Historia, fundamentos, debates y contribuciones*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.
- OURIQUES, N. D. Política de desarrollo y transición al socialismo. *Revista Rebelde*, v. 5, n.1, p. 73-87, 2015.
- PARKER, D. El desarrollo endógeno: ¿Camino al socialismo del siglo XXI? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 13, n. 2, p. 59-85, 2006.
- SEVERO, L. W. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de sembrar el petróleo. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 93-117, 2009.
- SUTHERLAND, M. El proceso de desindustrialización (anti)socialista en Venezuela, crónica de una ruina anunciada. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, v. 22, n. 2, p. 15-40, 2016.
- VERA, L. Cambio estructural, desindustrialización y pérdidas de productividad: evidencia para Venezuela. *Cuadernos del Cendes*. Caracas, v. 26, n. 71, p. 89-115, 2009.

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE
LUCAS PAIVA FERRAZ

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Recebido em 20/05/2023

Aprovado em 28/09/2023

ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA¹

Ao Professor Chico de Oliveira

(in memoriam)²

Resumo

Este artigo trata da atual dinâmica de acumulação de capital do agronegócio brasileiro, com foco específico na região amazônica conhecida como Amazônia Legal. Faz-se uma revisão bibliográfica em Marx e autores marxistas, buscando explicitar os principais elementos que compõem a acumulação primitiva de capital que caracteriza a lógica histórica do capitalismo. Argumenta-se que a acumulação primitiva, na forma de acumulação por despossessão, continua a se dar sob novos formatos nas regiões periféricas do capitalismo mundial, especialmente na Amazônia. São tratados dados que ilustram as dinâmicas características do processo de acumulação por despossessão ou espoliação, como a expropriação de terras e a espoliação da natureza presentes no caso amazônico, sendo o principal motor pelo qual ocorre a expansão capitalista na região.

Palavras-chave: acumulação de capital; espoliação; Amazônia

JOSÉ RAIMUNDO BARRETO TRINDADE

Professor e pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

Email: jrtrindade@ufpa.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1999-8988>

LUCAS PAIVA FERRAZ

Discente do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPA).

Email: lucferraz8@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9139-7151>

¹ Os autores agradecem as valiosas críticas e sugestões de pareceristas anônimos da *Revista da SEP*. Como de praxe, qualquer erro, omissão ou imprecisão são de responsabilidade exclusiva dos autores.

² Em 1993 o professor Francisco de Oliveira esteve em Belém do Pará a convite do Museu Emílio Goeldi. A palestra realizada pelo histórico professor denominou-se “A reconquista da Amazônia”. Em diversos aspectos o artigo resultante da sua exposição demarca o que se tornou a Amazônia nestas últimas quatro décadas. Este artigo homenageia Chico de Oliveira e sua lucidez, em mais um momento em que a velocidade da acumulação de capital nos coloca nas vésperas de um tempo sem fim.

Abstract

This article deals with the current dynamics of capital accumulation in Brazilian agribusiness, with a specific focus on the Amazon region known as the Legal Amazon. A bibliographical review is made of Marx and Marxist authors, seeking to explain the main elements that make up the primitive accumulation of capital that characterizes the historical logic of capitalism. It is argued that primitive accumulation, in the form of accumulation by dispossession, continues to take place in new forms in the peripheral regions of world capitalism, especially in the Amazon. Data is presented that illustrates the dynamics characteristic of the process of accumulation by dispossession or spoliation, such as the expropriation of land and the spoliation of nature present in the Amazon case, which is the main driving force behind capitalist expansion in the region.

Keywords: Capital Accumulation; Spoliation; Amazon.

JEL: Q15; B51; R11

I. Introdução

O capitalismo configura-se em uma dinâmica de acumulação em escala espacial crescente, sendo que processos renovados de ciclos de produção de mais-valor³ avançam em novos espaços territoriais de reprodução, perfazendo uma dinâmica reprodutiva mundializada. A Amazônia constitui um destes espaços de fronteira de exploração capitalista, um território de expansão que sofreu diversas reconfigurações econômicas ao longo dos diversos ciclos de desenvolvimento capitalista brasileiro durante o século XX, até a configuração atual de uma reserva neoxtrativista de recursos naturais, com efeitos em sua ocupação, espaço, uso rentista da terra, valor, relações de trabalho e destruição socioambiental⁴.

Este artigo tem como principal objetivo analisar a expansão da atividade agrícola capitalista de grande porte (agronegócio) sobre o bioma amazônico, buscando entender os impactos socioeconômicos e o caráter que essa atividade desempenha sobre a acumulação e reprodução ampliada do capital na região da Amazônia Legal⁵. O agronegócio de grãos (soja

³ Convém reforçar que a acumulação de capital se processa teoricamente pela integração de três circuitos cíclicos teorizados por Marx (2014 [1884], p. 107-200): o ciclo do capital monetário, o ciclo do capital produtivo e o ciclo do capital-mercadoria, sendo que “cada um desses ciclos é considerado como forma especial do movimento no interior do qual se encontram diversos capitais industriais individuais (...) porém, cada capital industrial individual encontra-se em todos os três ciclos simultaneamente”. Essa reprodução cíclica integrada requer que o espaço também seja subsumido, se tornando parte ou elo do capital em expansão.

⁴ Não é o centro deste artigo tratar das configurações teóricas ou empíricas do “neoxtrativismo” e das “fronteiras de expansão”, considerando que há uma extensa bibliografia sobre esses aspectos, podendo-se aqui referenciar como fundamentais, desde o ponto de vista dos autores: GUDYNAS (2016); FRECHERO (2013); LÉNA (1988); VELHO (2013).

⁵ A chamada Amazônia Legal foi definida conforme a Lei Complementar n.º 1.806, de 6 de janeiro de 1953, por Getúlio Vargas, no âmbito de criação da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA) que, posteriormente, se converteria na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) já sob o regime militar. A referida área abrange, além dos estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, localizados na Região Norte, os estados do Mato Grosso e Tocantins, localizados na Região Centro-Oeste, e parte considerável do estado do Maranhão, localizado na Região Nordeste. Sobre a criação da SPVEA e as características de intervenção do Estado brasileiro na Amazônia Legal, conferir Trindade (2014).

e milho, principalmente)⁶ constitui o núcleo da agricultura capitalista brasileira, entendido como o estabelecimento de relações agrárias de produção no formato de *plantation*, com vistas à obtenção e maximização de lucro pela produção e venda de grãos no mercado internacional, rapidamente se estendendo em terras amazônicas.

Esta modalidade de atividade agrícola, que ganhou grandes proporções no Brasil após o processo de modernização do setor agrícola e com o avanço do padrão exportador de especialização produtiva, permitiu que o país quadruplicasse o seu produto agrícola entre os anos de 1975 e 2016, sustentado pelo aumento do consumo de fertilizantes, e da produtividade dos fatores de produção capital, trabalho e terra (GASQUES, BACCHI e BASTOS, 2018). Esses ganhos permitiram ao Brasil se tornar um dos principais espaços de acumulação neste setor, respondendo pelo valor da produção agrícola de R\$ 743 bilhões em 2021, uma alta de 58% em relação a 2020, segundo dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), sendo as lavouras de soja, milho e cana-de-açúcar os principais destaques.

Esse processo expansivo tem como uma das principais áreas de ocupação, não por acaso, a Amazônia. Três fatores integrados à lógica do atual padrão de reprodução econômica brasileiro explicam por quê: a centralidade primário-exportadora e os elevados ganhos gerados ao segmento da burguesia vinculada ao agronegócio; as características extensivas desse tipo de produção agrária, requerendo abundância de terras e um regime climático de sol e águas que são características edafoclimáticas favoráveis; e, por fim, o histórico favorecimento do Estado brasileiro à concentração latifundiária⁷.

⁶ “O Valor Bruto da Produção (VBP) em 2022 das principais cadeias agrícolas foi: soja (R\$ 385,2 bilhões), milho (R\$ 165,5 bilhões), cana-de-açúcar (R\$ 80 bilhões), café (R\$ 57,5 bilhões) e algodão (R\$ 50,1 bilhões)”. Conferir: EMBRAPA (2023). Acesso em: [https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/78089493/artigo---a-cadeia-produtiva-de-hortalicas-e-o-valor-bruto-da-producao#:~:text=Brasil%20\(CNA\).-Nesse%20cen%C3%A1rio%2C%20o%20VBP%20em%202022%20das%20principais%20cadeias%20agr%C3%ADcolas.%24%2050%2C%201%20bilh%C3%B5es\).](https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/78089493/artigo---a-cadeia-produtiva-de-hortalicas-e-o-valor-bruto-da-producao#:~:text=Brasil%20(CNA).-Nesse%20cen%C3%A1rio%2C%20o%20VBP%20em%202022%20das%20principais%20cadeias%20agr%C3%ADcolas.%24%2050%2C%201%20bilh%C3%B5es).) Acesso em: 05/06/2023.

⁷ O “padrão exportador de especialização produtiva” foi inicialmente devidamente categorizado por Osório (2012, p. 103-133), a saber, “padrão exportador de reprodução do capital”, centrado em “bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam alguns bens secundários, seja de produção local, seja de maquiladoras”. Para uma análise do caso brasileiro conferir TRINDADE & OLIVEIRA (2017) e para a Argentina vale a leitura de FRECHERO (2013).

Como observa Costa (2022, p.7), “a apropriação de novas terras [amazônicas] se concentrou em Mato Grosso (41%) e no Pará (36%) que juntos representam 77% do total”, sendo que nessas duas unidades da federação observa-se a expansão do agronegócio, cuja lógica é a extensividade do uso de terras e a crescente concentração fundiária, aprofundando as desigualdades existentes entre os produtores comerciais voltados ao mercado externo e os produtores camponeses e familiares com produção para subsistência e/ou abastecimento local (FABRINI, 2008; RICARDIO, 2011; MARTINE, 1991).

O escopo teórico no qual se assenta o presente trabalho de análise desse processo é a obra de autores marxistas, além da própria obra de Marx. Procurar-se-á explicitar os principais elementos que compõem a chamada acumulação primitiva, desenvolvida por Marx em *O Capital*, concomitantemente à interpretação de Harvey (2004, 2011, 2013) que desenvolve a categoria de *acumulação por espoliação*. Vale frisar que Harvey (2004) define acumulação por espoliação como um mecanismo histórico de reprodução do capital com base na apropriação ou “despossessão” de riqueza ou propriedades previamente existentes, capazes de dar vazão às condições de acumulação de capital frente às crises recorrentes do capitalismo.

A questão desenvolvida neste artigo problematiza o papel da Amazônia enquanto espaço periférico de acumulação de capital por espoliação no contexto do capitalismo contemporâneo, centrado na hipótese de que o espaço amazônico se tornou fronteira importante para o agronegócio brasileiro⁸.

Os dados apresentados são resultantes, principalmente, do Censo Agropecuário de 2017, da Pesquisa Agrária Municipal (PAM) dos últimos vinte anos (2000/2020) e das Estatísticas de Comércio Exterior (ComexStat) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). A análise das estatísticas nos revela o aumento das grandes propriedades produtoras de *commodities* e aumento exponencial da criação de gado. Isto demonstra, por um lado, a escala da acumulação de capital na Amazônia, orquestrada

⁸ Estudos de diversas autorias e perspectivas teóricas distintas apoiam a percepção aqui externada. Conferir, entre outros: MATOS *et al.* (2016); COSTA (2022); MESQUITA & JUNIOR (2019).

pelas grandes corporações agroindustriais produtoras de soja e carne, em coautoria com o Estado brasileiro. A exposição de dados se fará de forma gráfica com o objetivo de ilustrar o panorama de expansão da acumulação de capital na Amazônia. A área de abrangência dos dados apresentados é a Amazônia Legal, que compreende todos os estados da Região Norte e mais o Maranhão e o Mato Grosso – compreendendo todos os estados pertencentes à bacia amazônica sob área de atuação da Sudam, sendo que, quando necessário e relevante, procede-se a comparações com os valores nacionais, a depender do dado abordado.

O artigo está desenvolvido em quatro seções, além desta introdução. Na seção seguinte, trata-se teoricamente do escopo da acumulação primitiva e da acumulação por espoliação, buscando identificar seus principais elementos analíticos, além do tratamento das principais tendências de expansão do capital na Amazônia. Na terceira seção, apresentam-se considerações metodológicas baseadas no materialismo histórico e dialético, bem como o tratamento dos dados utilizados como material empírico. Na quarta seção, apresentam-se os principais resultados e sua análise, evidenciando-se o caráter expansivo do agronegócio na Amazônia, com o predomínio de culturas voltadas à exportação, e as condições de exploração da força de trabalho. Por fim, apresentam-se as considerações finais pertinentes.

2. Acumulação por espoliação e o ocaso amazônico

2.1 Acumulação primitiva, acumulação por espoliação e Amazônia

A acumulação de capital se desenvolve num processo relacional de tempo e espaço, algo que Harvey (2005) denominou de ordenação espaço-temporal⁹, isso com base na lógica de que os interesses econômicos de expansão mercantil impulsionam a exploração capitalista em todo planeta, como já tinham observado Marx e Engels (2012 [1848]) no Manifesto do Partido Comunista (MPC).

⁹ Harvey (2018, p. 134) volta a reforçar a referida lógica necessária à acumulação expansiva do capital ao observar que ele requer a “busca perpétua por ajuste espacial a suas contradições internas”.

Temporalmente o capital requer massas de valor acumulados historicamente, que possam ser apropriados e se destinem ao impulsionamento incessante da alienação de trabalho e natureza. Marx (2013 [1867]) assinala elementos relacionados à origem do sistema capitalista de produção, a assim chamada “pré-história do capital”, correspondente à acumulação primitiva. Cabe ressaltar que a acumulação primitiva é entendida por Marx como processo histórico, configurado por condicionantes sociais, políticos, culturais, tecnológicos e econômicos, que conformam a formação econômico-social específica, e não como produto natural da história, tal qual este processo foi entendido pela economia política clássica e neoclássica burguesa. Sobre este ponto, afirma Belluzzo (2013) que os autores da economia política utilitarista pressupunham a existência de leis naturais de ação individual que, uma vez que conduziam à maximização da utilidade individual, representavam regras inatas e imutáveis de comportamento, com pouca influência de fatores históricos e políticos, diferindo do método marxista. Sua denominação “primitiva” refere-se ao fato de constituir a pré-história do capital, o início do estabelecimento de relações capitalistas de produção, numa etapa em que o modo de produção ainda não estava plenamente instaurado.

A análise histórica marxista clássica desde muito ponderou que o desenvolvimento do capitalismo requereu a acumulação primitiva com base na expropriação violenta de uma classe de detentores de meios de produção (camponeses e artesãos) por outra (burguesia nascente), ocorrida sobretudo a partir do século XVI, apresentando diferentes características a depender da região, mas se manifestando em sua maior expressão na Inglaterra deste período, na qual o Estado teve papel ativo no processo de desapropriação. A essência deste processo repousa na separação entre produtor e meios de produção, estes convertidos em meios de produção de posse privada e aqueles em trabalhadores assalariados (MARX, 2013; DOBB, 1985; LUXEMBURGO, 1984)¹⁰.

¹⁰ Para um tratamento detido da noção histórica de acumulação primitiva, conferir, entre outros, PERELMAN (2000) e TRINDADE (2019). Como nota Harvey (2004, p.120), o debate refere-se à questão de saber se a “acumulação primitiva deve ser entendida como processo puramente histórico [de um dado período da história] ou contínuo”.

Segundo Marx (2013), trata-se da expropriação da produção agrária, com dissolução de modos de produção previamente estabelecidos e laços sociais comunitários e com a apropriação privada das terras da coletividade. Neste aspecto, a produção para subsistência e o estabelecimento de relações interpessoais entre os camponeses dão espaço a uma produção em que a produção para o mercado passa a ser a tônica. Neste processo, o Estado age de forma ativa, dada sua condição de ser uma forma política do capital¹¹, resultando em formação de numerosas classes proletárias, de um lado, e o fortalecimento econômico de uma burguesia constituída por capitalistas rurais, industriais, comerciais e financeiros de outro. A forma política do Estado é um dos instrumentos fundamentais para garantir que as classes dominantes burguesas se apropriem de riqueza econômica historicamente disponível.

No Reino Unido, tais medidas têm início na segunda metade do século XV na Inglaterra, ocorrendo, em algumas localidades da ilha, até o século XIX, como em regiões da Escócia, onde a expulsão de camponeses de suas terras encontrava amparo na legislação e conformava algumas condições importantes para a acumulação de capital: a liberação de terras para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista e a criação de um amplo contingente de trabalhadores proletários. Estes, ao migrarem para os núcleos urbanos, encontravam grandes dificuldades de incorporação pela manufatura, muitas vezes sendo classificados como mendicantes e errantes, para os quais a legislação da época impunha severos castigos, como o encarceramento ou até mesmo a possibilidade de se tornarem escravos (MARX, 2013, p. 524).

A acumulação primitiva de capital compreendeu dois movimentos históricos e lógicos ao mesmo tempo, como demonstraram, entre outros,

¹¹ A categorização expressa de Estado enquanto forma política do capital relaciona-se à chamada “teoria derivacionista do Estado” ou “teoria materialista do Estado”. Nesta formulação, baseada inicialmente nas contribuições do autor soviético Pachukanis (2017 [1927]), “o Estado é concebido como expressão derivada das relações econômicas, já que tanto a forma econômica quanto a forma política são características estruturais fundamentais da sociedade capitalista (...) [sendo] o Estado (...) parte integrante das relações de produção capitalistas” (HIRSCH, 2010, p. 31).

Dobb (1985) e Hobsbawm (1990): o desapossamento de pequenas propriedades e sua centralização em mãos de controladores burgueses; e o movimento de concentração de valores e direitos de propriedade, na sequência dos últimos três séculos. Esse processo não se define, porém, como uma condição temporal limitada ou de tempo absoluto, realizada em certa etapa de desenvolvimento do capitalismo. Como tratado por Harvey (2004, 2013, 2015), a acumulação primitiva de capital é menos um processo datado e mais um processo contínuo e relacional da acumulação capitalista, como demonstraremos mais à frente¹².

No caso específico da produção agrária, o sistema de espoliação descrito em detalhes por Marx no famoso capítulo sobre a acumulação primitiva do livro I de *O Capital*, sua principal contribuição foi a de liberar força de trabalho e terra, permitindo a mercantilização de gêneros alimentícios e demais produtos da natureza e, em decorrência disso, a ampliação do mercado e das trocas de forma geral. No caso da consolidação do capital industrial, a dissolução das antigas relações de produção e a expropriação dos trabalhadores de suas terras contribuíram para que o capital industrial adquirisse premência. Em razão disso as grandes indústrias manufatureiras inglesas se instalaram em áreas não cultivadas ou remanescentes de antigos vilarejos, como Manchester, Leeds e Birmingham, uma vez que outros centros com organizações mais autônomas tornavam difícil a instalação desses empreendimentos. Essa lógica vai ao encontro da tendência do capital de buscar espaços em que os arranjos institucionais sejam favoráveis à acumulação, evitando regiões em que os trabalhadores sejam mais organizados, haja barreiras naturais ou o Estado ofereça algum impeditivo à plena acumulação de capital.

O papel do Estado pode ser compreendido como instrumento em favor da acumulação, lançando mão do aspecto regulatório, da dívida nacional e do

¹² Harvey (2004, p. 116) se apoia em Rosa Luxemburgo (1984 [1913]) para desenvolver sua própria interpretação. A autora marxista alemã afirma corretamente que o “capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte (...) de todas as regiões do globo (...) daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades”.

sistema de crédito. Neste ponto, Trindade (2019, p. 16) afirma que a dívida pública constitui instrumento de acumulação primitiva, ao concentrar riqueza nas mãos da nascente burguesia inglesa. Assim, no sistema financeiro moderno, a dívida pública tem a função de diminuir o influxo de capital no processo de circulação, direcionando-o para a esfera do capital fictício, evitando uma desvalorização excessiva do capital produtivo pela destruição de massa do valor, na medida em que a superprodução pode conduzir à desestruturação do sistema de crédito.

Em resumo, o processo de acumulação primitiva resulta de e é causado pela expropriação dos produtores diretos e a supressão da posse do trabalhador sobre seus meios de produção, culminando em impedimentos no desenvolvimento da produção social e da individualidade do trabalhador. Neste ponto, Marx (2013, p. 541) contrapõe a propriedade privada capitalista à propriedade privada individual dos trabalhadores, cujo elo é o próprio trabalho. Para o estabelecimento da propriedade privada capitalista, uma condição necessária é a supressão da propriedade privada individual, pois esta última permite a formação de uma classe de trabalhadores assalariados e sem posse de meios de produção a não ser sua própria força de trabalho.

Como já enunciado acima, Harvey (2004; 2011) considera que a acumulação primitiva, longe de constituir ponto específico na história, constitui um processo contínuo e relacional da acumulação de capital em escala global. A geografia histórica do capitalismo se assenta, simultaneamente, em um contínuo processo de acumulação por despossessão, de um lado, e em locais específicos de reprodução ampliada, de outro, de modo que estes dois polos se reforçam mutuamente. Assim, a acumulação primitiva não constitui uma especificidade histórica, mas sim um processo contínuo de incorporação de novos territórios à dinâmica capitalista que retroalimenta a acumulação de capital em escala global, tendo sua manifestação fenomênica tanto no imperialismo quanto nas interações de contraface dele, ou

seja, o colonialismo e a dependência¹³. Isto implica dizer que a acumulação primitiva, enquanto processo contínuo, desenvolve-se nas franjas da expansão reprodutiva, tanto na incorporação espoliativa de relações sociais e econômicas não capitalistas quanto na apropriação e reconversão aos circuitos da acumulação capitalista de formas econômicas que, até então, estavam sujeitas a padrões não inteiramente capitalistas, como, por exemplo, empresas estatais privatizadas. No caso da Amazônia, é possível encontrar diversos elementos que representam estas expressões fenomênicas.

Esse processo de acumulação por despossessão implica a retirada de direitos da pequena propriedade ou a privatização de propriedades públicas ou estatais, algo mais característico do avanço do capitalismo nos países periféricos ou dependentes. Vale notar que as formas de exploração de recursos naturais e a expropriação de populações rurais camponesas na América Latina e no Sul da Ásia, além da degradação ambiental, destruição de recursos naturais, e a mercantilização da diversidade ambiental e de bens públicos, como educação e saúde, constituem o centro da atual lógica neoliberal.

De modo geral, a liberação de mais terras e mais recursos, utilizados como meios de produção, representa exemplos de acumulação por espoliação. Neste processo, tal qual ocorrido na pré-história do capitalismo, os Estados nacionais continuam a exercer papel fundamental, juntamente ao grande capital e às corporações transnacionais, enquanto um dos principais motores do capitalismo mundial na forma de acumulação por espoliação.

Pradella (2022, p. 161) afirma que Marx não analisou uma economia estática e isolada, e sim um sistema mundial em constante expansão, o que permite identificar tendências e antagonismos no interior deste sistema, bem como desenvolvimentos teóricos acerca da continuidade do processo de acumulação

¹³ O imperialismo constitui uma noção teórica marxista clássica, sendo, antes de tudo, a forma espacial de expansão do capitalismo. Lenin (2021 [1916]) observou que cinco elementos o definem historicamente: I) a exportação de capitais; II) a produção e distribuição centralizada em grandes empresas; III) a fusão do “capital bancário” com o “capital industrial” na forma de “capital financeiro”; IV) a crescente disputa geopolítica entre potências capitalistas; e V) as guerras recorrentes. A dependência, como teoricamente a desenvolveu a Teoria Marxista da Dependência, constitui a contraface existencial do imperialismo, como mostrou, entre outros, MARINI (2000).

primitiva, conforme desenvolvido por Luxemburgo (1984) e Harvey (2004). Assim, a lei geral da acumulação capitalista deve ser entendida como lei de acumulação em escala planetária, processo no qual os Estados nacionais desempenham importante papel, sobretudo considerando-se o imperialismo, e o fato de o processo de centralização do capital internacional ganhar novos contornos. Nesse sentido, a recorrência ao mercado externo e à globalização do capital são alternativas para pôr em movimento o capital excedente nas economias centrais, conforme disposto em Harvey (2004). Além disso, na medida em que estes espaços representem grandes reservatórios de força de trabalho barata, também é interessante aos interesses da acumulação de capital explorá-los das mais diversas formas, seja por meio do estabelecimento das relações salariais, ou então pela subordinação de formas já existentes de produção que sejam funcionais aos interesses da acumulação.

Vale fazermos certo desenvolvimento teórico que vá além dos autores já tratados. Primeiramente, a acumulação primitiva constitui fenômeno histórico contínuo, como já estabelecido, porém observando que a condição desenvolvida por Marx (2013) colocava seu foco na base originária da reprodução capitalista cíclica, e considerando diferentes meios de favorecimento da organização sistêmica do capital, desde a “pirataria” e o cercamento de terras até a espoliação colonial e o sistema de dívida estatal, entre outros. A acumulação originária, apresentada por Marx, versa sobre a formação dos primeiros capitais e olha para a Inglaterra como fonte de investigação e por isto olha para a sua formação econômico-social.

A acumulação por espoliação ou despossessão, apresentada por Harvey (2004, p. 115-148), tem o objetivo de explicar o processo de ordenamento espaço-temporal imposto pelo capital aos territórios onde não há circulação de capital ou mesmo de mercadorias, além de elucidar também a apropriação de circuitos econômicos parcialmente capitalistas ou controlados pela intervenção estatal, considerando inclusive as diversas formas atuais de privatização de empresas públicas em diferenciados segmentos econômicos.

Com base no que foi desenvolvido podemos tratar a acumulação por espoliação enquanto forma contínua temporal e espacial de controle expansivo

do capital sob uma dupla modalidade, que denominaremos de tipo I e tipo II, cuja característica comum é a apropriação e subsunção de riqueza social e ambiental estabelecida, porém não resultantes de circuitos reprodutivos do capital tecnologicamente ou institucionalmente já estabelecidos, mas derivados da apropriação espoliativa. O quadro abaixo ilustra nossa proposição, evidenciando a adequabilidade da Amazônia aos processos de acumulação por espoliação:

Quadro I – Comparação entre formas históricas de acumulação primitiva

Categorização	Acumulação Primitiva	Acumulação por Espoliação (I)	Acumulação por Espoliação (II)
Características Históricas	Originária para expansão sistêmica do capitalismo até o século XIX	Garante novos circuitos reprodutivos via expropriação de culturas, terras e ambientes não capitalistas	Garante a expansão de circuitos reprodutivos antes controlados por formas estatais
Base de Expropriação	Camponesa e artesã europeia e expropriação colonial	Camponesas, indígenas e biomas ainda não explorados	Segmentos diversos: educacionais, saúde, mineral, outros
Base Tecnológica Apropriada	Tecnologia pré-capitalista com subsunção formal do trabalho ao capital	Destruição de tecnologias não impactantes ao meio ambiente e substituição por tecnologias de impacto	Apropriação de bases tecnológicas nacionais já capitalistas com concentração e centralização econômica
Relação Espacial	Colonização e formação do imperialismo inglês	Neocolonialismo e dependência ao imperialismo dos EUA	Dependência
Relação Temporal	Formação do sistema de crédito capitalista	Neoextrativismo	Neoextrativismo/financeirização
Relação de Controle Social e Econômico	Formação da população proletária europeia, inclusive de sua superpopulação relativa	Expansão da superpopulação relativa global Controle sobre as bases de recursos naturais e bióticos	Expansão da superpopulação relativa global Controle sobre as bases de recursos naturais e bióticos

Fonte: elaboração própria

2.2 Mais uma vez a reconquista da Amazônia

A realidade da Amazônia perpassa tanto a esfera natural, compreendendo a maior biodiversidade do planeta, como sua complexa formação socioeconômica. Chico de Oliveira em sua incrível tenacidade observava, ainda nos anos de 1990, que a Amazônia era palco de permanentes descobertas e reconquistas pelo capital (OLIVEIRA, 1994). Sobre isto, cabe lembrar que, desde o século XVII, a região amazônica convivia com ciclos periódicos de extração de seus recursos naturais, participando efetivamente da acumulação primitiva de capital. Contudo, somente no contexto do século XX, os projetos infraestruturais, combinados com os incentivos fiscais governamentais para a produção agrícola, lançaram as bases para que uma grande fronteira de acumulação capitalista se consolidasse na Amazônia, com a diferença que, desta vez, a integração se fez de forma mais intensa, viabilizada pelos avanços tecnológicos e pelo alto investimento.

No atual estágio, a acumulação se dá não somente na frente agrária, mas também no escopo mais amplo da exploração de seus recursos naturais e de seus habitantes. A Amazônia constitui espaço de expansão da acumulação que integra três fatores básicos da ordem dependente de transferência de valores da periferia para o centro capitalista: terra, como base de exploração agrária (agropecuária); o subsolo, como base de exploração mineral, e as fontes hídricas (rios e lagos), como base de exploração energética. Esses condicionantes se somam à lógica de acelerada urbanização que se estabelece com os fluxos migratórios dos últimos cinquenta anos, estabelecendo um padrão de destruição ambiental e pobreza social (TRINDADE & OLIVEIRA, 2011).

Como exemplo de aproveitamento energético, pode-se citar como caso representativo o grande número de hidrelétricas construídas na Amazônia a partir da década de 1970, conforme minuciosamente disposto em Fearnside (2015). Um exemplo é a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), em 1984, em que a maior parte do grande volume de energia elétrica gerada é direcionada para as empresas de beneficiamento do alumínio, ao mesmo

tempo que sua construção inundou regiões que continham áreas indígenas, como o território Parakanã.

Outro exemplo de grande significado é a Usina Hidrelétrica de Balbina (construída entre 1985 e 1989), localizada no estado do Amazonas, que gera uma quantidade pequena de energia (cerca de 112 megawatts, insuficiente para atender às demandas da cidade de Manaus, fim para o qual a usina fora criada), ao mesmo tempo que origina diversos problemas ambientais, como a inutilização de florestas alagadas e o desalojamento forçado de populações indígenas Waimiri-Atroari. Por fim, o exemplo de maior notoriedade nacional é a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UBM), objeto de grandes controvérsias por pelo menos trinta anos, devido aos grandes impactos sobre populações indígenas no Pará, mobilizando movimentos sociais contrários à sua instalação (BERMANN, 2012), situação ainda mais complicada com o avanço do desmatamento na região, conformando-se uma autocracia energética.

No âmbito da exploração de recursos minerais, por sua vez, as grandes minas localizadas em cidades como Canaã dos Carajás, Parauapebas e Oriximiná representam casos interessantes. Canaã dos Carajás e Parauapebas abrigam importantes reservas de minério de ferro, em torno das quais modernos complexos de exploração mineral são instalados, como o SUD, localizado na serra dos Carajás, no sudeste do Pará. Oriximiná, por sua vez, é locus da extração de bauxita, bem como do emblemático caso de descarte de rejeitos de beneficiamento da bauxita no meio ambiente feito pela Mineração Rio do Norte (TRINDADE, 2001, 2019a; WANDERLEY, 2021), na década de 1980, em que se estima que 24 milhões de toneladas foram despejadas em 10 anos, impactando cerca de 30% da superfície do lago Batata, próximo ao rio Trombetas.

De forma geral, os principais saldos negativos da atividade mineral na Amazônia são as baixas conexões à montante e à jusante do setor, impedindo a criação de um volume significativo de empregos capaz de impactar positivamente a renda na região, além do forte impacto ambiental em

decorrência da concentração excessiva na etapa extrativista do ciclo mineral, reforçando a posição primário-exportadora historicamente consolidada da região. Por fim, cabe mencionar as fracas contrapartidas fiscais¹⁴ que comprometem o financiamento efetivo de políticas capazes de atenuar a pobreza e a desigualdade (TRINDADE *et al.*, 2014; ENRÍQUEZ, 2011).

As situações descritas acima somente se tornam possíveis pela aliança entre o Estado brasileiro e o grande capital, tanto nacional como internacional, viabilizando a continuidade da acumulação por espoliação descrita por Harvey. O ponto central permanece sendo a compreensão de como o capital e os Estados nacionais se unem para viabilizar a maior acumulação de capital possível. Segundo Marques e Trindade (2014, p. 154), a atuação do Estado estabelece importantes elos para a efetivação da reprodução ampliada do capital, viabilizando e gerindo a força de trabalho, a terra e a infraestrutura necessárias para este processo. O uso da violência e da expropriação ocorre ainda hoje na Amazônia, com o direito prevalecendo em favor da classe dominante.

Os ciclos de exploração da borracha ocorreram ao final do século XIX, tendo durado até o início do século XX. Este processo se constituiu sob a forma do sistema de aviamento, importante elemento das relações sociais e de produção na região amazônica dessa época, que vinculava o trabalhador direto e o seringalista em relações de dívidas elevadas e difíceis de serem pagas¹⁵. Possuía seu ritmo ditado em razão da demanda externa por borracha, oscilando conforme esta variável. Neste aspecto, após a descoberta da vulcanização do látex em 1839, a demanda mundial pela borracha

¹⁴ Como exemplo, pode-se citar que a principal contribuição tributária sobre a mineração, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), é proporcionalmente baixa em comparação com as cifras de produção e de lucro das principais mineradoras, como a Vale. No ano de 2021, o total arrecadado de CFEM foi de R\$ 10,3 bilhões, enquanto o lucro líquido da Vale foi de R\$ 121 bilhões.

¹⁵ Aviamento é um sistema de mercadorias antecipadas por meio de crédito, o qual deve ser pago com a produção local, no caso, com a produção de borracha. Trata-se de um sistema de escambo, cuja coordenação vai se dar sob o comando dos aviadores (em geral brancos/europeus), que definiam tanto os “preços” das mercadorias por eles aviadas quanto da borracha produzida pelos seringueiros, gerando dívidas crescentes e impagáveis destes últimos junto aos seringalistas, o que perpetuava a situação de servidão desses trabalhadores diretos.

aumentou bastante, ocasionando aumento do preço internacional do produto. Com isso, a região amazônica, que contava com abundância de seringueiras (*Hevea brasiliensis*), se tornou a grande fornecedora mundial de látex, transformando a borracha em um dos principais produtos da pauta exportadora brasileira no final do século XIX e início do século XX, chegando a produção gomífera em 1910 a representar 39% do total exportado pelo Brasil¹⁶. Porém, o ciclo da borracha foi curto, apresentando uma tendência de declínio de produção já na primeira década do século XX, tendência que se reverteria após a Segunda Guerra Mundial, quando a região voltou a fornecer látex para os EUA após a tomada dos seringais asiáticos pelo exército japonês.

Após este período, com o amadurecimento do discurso desenvolvimentista para a Amazônia, tem origem o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, datado de 1953, com a posterior criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O órgão, efetivado em Belém em 1953, buscava colocar em prática os planos para o desenvolvimento da Amazônia (TRINDADE & OLIVEIRA, 2014, p. 51). Dentre os principais pontos do plano, destacam-se a intenção de incrementar a produção extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial, além do incentivo ao capital privado, fomento ao comércio e tentativa de estabelecimento de um sistema bancário (p. 115). Neste sentido, a SPVEA consolida a intervenção estatal na região, fato que foi responsável por integrá-la ao restante do Brasil, viabilizando o escoamento de seus produtos primários para o restante do Brasil e do mundo e possibilitando uma inclusão mais intensa da região no sistema capitalista brasileiro (MARQUES & TRINDADE, 2014, p. 157). Uma marca desta intervenção foi a construção da BR-153, na década de 1950, conhecida como rodovia Belém-Brasília.

¹⁶ Os dados estão no Ipeadata. Em 1910, exportações totais de £ 63,1 milhões, contra £ 24,6 milhões em exportações de borracha. Veja-se: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>, catalogados nas séries: I. Exportações - (FOB), frequência anual (1821 até 1939, unidade: Libra esterlina (mil)); II. Exportações brasileiras de borracha, frequência anual (1827 até 1939, unidade: Libra esterlina (mil)).

Passando para os governos da ditadura militar, a partir da década de 1960, a premissa era ocupar a região e direcionar-lhe investimentos de infraestrutura, visando o aproveitamento econômico máximo de seus recursos (RIVERO & COONEY, 2010). Era o início da Operação Amazônia, durante a qual foi regulamentada a Zona Franca de Manaus, criado o Banco da Amazônia e reformulado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. O novo Plano promovia amplos incentivos fiscais para a região, com ênfase na atividade agropecuária, formatando um tipo de integração, pretendida pelo regime militar, que buscava atender aos interesses do capital nacional e internacional (MARQUES, 2013, p. 185). Estas políticas determinaram a transferência de largas faixas de terra para os grandes proprietários e elites locais, culminando em uma contrarreforma agrária, que concentrou a terra e provocou migração e desmantelamento do tecido social de pequenos produtores. A questão principal era a posse da terra como uma *commodity* por si própria. Neste sentido, fraudes legais, como a grilagem, eram meio de apropriação de terra na Amazônia, fazendo surgir conflitos com os indígenas e habitantes originários do local.

Também se distribuíram terras aos colonos, ao longo da Transamazônica, com migrantes que vieram principalmente do Maranhão, Ceará e do Eixo Centro-sul (RIVERO & COONEY, 2010, p. 61). Os que vinham do Nordeste o faziam em virtude dos períodos de seca, e os que vinham do Sul/Sudeste o faziam por não terem condições de competir com a agricultura moderna em vias de consolidação nessas áreas do país. Assim, a criação de gado se consolida como atividade na região e, além disso, confere mais fontes de renda aos proprietários, como a decorrente da especulação e venda de madeira.

3. A Amazônia como espaço do agronegócio

A partir do segundo governo de Getúlio Vargas, tem início uma preocupação governamental explícita com a questão do suprimento interno das necessidades de insumos para a produção. Além disso, em decorrência do

processo de urbanização iniciado nesse período, com conseqüente aumento da demanda por alimentos, cria-se uma necessidade de crescimento sistemático do produto agrícola por meio da modernização (ALVES; CONTINI, 2005). Contudo, foi com o Plano de Metas que teve início o processo, denominado por Silva (1998) como internalização do departamento I (caracterizado pela ampla massa de capital constante), buscando conferir à produção agrícola uma dinâmica de crescimento mais autônoma, na qual a agricultura pudesse apresentar uma trajetória sustentada de crescimento, alimentada pelo aumento na composição orgânica do capital.

A partir de 1964, a diversificação das exportações agrícolas e a internalização de parcela do departamento I determinam a consolidação dos complexos agroindustriais. Desse modo, a produção acaba se dando de forma bem mais verticalizada e encadeada, determinando uma dinâmica de acumulação cada vez mais conjunta entre o capital industrial e o setor agrícola. Neste sentido, a modernização da base técnica, ocorrida neste período, beneficiou diretamente a indústria processadora de alimentos e de matérias-primas, ampliando o escopo de acumulação desses setores.

Vale ressaltar que este processo culmina em profunda modificação estrutural do setor agrícola brasileiro, que pode ser atribuído, entre outros motivos, à difusão do pacote tecnológico originado na Revolução Verde (MARTINE, 1991, p. 9). O principal foco da modernização da base técnica reside no aumento da produtividade e na garantia de abastecimento interno e externo, enquanto se mantêm inalteradas a estrutura agrária e as heterogeneidades entre os produtores, configurando-se o fenômeno da modernização conservadora (RICARDIO, 2011; DELGADO, 2001).

Neste sentido, a racionalidade produtiva da maior parte dos pequenos e médios produtores não era compatível com a proposta de tecnificação imposta pelo processo de modernização, sobretudo em regiões como o Norte e o Nordeste. Com efeito, a plena integração ao setor industrial e às redes de mercado, que eram requisitos para a modernização da base técnica, somente era possível aos produtores mais capitalizados e a produtos agrícolas

específicos (SILVA; BOTELHO, 2014). Desse modo, configura-se uma dinâmica excludente e concentradora, com um número expressivo de produtores que sofrem com a expropriação de seus territórios e com o enfrentamento de uma concorrência desigual.

Nesta dinâmica, a ausência de reformas efetivas no âmbito estrutural culmina em profundas dificuldades para os trabalhadores do rural brasileiro. Na modernização conservadora, o aumento contínuo do produto agrícola anualmente e a integração do setor agrícola com outros setores encobriam a real necessidade de reforma agrária, bem como o próprio questionamento das estruturas fundiárias bastante concentradas. No período militar, acentuou-se a concentração fundiária e a exclusão permanente de camponeses e demais povos tradicionais do acesso à terra (DELGADO, 2020). Em âmbito mais geral, gera-se um profundo desequilíbrio socioeconômico em regiões de fronteira de recursos naturais, entre as quais a Amazônia é de grande importância. Esse desequilíbrio advém não somente da moderna produção agropecuária, mas também da instalação de grandes projetos hidroenergéticos e minerais, capazes de provocar simultaneamente impactos diretos no meio ambiente e desagregação da vivência social tradicional de habitantes locais. Nesta dinâmica, há o cruzamento de capital em vários setores em busca da valorização no setor primário.

Um outro elemento importante de complexificação da dinâmica moderna de acumulação de capital no setor agrícola é a grande influência que o capital financeiro também passou a exercer neste setor a partir da modernização conservadora. Tem-se que o capital financeiro persegue a valorização do valor, bem como sua crescente centralização no setor agrícola. Sua expressão fenomênica dominante no Brasil constitui o Sistema Nacional de Crédito Rural, subsidiado pelo Estado entre 1967 e 1980. Com o crédito rural, o subsídio fiscal e o baixo Imposto Territorial Rural (ITR), cria-se um ambiente atrativo ao capital e à criação de complexos agroindustriais capazes de maximizar a extração de renda da terra (DELGADO, 2020), além

de se estabelecer um mercado de terras, cujo foco explícito é a captura da renda fundiária de novas terras¹⁷.

No caso específico da região amazônica, tem-se que as dinâmicas rurais estabelecidas culminaram em profunda transferência de ativos e recursos naturais originalmente públicos para agentes privados, transferência que se tornou possível pela formação de um mercado de terras e pelos mecanismos de distribuição sob a premissa de reforma agrária (COSTA, 2012, p. 261). Neste debate, afirma-se que os regramentos institucionais são condizentes com os interesses do grande capital nacional e internacional, caracterizados por grande patrimonialismo a apropriação privada de bens públicos (COSTA, 2012, p. 268), como ocorre pela grilagem de terras públicas. Tais fatos transformam o Estado em mecanismo de acumulação conjuntamente ao capital privado.

Este mercado de terras se torna possível pelas características estruturais e fundiárias da Amazônia, quais sejam: assimetria distributiva entre agentes, disponibilidade de ativos naturais de grande valor, tratamento indistinto de ativos diferenciados e a posse ilegítima de terras públicas (COSTA, 2012, p. 262). Seu efeito é principalmente a transformação de florestas originárias, de posse pública, podendo ser reservas, territórios protegidos ou ocupados por indígenas, em terras com mata ou para lavoura, propícios ao desenvolvimento de atividades como agropecuárias e lavouras. A dinâmica do mercado de terras transforma a terra em ativo – ou capital, ou seja, em instrumento de acumulação, passível de valorização.

Nas dinâmicas mais atuais, a acumulação de capital é caracterizada, entre outras atividades, pela criação de gado, sendo que a expansão de cabeças de gado foi viabilizada pela derrubada da floresta, como visto anteriormente, pela redução de custos de deslocamento e pelo aumento na produtividade. Com o aumento da demanda externa por carne de boi e o aumento da lucratividade da pecuária na Amazônia, cresce a pressão por mais áreas de

¹⁷Veja-se a respeito TRINDADE e PAIXÃO (2023).

criação de gado, provocando entrada de novas corporações na região, bem como a diminuição de áreas de florestas e aumento de áreas de pastagens ou lavoura. Neste sentido, cabe ressaltar que um resultado igualmente deletério é o desmatamento associado a estas expansões, cujo impacto se faz sentir de forma significativa nas regiões de expansão de fronteira agrícola.

Mas, além do desmatamento, outros elementos danosos se colocam, como a especialização da matriz produtiva da região em atividades primário-exportadoras, a mercantilização de recursos naturais elementares (DELGADO, 2020), a superexploração da mão de obra e os conflitos sociais pela posse da terra. Estes fatores são relevantes na medida em que promovem cada vez mais exploração do espaço natural e da força de trabalho, bem como acentuam o movimento da internacionalização dos recursos naturais. Esta forma de inserção externa do Brasil no mercado mundial não se mostra sustentável no curto e no longo prazos. Os direitos de propriedade que se estabelecem são estritamente mercantis e a lógica territorial imposta pela dominação do capital financeiro sobre os recursos naturais coloca em questão inclusive a soberania territorial da nação, bem como as condições de reprodução social de seus habitantes e da classe trabalhadora.

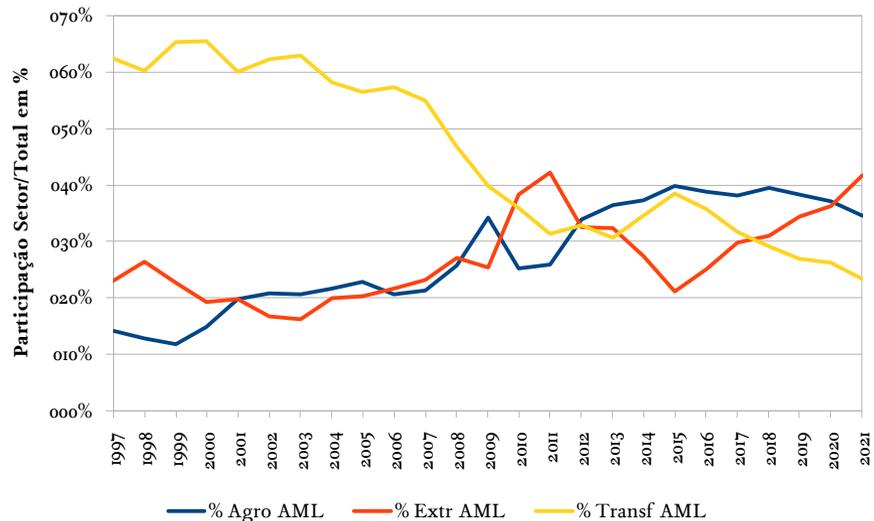
3.1 Terras para especulação e espoliação

Dentre as diversas características do processo de inserção da Amazônia nos fluxos de acumulação de capital nacionais e internacionais, encontram-se tendências como a perda de participação do setor de bens de capital e o aumento sucessivo da participação de bens básicos e semielaborados em sua pauta de produção (DELGADO, 2020, p. 290). Tal fenômeno é dinamizado pelo agronegócio e, no caso especial da Amazônia, pela indústria extrativa mineral, cuja dinâmica já destacamos. Dessa forma, a reprimarização das exportações da região é capaz de evidenciar, entre outras coisas, a manutenção da Amazônia enquanto região periférica e produtora de bens básicos, a mercantilização de seus recursos naturais (bens agrícolas e minérios) e a extração de riquezas de forma bastante concentrada na mão de certas

oligarquias burguesas, dado o grau de exclusão da indústria mineral e do agronegócio na região.

A Figura 1 demonstra como se deu esta dinâmica para o caso da Amazônia Legal. Entre 1997 e 2021, a participação do setor agrícola na pauta de exportações saiu de 14,3% em 1997 para 34,7% em 2021, enquanto a participação da indústria extrativa mineral se deslocou de 23% para 41,8% do total no mesmo período. Em contrapartida, o setor de transformação teve um expressivo decréscimo de 62,5% para 23,4% no mesmo período, representando um decréscimo aproximado de 3,8% ao ano. Este foi mais acentuado do que a dinâmica verificada parav o país como um todo, que apresentou um ritmo de diminuição da participação da indústria de transformação de 1,8% no mesmo período.

Figura 1: Composição da pauta de exportação da Amazônia Legal (1997-2021)



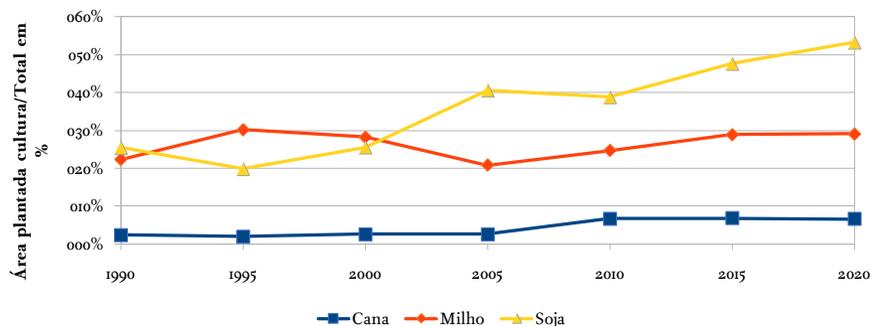
Fonte: ComexStat – MDIC (2022). Elaboração própria. Dados disponíveis em <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 05/04/2023

Evidencia-se na figura acima o crescimento da pauta primário-exportadora, baseando-se sua produção principalmente na mercantilização de recursos naturais, ocasionando o aprofundamento de desequilíbrios ambientais e sociais aos seus habitantes, como observamos em artigo anterior (TRINDADE, 2019a; TRINDADE & OLIVEIRA, 2020).

Analisando o interior do setor agropecuário, por sua vez, é possível verificar que a produção agrícola na Amazônia Legal cada vez mais é ocupada pela produção de *commodities*, como a soja, a cana-de-açúcar, o milho e o dendê, em detrimento de outras culturas de maior importância para a alimentação dos habitantes locais e abastecimento do mercado interno, como o arroz, a mandioca e o feijão. Analisando dados quinquenais da Pesquisa Agrícola Municipal de 1990 até 2020, é possível ter evidências desta alteração na produção.

No início da série, cana-de-açúcar, milho e soja representavam, respectivamente, 2,3%, 22,3% e 25,4% da área plantada total na Amazônia Legal. Em 2020, os valores eram de 6,7%, 29% e 53,2%, representando aumento tanto absoluto como relativo da ocupação de terras para a produção de *commodities* direcionadas ao mercado externo, sobretudo a soja. Esse aumento de participação relativa deve-se à inserção externa do Brasil como fornecedor de *commodities* agrícolas para o restante do mundo, com grande presença de corporações transnacionais deste setor em solo brasileiro e amazônico (TRINDADE & OLIVEIRA, 2017; TRINDADE & PAIXÃO, 2023; RIVERO & CONEY, 2010). Esta tendência se acentua com a liberalização de mercados e desregulamentação do setor, que seguiu a tendência neoliberal dos governos brasileiros nesta década, culminando na penetração do capital internacional.

Figura 2: Área plantada de commodities em relação ao total na Amazônia Legal (1990-2020)



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE, 2023), vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 05/06/2023

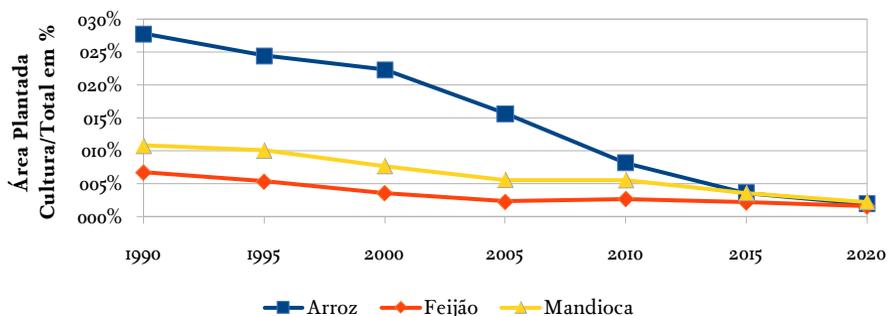
Como exemplo, pode-se citar as empresas estadunidenses Bunge, Monsanto e a brasileira Cargill. Esta última possui um terminal graneleiro na cidade de Santarém, localizada às margens do Rio Tapajós, que originou diversos impactos socioambientais na região, como a expulsão de agricultores locais, a supressão da vegetação nativa e o desequilíbrio das atividades de pesca que se desenvolvem na região. Além disso, a multiplicação de conflitos fundiários e a especulação imobiliária prejudicaram os habitantes locais, reforçando o processo de abandono de terras por parte dos agricultores familiares locais¹⁸. Ressalte-se, além disto, a falta de rigidez e as irregularidades no cumprimento do licenciamento ambiental estabelecido com o governo do estado. Estas evidências revelam a atuação conjunta entre capital internacional e Estados nacionais na busca de impulsionar a acumulação, caracterizando claramente a acumulação por espoliação, tal como descrita por Harvey.

Por sua vez, ao se analisar a participação de culturas voltadas ao mercado interno, o que se verifica é um declínio bastante acentuado no mesmo período. A cultura do arroz, por exemplo, que antes correspondia a 27,8% da área plantada total na Amazônia Legal em 1990, apresentou redução para incrível 1,9% em 2020, demonstrando como a expansão da grande produção agroindustrial afeta a produção de culturas básicas. O mesmo ocorreu com o feijão, cuja participação diminuiu de 6,7% para 1,5%, e com a mandioca, que apresentou diminuição de 10,8% para 2,2%. Com isso, é possível verificar que a penetração do capital internacional,

por meio das grandes corporações transnacionais, impacta negativamente as dinâmicas rurais locais.

¹⁸ O estudo completo, do qual foram retiradas estas informações, pode ser acessado em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/estudo-revela-impactos-provocados-pela-instalacao-do-porto-da-cargill-em-santarem-pa/23615>>.

Figura 3: Área plantada de culturas para o mercado interno em relação ao total na Amazônia Legal (1990-2020)



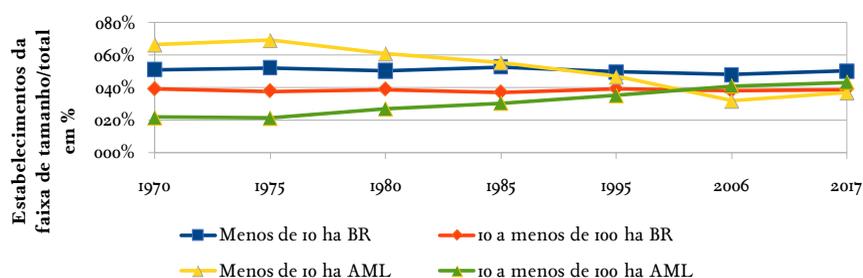
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 05/06/23

Considerando a centralidade da desapropriação de terras na acumulação por desapossamento, é relevante analisar como se dá a distribuição de estabelecimentos agropecuários por faixa de tamanho na região amazônica. Considerando as expressões da acumulação por espoliação descritas por Harvey (2005, p. 121), com base em Marx, encontramos, entre suas múltiplas possibilidades, a expropriação de produtores locais de suas habitações de origem e a substituição de formas de produção tradicionais pela produção capitalista (ou então a subordinação daquela por esta). Considerando a dinâmica territorial agrária brasileira, em que a terra é concentrada na atividade agrícola mecanizada em detrimento da produção familiar, espera-se, com a expansão daquela, que o número de estabelecimentos agropecuários de menor escala seja fortemente afetado pela apropriação de terras.

A figura 4 demonstra como a proporção de pequenas propriedades tem diminuído de forma mais acentuada na Amazônia Legal em comparação com o restante do Brasil, realidade que pode ser evidenciada a partir da variável proporção de propriedades com menos de 10 hectares em comparação com o total de propriedades no território em questão. Neste debate, atesta-se que a proporção de estabelecimentos com menos de 10 hectares diminuiu de 66,5% do total em 1970 para 36,9% em 2020 na Amazônia Legal, enquanto no Brasil, a redução foi de 51,2% para 50,1%. Ao mesmo tempo, cresce a

proporção de estabelecimentos de tamanho médio (de 10 a 100 hectares) na Amazônia Legal, de 21,6% para 43,2%, enquanto este valor se mantém praticamente o mesmo no Brasil. Estes dados evidenciam a concentração de terras e o avanço do capital agrário na Amazônia, permanecendo essa região como *locus* de expansão da fronteira agrícola e de apropriação de recursos naturais e da terra.

Figura 4: Proporção de estabelecimentos de pequeno e médio porte em relação ao total na Amazônia Legal (AML) e no Brasil (BR) - 1970 a 2017



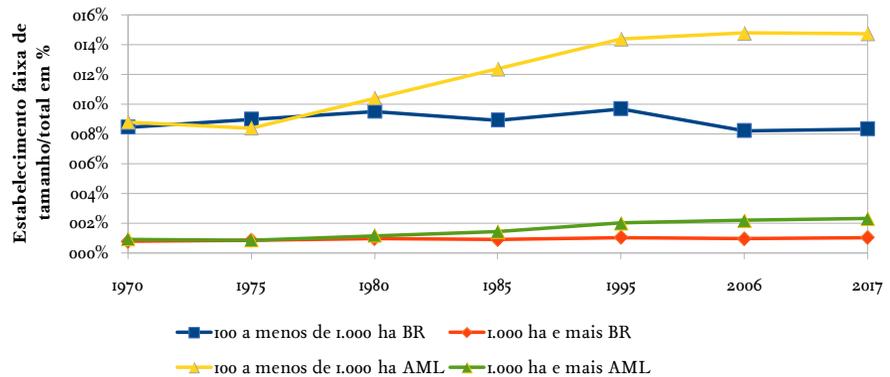
Fonte: Censo Agropecuário IBGE, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CA/A/Q>>. Acesso em: 05/04/2023

Por fim, considerando a situação de exploração da classe trabalhadora, sobretudo a partir de 2019, ano de início do governo Bolsonaro, nota-se, num plano mais geral, uma série de retrocessos na regulação das relações entre trabalho e capital, consubstanciados na extinção do Ministério do Trabalho. Com isso, o aumento de evidências de trabalho escravo é uma realidade na Amazônia, conforme ressaltado por Filho e Sodré (2020). Os maiores índices, segundo os autores, se concentram nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Mato Grosso, em virtude de o maior destino dos trabalhadores escravizados ser o trabalho agropecuário.

No caso especial do território paraense, a combinação do desflorestamento com a agropecuária, a mineração e o agronegócio torna este tema ainda mais complexo. Afirmam Filho e Sodré que a agropecuária da região, que congrega latifundiários locais com o agronegócio da soja e do gado, atrai os trabalhadores com baixa escolaridade e em alto grau de vulnerabilidade socioeconômica. As principais regiões de ocorrência do trabalho escravo no

Estado são as regiões de fronteira agrícola e os municípios ao longo da rodovia transamazônica – BR 230 (FILHO E SODRÉ, 2020, p. 527). Com isso, é possível notar a superexploração da força de trabalho a que Harvey faz referência em sua obra, evidenciando como as atividades que impulsionam a acumulação por espoliação se assentam na exploração das populações locais.

Figura 5: Proporção de estabelecimentos de grande porte em relação ao total na Amazônia Legal (AML) e no Brasil (BR) - 1970 a 2017



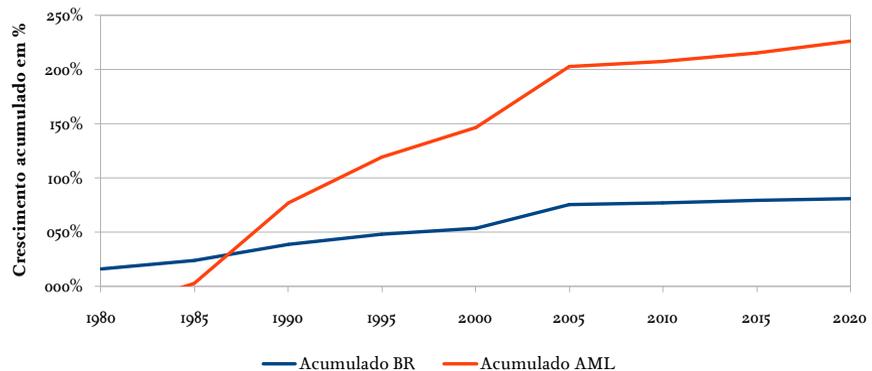
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/SI/CA/A/Q>>. Acesso em: 05/04/2023

Ao mesmo tempo, ao analisar o outro extremo, das propriedades de mais ampla dimensão, também é possível notar que a Amazônia Legal tende a concentrar cada vez mais a terra. Conforme exposto na figura 5, enquanto a proporção de estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares e acima de 1.000 hectares se mantém estável no Brasil (entre 8,4% e 0,9% respectivamente), há significativo aumento na Amazônia Legal. Neste sentido, em 1970, os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares eram 8,8% do total, passando a 14,7% do total em 2017, enquanto aqueles de mais de 1.000 hectares passaram de 0,9% para 2,3% do total na região.

Outra evidência importante deste conflito entre capital e trabalho diz respeito à criação de gado, que também é locus da atuação do capital internacional a partir das grandes empresas, como a Marfrig e a JBS. Esta última empresa, no ano de 2021, teve lucro líquido recorde de R\$ 20,5 bilhões de

reais, no mesmo ano em que, segundo a FAO, cerca de 116,8 milhões de brasileiros conviviam com insegurança alimentar em algum grau.

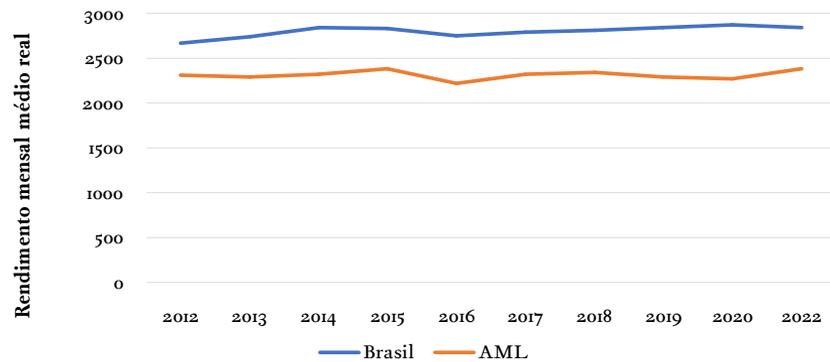
Figura 6: Crescimento acumulado de cabeças de gado na Amazônia Legal e no Brasil (1980-2020)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/PP/A/Q>>. Acesso em: 05/04/2023

Além disso, ao se analisar o rendimento médio mensal real da população nas unidades federativas da região, é possível notar também o baixo rendimento médio da classe trabalhadora ocupada. Como destacado na Figura 7, entre os anos de 2012 e 2022, o valor desta variável para a Amazônia Legal praticamente não teve alteração, passando de R\$ 2.312,00 (dois mil e trezentos e doze reais) para R\$ 2.381,00 (dois mil e trezentos e oitenta e um reais), a preços do primeiro trimestre de 2023, demonstrando a estagnação do poder de compra da remuneração pelo trabalho, devendo se ressaltar a queda acentuada verificada desde o ano de 2018. Os estados que registraram queda na remuneração real foram Rondônia, Acre, Amazonas. No caso do Brasil, o rendimento médio real, também a preços do primeiro trimestre de 2023, teve uma pequena oscilação de crescimento de 6,2% nesse mesmo período, passando de R\$ 2.673,00 para R\$ 2.841,00. Com isso, é possível afirmar que a região amazônica convive com a exploração intensiva de seus recursos naturais, cuja renda se concentra nas mãos de uma reduzida burguesia local, nacional e internacional, ao mesmo tempo que atesta a degradação das condições de vida de parte de seus trabalhadores e das condições ambientais.

Figura 7: Rendimento Médio Mensal real* na Amazônia Legal (AML) e no Brasil (2012-2022)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, vários anos. Elaboração própria. Dados disponíveis em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5436>>. Acesso em: 15/11/2023

(*) Para o cálculo do valor real foi utilizado o deflator da média do último trimestre de coleta divulgado (primeiro trimestre de 2023), conforme a Nota Técnica do IBGE (maio/2015 - atualizada em 16/10/2018). Dados disponíveis em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Notas_tecnicas/nota_tecnica_02_pnadc_mensal.pdf>.

4. Considerações finais

Este artigo teve como principal objetivo situar a atividade agropecuária no contexto global da acumulação de capital na Amazônia, mais precisamente nos estados que compõem a Amazônia Legal brasileira. Com base nos resultados apresentados, observa-se o crescente nexos entre a ocupação espacial da acumulação capitalista centrada no agronegócio e a lógica do padrão primário-exportador da economia brasileira das últimas quatro décadas. Também foi observado que, desde o início da modernização conservadora da agricultura brasileira na década de 1960, o número percentual de estabelecimentos agropecuários de menor porte tem sofrido forte redução na Amazônia Legal, ao mesmo tempo que aumenta a participação relativa de estabelecimentos de médio e grande porte, configurando aumento da concentração fundiária pelo mercado de terras, sustentando o processo de centralização das terras e espoliação da natureza, bem como a degradação das condições de vida da classe trabalhadora.

A categoria de acumulação primitiva foi tratada e analisada relacionalmente, buscando observar os aspectos históricos e clássicos tratados por Marx (2013 [1867]), Dobb (1985), e acrescidos da interpretação de Harvey (2008, 2013) e Trindade (2019b), estabelecendo que a acumulação originária não constitui um acontecimento pontual, ocorrido somente na pré-história do capitalismo, mas continua a ocorrer sob a forma de espoliação e despossessão na periferia do capitalismo mundial.

Especificamente, a região Amazônica apresenta elementos que caracterizam a acumulação por espoliação, como a utilização e mercantilização de seus recursos naturais em uma escala entrópica de gigantesca degradação. No âmbito dos grandes projetos de ocupação desenvolvidos para a Amazônia nas últimas seis décadas, observa-se um grande influxo de capital externo na região, materializado nos projetos agrários, minerários, hidroenergéticos e na expansão da fronteira agrária, estabelecendo a lógica de modernização conservadora tão bem caracterizada por Chico de Oliveira (1988, 1994). Neste sentido, infere-se a procedência da hipótese estabelecida, uma vez que os dados apresentados, bem como as evidências bibliográficas também levantadas, permitem subsidiar, ainda que de forma parcial, a situação de exploração que toma forma na região amazônica, sobretudo ao se analisar a dinâmica agropecuária excludente que lá se estabelece, bem como das outras atividades.

Referências

- ALVES, E.; CONTINI, E. Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 22, n. 1, p. 37-51, 2005.
- BELLUZZO, L. G. *O Capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BERMANN, C. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, 2012.
- COSTA, F. de A. Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 245-273, 2012.
- COSTA, F. de A. Da estrutura fundiária à dinâmica do desmatamento: a formação de um mercado de terras na Amazônia (1970-2017). *Nota de Política Econômica - MADE/USP*, n. 19, 2022.
- CRUZ, A. G. Dois séculos de extrativismo e especialização primário-exportadora na Amazônia: uma análise comparada entre os ciclos da borracha e do minério de ferro. *CADERNOS CEPEC*, v. 8, p. 43-66, 2019.
- DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados (online)*, v. 15, n. 43, p. 157-72, 2001.
- DELGADO, G. C. Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 4, n. 42, p. 286-305, 2020.
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- ENRÍQUEZ, M.A.R.S. Indústria Mineral no Contexto do Desenvolvimento da Amazônia. In: Marcelo Bentes Diniz. (Org.). *Desafios e Potencialidades para a Amazônia do Século XXI*. Belém: Paka-tatu, v. 1, p. 215-248. 2011.
- FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. *PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho*, v. 9, n. 1, 2008.
- FEARNSIDE, P. M. *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Manaus: Editora INPA, volume 2, 2015.
- FILHO, J. S.; SODRÉ, R. B. As naturezas do trabalho escravo contemporâneo na Amazônia Oriental brasileira. *Caderno de Geografia*, v. 30, n. 3, p. 506-506, 2020.
- FRECHERO, J. I. Neoextractivismo e inserción internacional. Hacia una argentina económica y ecológicamente dependiente. In: EQUIZA, Ana María Fernández. *Territorios, economía internacional y conflictos socioambientales*. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA). Red de Editoriales de las Universidades Nacionales, 2013.
- GASQUES, J. G.; BACCHI, M. R. P.; BASTOS, E. T. *Crescimento e produtividade da agricultura brasileira de 1975 a 2016*. IPEA, v. 31, 2018.
- GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. Sentidos, opções e âmbitos. In: FILHO, Jorge P.; LANG, Mirian; DILGER, Gerhard (Ed.). *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- HARVEY, D. *O Novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2.ª edição, 2004.
- HARVEY, D. *O enigma do Capital*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- HARVEY, D. *Os limites do Capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HIRSCH, J. *Teoria materialista do Estado*. Tradução de Luciano Carvini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- LÉNA, P. Diversidade da fronteira agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, Catherine (org.). *Fronteiras*. Brasília: Editora da UNB; Paris: ORSTOM, 1988.
- LÊNIN, V. I. *O Imperialismo estágio superior do Capitalismo* [1917]. Tradução de Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LUXEMBURG, R. *A acumulação de Capital* (Volume 2). Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Abril Cultural, 1984[1913].
- MARINI, R. M. A dialética da dependência. In: SADER, Emir. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MARQUES, G. de S. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, p. 163-198, 2013.
- MARQUES, G. de S.; TRINDADE, J. R. B. Para além da SPVEA: elementos para a interpretação da intervenção estatal na Amazônia. In: TRINDADE, José Raimundo Barreto (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: a SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro*. 1 ed. Belém: Paka Tatu, v. 1, p. 153-183. 2014.
- MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, n. 23, p. 7-37, 1991.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 1) [1867]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política* (Livro 2) [1884]. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MATOS, M. da S. et al. *A sojicultura no estado do Pará e as relações de trabalho entre produtores e traders*. In: CRUZ, J.; TEIXEIRA, S. M; MACHADO, G. R. *Estudos em agronegócio* (Orgs.). Goiânia: UFG, 2016.
- MESQUITA, B. A.; JUNIOR, J. S. M. As agroestratégias do capital e o redesenho de territórios agrários na Amazônia. In: NETO, J. S; et al (orgs.). *Problema ambiental: naturezas e sujeitos em conflitos*. São Luís: EDUFMA, 2019.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003[1973].
- OLIVEIRA, F. de. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, M. A. e SILVEIRA, I. M (orgs.). *Amazônia e crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 85-95, 1994
- PACHUKANIS, Evgeni. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos* (1921-1929). Tradução de Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.
- PERELMAN, M. *The invention of Capitalism: Classical political economy and secret history of Primitive Accumulation*. Duke University Press, 2000.
- PRADELLA, L. Imperialismo e desenvolvimento capitalista em *O capital* de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 1, n. 62, 2022.
- RICARDIO, L. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. *Cuadernos de el Desarrollo Rural*, v. 8, n. 67, p. 231-259, 2011.
- RIVERO, Sérgio & COONEY, Paul. The Amazon as a frontier of capital accumulation: looking beyond the trees. *Capitalism Nature Socialism*, v. 21, n. 4, p. 50-71, 2010.
- SILVA, G. B.; BOTELHO, M. I. V. O processo histórico de modernização da agricultura no Brasil (1960 - 1979). *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 3, n. 1, 2014.

- TRINDADE, J. R. B. *A metamorfose do trabalho na Amazônia*. Belém: Editora do NAEA, 2001.
- TRINDADE, J. R. B. (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro*. Belém: Paka Tatu, 2014.
- TRINDADE, J. R. B. Empresas transnacionais, territorialidade e impactos ambientais na região amazônica oriental brasileira. In: CONGILIO, C. R.; BEZERRA, R. e MICHELOTTI, F. (orgs). *Mineração, trabalho e conflitos amazônicos no sudeste do Pará*. Marabá (PA): Iguana, 2019a.
- TRINDADE, J. R. B. O ovo da serpente: a dívida pública e os condicionantes históricos da formação do capitalismo. *Crítica Marxista*, n. 46, p.61-81, 2019b.
- TRINDADE, J. R. B. e OLIVEIRA, W. P. de. Especialização produtiva primário-exportadora e meio ambiente em período recente na Amazônia. In: *Novos Cadernos do NAEA*, v. 14, n. 2, 2011. Acesso em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/539>.
- TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. Conversão geopolítica da fronteira e estratégia de desenvolvimento regional: a intervenção estatal na Amazônia Brasileira a partir dos anos 1940. In: TRINDADE, J. R. B. (Org.). *Seis décadas de intervenção estatal na Amazônia: SPVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimento brasileiro*. Belém: Paka Tatu, v. 1, p. 41-60, 2014.
- TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. de.; BORGES, G.T. do Nascimento. O ciclo mineral e a urgência de políticas de desenvolvimento local: o caso do município de Parauapebas no sudeste do estado do Pará. In: *R. Políticas Públicas*, São Luís, v. 18, n. 2, p. 603-618, jul./dez. 2014.
- TRINDADE, J. R. B. e OLIVEIRA, Wesley Pereira de. Padrão de especialização primário-exportador e dinâmica de dependência no período 1990-2010, na economia brasileira. *Ensaio FEE*, v. 37, n. 4 (2017). Acesso em: 15/11/2023 <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/3435>.
- TRINDADE, J. R. B. & PAIXÃO, P. Renda fundiária e grande plantação capitalista do dendê na Amazônia brasileira. *Economia Ensaio* (v. 38, n. 2). Uberlândia, 2023.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária* (3.^a ed). Manaus: UEA Edições, 2013.
- WANDERLEY, L. J. M. *Barragens de mineração na Amazônia: o rejeito e seus riscos associados em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-índio São Paulo, v. 1. 2021.

THIAGO AGUIAR
PEDRO MICUSSI

CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E CAPITALISTAS DO SUL GLOBAL: O CASO DA NATURA & CO. E DO IEDI

Recebido em 03/03/2023

Aprovado em 28/09/2023

CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E CAPITALISTAS DO SUL GLOBAL: O CASO DA NATURA & CO. E DO IEDI¹

Resumo

A Natura & Co. tornou-se uma corporação transnacional sediada no Brasil, a quarta maior empresa de cosméticos do mundo, após reestruturar suas operações brasileiras, abrir seu capital e expandir sua presença internacional com a aquisição da companhia australiana Aesop, da britânica The Body Shop e da icônica Avon International. A ação política de Pedro Passos, um dos fundadores da empresa, como presidente do mais importante *think tank* empresarial brasileiro, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), contribuiu para alterar a orientação desse instituto em favor da promoção de estratégias de transnacionalização, de políticas de ajuste estrutural do Estado e de abertura econômica que beneficiaram corporações transnacionais, revelando tensões no interior da classe capitalista brasileira.

Palavras-chave: capitalismo global; corporações transnacionais; estratégias corporativas; classe capitalista transnacional; classe capitalista brasileira

THIAGO AGUIAR

Doutor em Sociologia (USP), visiting research fellow no King's College London e pesquisador de pós-doutorado no IFCH-Unicamp, é associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP) e membro do GT Clacso "Fronteiras, regionalização e globalização".

E-mail: th.aguiar@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6114-0208>

PEDRO MICUSSI

Mestre em Sociologia (USP).

E-mail: pedromicussi@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0738-5391>

¹ Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fulbright Commission e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processos n. 2019/26020-4 e n. 2023/03095-4) pelas bolsas que viabilizaram a pesquisa, bem como aos comentários recebidos em discussões no *Research Committee 2 – Economy and Society* do IV ISA *Sociology Forum* (Porto Alegre-RS, 2021) e no Grupo de Trabalho 40 – Sociedade e Vida Econômica do 44.º Encontro Anual da Anpocs (Caxambu-MG, 2020). Uma versão anterior deste trabalho foi publicada em inglês pela *Latin American Perspectives* (AGUIAR e MICUSSI, 2022).

Abstract

The Brazil-based company Natura & Co. became a transnational corporation, the world's fourth-largest cosmetics corporation, by restructuring its Brazilian operations, becoming a publicly traded corporation, and expanding its international presence with the acquisition of the Australian company Aesop, the British company The Body Shop, and the iconic Avon International. The political action of one of the company's founders, Pedro Passos, as president of Brazil's most important business think tank, the Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), helped shift the stance of that institute toward transnationalization strategies, structural adjustment and economic opening policies that benefited transnational corporations, revealing tensions within the Brazilian capitalist class.

Keywords: Global Capitalism; Transnational Companies (TNCs); Corporate Strategies; Transnational Capitalist Class (TCC)

JEL: F63; L19; P12; Z13

Introdução: uma burguesia transnacional de origem brasileira?

As investigações sobre o capitalismo global têm enfatizado o papel de corporações transnacionais (CTNs), em geral originárias do Norte Global, nas transformações dos fluxos produtivos, comerciais e financeiros trazidas pela globalização. Acionistas (proprietários) e executivos (gestores) são apontados, entre outros, como agentes decisivos deste processo, influenciando as decisões de Estados nacionais em defesa de políticas de ajuste estrutural que estimulem seus negócios globais. É preciso ampliar esta investigação, incorporando o papel de CTNs oriundas do Sul Global e a ação de seus líderes. Neste artigo, pretende-se analisar o que chamamos de “estratégia de transnacionalização” da Natura & Co. e, a partir dela, enquadrar o reposicionamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) – a respeito das políticas econômica e industrial brasileiras – durante a presidência de Pedro Passos (2009-2015), além das tensões, decorrentes de tal reposicionamento, com outros dirigentes dessa instituição.

Para tanto, serão mobilizadas, como inspiração teórica, as formulações críticas da “escola do capitalismo global”, ocupadas, sobretudo, em descrever e enquadrar teoricamente as transformações na produção, nas classes sociais, no Estado-nação e nas relações de trabalho produzidas pela emergência de corporações transnacionais (CTNs) e da globalização capitalista, sobretudo a partir década de 1970. Autores como William Carroll (2010), Peter Dicken (2015), William I. Robinson (2004; 2014), Leslie Sklair (2002), entre outros, têm sido referenciados por suas elaborações a respeito da emergência do “capitalismo global” como uma época qualitativamente distinta das que o precederam.

Como mostra o sociólogo William I. Robinson (2004; 2014), a introdução das tecnologias de informação e comunicação, a liberalização dos fluxos financeiros e a abertura comercial global, muitas vezes impostas a fórceps por políticas de “ajuste estrutural” de orientação neoliberal, deram ao capital mobilidade que lhe permitiu dissociar-se dos constrangimentos do compromisso fordista vigente nos “trinta anos gloriosos” – uma “mudança

de época” na história do capitalismo. Para Robinson, a base da globalização econômica é o surgimento do capital transnacional. Este, por sua vez, tem origem na fragmentação global e na integração funcional da produção, ocorridas ao longo das últimas décadas do século XX e no início do século XXI, constituindo um circuito globalizado de produção e acumulação.

O autor claramente apoia-se na literatura sobre cadeias de valor globais (GEREFFI, G. *et al.*, 2005) e, mais recentemente, sobre as “redes globais de produção” (HENDERSON, J. *et al.*, 2011) para mostrar como, para o capital transnacional, a acumulação torna-se global, isto é, ela não está mais circunscrita a uma região ou nação em particular. Esta é a natureza qualitativa e tendencial da transformação em curso para uma economia global, diferenciando-a do capitalismo internacional que a precedeu. A formação de uma classe capitalista transnacional (CCT), para o autor, não ocorre de forma linear e homogênea, já que há uma luta entre frações da burguesia orientadas à acumulação transnacional, nacional e local – as duas últimas não deixando de existir, ainda que, pouco a pouco, sejam levadas pela própria lógica capitalista a “globalizar-se ou perder”.

O papel das corporações transnacionais (CTNs) é fundamental, uma vez que estas são a vanguarda da fragmentação/integração da produção global por meio de mecanismos como a subcontratação e as *joint ventures*. O crescimento das fusões e aquisições corporativas globais e o aumento dos fluxos de investimento direto no exterior são algumas das indicações mais importantes da transnacionalização da economia global. As CTNs, por sua vez, paulatinamente perdem a identificação nacional que outrora relacionava claramente determinadas empresas a seus países-sede. Em seu controle acionário, ganham importância fundos de investimento e investidores institucionais para os quais, muitas vezes, é difícil atribuir origem nacional, com seus investidores pulverizados pelo globo, inclusive em países do antigo Terceiro Mundo, onde surgem membros da CCT com participações relevantes ou controlando empresas de presença global. O capital financeiro transnacional, para Robinson, é a fração hegemônica da CCT, que controla

ativos das principais CTNs. Com o crescimento dos mercados acionários, facilitado pela revolução nas comunicações, as mudanças na composição acionária das CTNs podem ocorrer diariamente. Para Robinson,

alguns dos mecanismos de formação da CCT são: a dispersão de filiais de CTNs; o crescimento fenomenal das fusões e aquisições transfronteiriças; a crescente interligação transnacional de conselhos administrativos; investimento crescentemente cruzado e mútuo entre companhias de dois ou mais países e a propriedade transnacional de participações de capital; a difusão de alianças estratégicas transfronteiriças de todo tipo; vastas redes de terceirização e subcontratação; e a crescente importância de altas associações transnacionais de negócios. (...) Há outros mecanismos menos estudados que estimulam a formação da CCT, como a existência de bolsas de valores na maioria dos países do mundo ligadas ao sistema financeiro global. (ROBINSON, 2014, p. 21-22, tradução nossa)

Pelo exposto, é evidente que a transnacionalização da economia modifica as relações capital-trabalho não apenas pelo aspecto da fragmentação/integração global da produção. Enquanto a CCT ganhou mobilidade global, a classe trabalhadora, por um lado, encontra-se crescentemente vendendo sua força de trabalho a CTNs e participando de processos de produção dispersos geograficamente, mas, por outro, se apresenta diante da CCT como classe trabalhadora nacional ou local, com poucos instrumentos de organização extranacional². Esta é a raiz das dificuldades da classe trabalhadora, segundo Robinson (2004), diante da globalização. Isso não significa que a CCT não tenha diferenças e disputas. Se estas tendem a manifestar-se cada vez menos como rivalidade nacional, como nos países centrais na época do capitalismo mundial, há uma cruenta concorrência global entre CTNs e frações da própria CCT.

O ponto, aqui, é a capacidade da CCT reconhecer seus interesses comuns e se organizar supranacionalmente, por exemplo, em espaços como o Fórum

² Em Micussi e Aguiar (2023), analisamos a aliança entre as frações transnacional e nacionalmente orientadas da burguesia industrial brasileira durante o processo de aprovação da reforma trabalhista no Brasil em 2017.

Econômico Mundial. Ao mesmo tempo, a CCT pode fazer representar-se por um exército de administradores, economistas, jornalistas, acadêmicos, técnicos de alto nível, burocratas e operadores políticos a serviço de seus interesses, recompensados materialmente e comprometidos ideologicamente com os interesses dela. Sem serem necessariamente membros da CCT, eles compõem uma “elite transnacional”, muitas vezes formada nas mesmas universidades e escolas de ponta, que ocupa cargos de administração nas empresas e nos Estados.

Tal elite é fundamental para o que Robinson (2014) define como a criação de “aparatos de Estado transnacional” (ETN). Em poucas palavras, o conceito não exprime a existência de um Estado com capacidade de regulação global, mas, na verdade, a paulatina captura e inter-relação entre agências e instituições supranacionais e internacionais (como a ONU, a OMC, o FMI, o Banco Mundial, a União Europeia, o G7, o G20, a Otan, etc.), os Estados-nação e suas instituições numa rede que opera de modo a garantir as condições para a acumulação global. Com efeito, por sua origem no antigo sistema internacional, hegemônico por países do Norte, os “aparatos de ETN” determinantes na ordem global têm presença marcante de instituições e Estados dos países centrais.

É preciso apontar um aspecto adicional do que aqui está sendo apresentado como a tendência, com a globalização, à transnacionalização (da produção, das empresas e das classes sociais) e suas diferenças com a noção de “internacionalização”. Em diálogo com autores como Dicken (2015) e Sklair (2002), Robinson (2004) relaciona a transnacionalização ao espraiamento global do próprio processo de produção, diferentemente da internacionalização, uma mera extensão dos fluxos comerciais e financeiros através das fronteiras nacionais. É possível, portanto, associar a internacionalização às multinacionais, como um fenômeno típico da época do capitalismo internacional, com empresas nacionalmente baseadas que expandem suas atividades a outras economias nacionais. Os processos de internacionalização de empresas, que se tornam multinacionais, seguem existindo, uma

vez que, na classe capitalista, há frações regional e nacionalmente orientadas, que podem buscar expansão internacional de seus negócios. Ora, se a transnacionalização pode ser compreendida como a fusão e interpenetração de capitais nacionais, cuja acumulação passa a basear-se globalmente, é possível afirmar que a internacionalização deve ser identificada como um momento da globalização/transnacionalização. Por meio de processos de internacionalização, capitais nacionais expandem-se internacionalmente e podem, a seguir, fundir-se numa rede transnacional que os torna menos dependentes de e identificáveis com suas origens nacionais³.

Por último, nesta exposição, é necessário explicitar a definição de “estratégias corporativas” nas redes globais de produção. Para Santos e Ramalho (2015), as estratégias corporativas são um “processo de definição racional e execução contínua de fins específicos, voltados à obtenção de valor” pelas empresas. Os autores realizam a análise das estratégias corporativas, levando em consideração certas dimensões: financeira; de investimento; de mercado; tecnológica; e de relações de trabalho e sindicais. Apoiando-nos nestas formulações, este artigo busca descrever e analisar os contornos do que consideramos ser uma dimensão adicional das estratégias corporativas: a “estratégia de transnacionalização” identificada na Natura & Co., ou seja, o planejamento e a execução de estratégias corporativas voltadas à transformação da empresa numa CTN por meio, inicialmente, de crescimento orgânico e de internacionalização de suas atividades e, mais recentemente, de processos de fusões e aquisições corporativas. Nas páginas a seguir, portanto, desenvolve-se uma hipótese de trabalho: as posições de Pedro Passos como dirigente empresarial e presidente do Iedi (2009-2015) – em favor, por exemplo, de políticas de ajuste estrutural do Estado, de abertura comercial e de promoção das exportações – relacionam-se à transnacionalização em curso da Natura & Co. e revelam a existência de um contingente brasileiro da classe capitalista transnacional que busca, conscientemente, estabelecer no Brasil melhores condições para sua acumulação global, enfrentando,

³ Uma síntese da teoria do capitalismo global de William I. Robinson encontra-se em Aguiar (2023).

eventualmente, outras frações capitalistas e mesmo outros membros da fração transnacionalmente orientada da burguesia brasileira.

Este artigo tratará, portanto, da transformação da Natura & Co. numa CTN, de sua atuação corporativa e da intervenção política de seus fundadores, sobretudo de Pedro Passos como presidente do Iedi. A investigação desenvolveu-se em diferentes momentos entre 2012 e 2020 e se baseou, por um lado, em pesquisa de inspiração etnográfica (AGUIAR, 2017) em unidade produtiva da Natura, entrevistas com acionistas (Luiz Seabra e Pedro Passos), executivos, líderes sindicais e trabalhadores, e, por outro, em entrevistas com líderes do Iedi (como Horácio Piva, Julio de Almeida e Pedro Wongtschowski), além de análise documental de publicações do instituto e declarações de tais líderes na imprensa⁴.

Natura: três “ondas” de transnacionalização e uma “empresa global” de cosméticos

É neste momento em que estamos: (...) é uma empresa que eu poderia dizer global. Atuando em 100 países, com uma estimativa de 200 milhões de consumidores, 6 milhões de revendedoras e consultoras revendendo os produtos, três mil lojas em diversas cidades do mundo, quatro marcas. É uma empresa global em um processo, vamos dizer, de assimilar a sua globalização. (Pedro Passos, em entrevista)

Pedro Passos é um engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP, que trabalhou, no início de sua carreira, como administrador de uma empresa ferroviária estatal paulista, onde conheceu Guilherme Leal. No início dos anos 1980, ambos se juntaram a Luiz Seabra, o fundador da Natura, como sócios da empresa. Passos ocupou posições executivas e presidiu a Natura de 1995 a 2005. Desde então, Seabra, Leal e Passos – que figuram nas listas de maiores fortunas do país e do mundo – são copresidentes do Conselho de Administração da empresa. Em entrevista realizada no início de 2020 no

⁴ Resultados de investigação detalhada em Micussi (2021).

escritório de seu fundo de investimentos na região da Avenida Faria Lima, Passos tratava da consolidação da Natura & Co., *holding* criada em 2018, como uma “empresa global”.

Fundada em 1969, a Natura & Co. é uma CTN sediada em Cajamar (SP). Atualmente presente em 100 países, tem receita anual de US\$ 10 bilhões, 40 mil trabalhadores, mais de três mil lojas próprias e 6,3 milhões de representantes de venda⁵ em todo o mundo. Trata-se da líder brasileira e da quarta maior empresa de cosméticos global⁶. As recentes dimensões superlativas da empresa, no entanto, podem fazer perder de vista a longa história da companhia e o desenvolvimento, sobretudo no século XXI, de uma estratégia corporativa voltada à transformação da empresa brasileira de cosméticos numa “empresa global”.

Após o início no fim dos anos 1960 como uma loja na Rua Oscar Freire e um laboratório com produção em pequena escala na Vila Mariana, a Natura instalou-se no bairro de Santo Amaro, em São Paulo, transferindo suas atividades produtivas para uma fábrica em Itapeverica da Serra, onde funcionou por muitos anos. Finalmente, em 2001, as atividades de produção foram instaladas em sua moderna fábrica de Cajamar, onde a empresa também instalou um centro de pesquisa e desenvolvimento.

Entre o fim dos anos 1990 e início dos 2000, houve um período de assédio à Natura. Investidores estrangeiros interessavam-se pela aquisição da companhia. Os controladores decidiram não vender a empresa, mas reorganizá-la para ampliar a produção e a participação de mercado num momento em que o negócio parecia haver alcançado seu limite. A marca foi relançada e a construção da nova fábrica tornou-se uma prioridade. Na sequência, em 2004, a Natura abriu seu capital na Bovespa (atual B3)⁷. Iniciava-se uma

⁵ Para uma análise do trabalho das revendedoras da Natura, cf. ABÍLIO (2014)

⁶ De acordo com informações do *Relatório Anual Natura & Co. 2019* disponíveis em <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/9e61d5ff-4641-4ec3-97a5-3595f938bb75/ff61f29f-105d-74f4-6689-17d24972360d?origin=1>. Acesso em: 13 nov. 2020.

⁷ O controle acionário continuou sendo majoritariamente exercido por Seabra, Passos e Leal. Em 2020, consolidando-se o processo de incorporação da Avon International, iniciou-se a venda de ADRs da Natura & Co. na bolsa de Nova York.

nova estratégia corporativa, voltada decididamente a ampliar o movimento de internacionalização da companhia, timidamente iniciado nos anos 1980 com a abertura de pequenas operações comerciais na América Latina. Na nova estratégia corporativa, a empresa buscou reforçar, em suas relações públicas, o discurso de “responsabilidade socioambiental”, também presente no interior da nova fábrica em Cajamar⁸, fundamental em sua estratégia de mercado – no país e, sobretudo, para entrar em novas áreas geográficas. Como afirmou o fundador da Natura, Luiz Seabra, em entrevista realizada em 2013, quando a empresa havia recentemente comprado a Aesop:

Sem dúvida, nosso crescimento no Brasil, assim como nosso projeto de expansão internacional, impunha que ocupássemos uma nova planta. Porém, o novo espaço em Cajamar representava para nós muito mais do que abordar novos mercados, crescer em termos materiais. Este projeto representou para a Natura a oportunidade de, a partir do zero, corporificar no espaço nossa visão de “*bem-estar bem*”, assim como expressar nossas crenças, nosso compromisso ambiental e social. (...) Nós achamos que ainda não estamos no jogo global, não. Estamos longe disso. Um pouco longe. Mas começamos algumas experiências internacionais nem por planejamento estratégico, mas porque algumas pessoas se interessaram pela nossa linha para atuar lá fora. (...) Quando começamos, de forma planejada, foi há cerca de 16 anos atrás (...). Começamos a atuar de forma mais organizada no México, depois começamos no Peru. (...) Então, Chile somos nós; Peru somos nós; Argentina somos nós; Colômbia, mais recentemente, estamos há dois para três anos na Colômbia. No México, nós já estamos há sete anos como uma operação crescendo, uma operação grande (...). A Aesop é uma operação pequena, uma empresa australiana que nós compramos o controle. O fundador continua nosso sócio. (...) É uma empresa que nasceu na Austrália, mas já com uma certa vocação internacional. Eles têm 60 lojas em 11 países. Estão na França, onde nós estamos também, você sabe, há 7 anos (...). (Luiz Seabra, em entrevista)

As entrevistas com os sócios da Natura e com gestores da área de fusões e aquisições da empresa mostraram que a expansão internacional da Natura

⁸ A este respeito, cf. AGUIAR (2017).

ocorreu em três “ondas”. A primeira delas, nos anos 1980 e 1990, teria sido mais amadora, ocorrendo sem planejamento a partir do interesse de alguns distribuidores de levar produtos da Natura a outros países. Nesse período, tentou-se de modo frustrado abrir operações em Portugal, depois abandonadas, e se iniciou a entrada no Chile e no Peru. Na Argentina, onde se inauguraram operações também nessa “primeira onda”, a empresa hoje disputa as primeiras posições na participação de mercado no setor. Também se realizou um acordo comercial na Bolívia com parceiro local, que distribui ainda hoje produtos da empresa:

A experiência da Natura no processo de internacionalização é relativamente nova. Em que sentido? Ela começou há muitos anos atrás através de um crescimento da operação internacional na América Latina com a própria marca Natura reproduzindo o mesmo modelo de negócio que nós temos e um crescimento orgânico (...) mas não foi um processo rápido. Ao contrário, foi um processo lento porque o estabelecimento de uma marca de consumo em mercados novos partindo do zero é muito lento para ganhar um certo corpo, uma massa crítica. E confesso que foi quase uma obsessão nossa manter em alguns momentos essa visão de que nós deveríamos nos internacionalizar porque naquele momento, quando nós começamos, o crescimento no Brasil era maior e mais lucrativo do que as operações na América Latina. Isso foi uma primeira fase, que começa ali no começo dos anos 80, e com muito aprendizado, muito erro e bate-cabeça no processo de internacionalização, mas instalando fundamentalmente operações comerciais nesses países, até pela proximidade do centro de produção do Brasil. (Pedro Passos, em entrevista)

A abertura de capital da Natura, ocorrida em 2004, três anos depois da inauguração da planta de Cajamar, e a abertura de operações na França e no México, em 2005, marcam o início da “segunda onda” de internacionalização da empresa, ocorrida com mais planejamento estratégico. Sua característica comum à “primeira onda” é que esta expansão também se baseou em operações próprias. A abertura da loja-conceito na França ajudou a alavancar a marca em mercados “*premium*”. Como parte desse esforço, inaugurou-se um laboratório na França e, em 2006, foram banidos os testes

em animais em toda a cadeia. Esta “onda” também levou as operações da Natura à Colômbia e à Venezuela em 2005, mas, em 2010, as atividades neste último país foram encerradas. Colômbia, México e Argentina consolidaram-se como mercados externos muito importantes para a companhia:

Tem uma segunda fase de internacionalização da Natura, ou uma segunda estratégia de internacionalização da Natura que nós começamos lá atrás com a instalação em 2005 de uma operação, de uma loja na verdade, em Paris, na França, para testar o modelo. Economicamente não foi uma boa experiência, mas aprendemos muita coisa, em termos de exposição de marca, mercados mais desenvolvidos, com competidores de alto nível competindo com você, e aí nós percebemos que o desafio para você ir a mercados maduros é ainda maior do que aquele que nós havíamos enfrentado na América Latina. (...) Nós chegamos a um momento em que, em 2012, vimos que o crescimento orgânico não era mais suficiente e era muito difícil de levar para frente a internacionalização baseada no crescimento orgânico. E também uma decisão de caráter geral na nossa reflexão estratégica, que era necessário a Natura expandir num leque de multimarcas e também de multicanais. (...) Então, eu acho que, em 2012, nós tomamos a decisão de começar a olhar outras alternativas de crescimento, talvez com aquisições ou parcerias, etc. (...) É aí que surge a primeira – pequena, mas importante – operação para o nosso aprendizado, que foi a operação da Aesop, que é uma empresa australiana (...) com uma posição muito interessante de algumas lojas nas principais cidades do mundo, com um posicionamento de produtos diferentes do nosso (...). (Pedro Passos, em entrevista)

Os entrevistados também afirmaram ter havido planos para a abertura de operações nos Estados Unidos e uma entrada definitiva na Europa, através do Reino Unido, além da chegada à Rússia. No entanto, foi preciso abandonar “temporariamente” tais expectativas por conta da crise econômica de 2007-08. A estratégia corporativa da Natura foi reavaliada. Iniciava-se o planejamento de fusões e aquisições de concorrentes do setor sem necessariamente levar os produtos e a marca Natura aos mercados onde estes se localizam. A “segunda onda”, nesse sentido, inaugurou uma “estratégia de transnacionalização” mais explícita, com a qual a Natura busca

transformar-se numa CTN multimarcas e multimercados, menos dependente de suas operações brasileiras e de sua estratégia de mercado até então baseada, sobretudo, na venda direta por meio de representantes. A aquisição da empresa australiana Aesop, em 2013, inaugurou a “terceira onda”. Em 2017, a aquisição da rede The Body Shop, por cerca de um bilhão de euros, consolidou a “terceira onda” e reafirmou a estratégia de transnacionalização da Natura:

Body Shop fundamentalmente vende através de lojas próprias e lojas franqueadas. Uma operação importante do ponto de vista de varejo de cosméticos, porque são três mil lojas em diversos países. (...) Primeiro, há o impacto na própria cultura da companhia. Quer dizer, você começa de uma hora para outra a ter demandas, coisas simples até, mas de repente você começa a ter que falar inglês, né? [risos] no dia a dia de suas decisões. Pode parecer simples isso, mas não é tão simples dentro de uma organização. Uma organização que era muito centrada em Brasil e América Latina até [há] poucos anos. (...) Sempre que se faz uma nova aquisição, você tem uma turma que sai, há um processo de acomodação, produção de novas pessoas, novas lideranças na organização. Não foi exatamente planejado porque o Body Shop veio ao mercado: a L’Oréal era proprietária do Body Shop e colocou no mercado. (...) Ele veio ao mercado e aí nós participamos da competição, vamos dizer, na aquisição do Body Shop. Mas, como eu falei, já tinha um pano de fundo estratégico que nos orientava nessa direção. (Pedro Passos, em entrevista)

As aquisições da Aesop e de The Body Shop realizaram-se com caixa da própria empresa e por meio de financiamento bancário, sem alterar fundamentalmente, portanto, a estrutura de propriedade da companhia. Por outro lado, a criação da *holding* global Natura & Co. em 2018, abarcando as três marcas, antecipava os movimentos futuros, também possíveis de apreender pelas declarações de Pedro Passos sobre o recrutamento de novos executivos estrangeiros e do uso corrente da língua inglesa no dia a dia da companhia.

A seguir, viriam importantes transformações na “governança corporativa” da Natura & Co., já que, no fim de maio de 2019, foi anunciada a compra

da Avon International⁹, concluída em janeiro de 2020, ampliando a presença da Natura & Co. para 100 países. A empresa surgida desta aquisição assumiu a liderança isolada do mercado brasileiro de cosméticos e higiene pessoal (16,6%) e é a quarta maior empresa global de beleza (com participação de 2,6% do mercado). Os antigos controladores da Avon terão 24% do controle acionário da *holding*; os então controladores majoritários da Natura terão 45,1%; os acionistas minoritários, brasileiros e estrangeiros, terão outros 30,9%¹⁰. Haverá, portanto, maior pulverização da estrutura de propriedade da empresa, além da reestruturação do conselho de administração da companhia, com a presença de membros estrangeiros indicados pelos acionistas da Avon. Das vendas da Natura após a aquisição da Avon, 70% virão do exterior¹¹. Todas estas são características inequívocas de uma corporação transnacional:

A Avon, que sempre foi um namoro de alguma forma entre as empresas (...) apareceu novamente no radar. E fazia bastante sentido porque, ao contrário do Body Shop e da Aesop, [a Avon] é um modelo de negócios muito similar e com uma geografia que é importante na América Latina, a atuação deles e nossa, o que viabilizava e viabiliza com esse nosso projeto um ganho de eficiência no conjunto bastante grande. Temos um mesmo modelo de negócio, fábricas nos mesmos lugares, centros de distribuição nos mesmos lugares. Então, talvez a hipótese que nós temos é que isso venha beneficiar em termos de sinergias operacionais e algumas sinergias comerciais essa integração na América Latina. Já no resto do mundo, a Avon está em muitos países, né? Esse nível de sinergia é mais baixo, mas nós enxergamos que esse *footprint* da Avon – e esse canal de distribuição da Avon em vários lugares

⁹ Desde a criação da Natura, por muitas décadas a Avon foi uma importante fonte de inspiração e sua principal concorrente no mercado brasileiro (só superada no início dos anos 2000). O modelo de venda direta por meio de representantes (na Natura, chamadas de “consultoras”) baseia-se naquele historicamente desenvolvido pela empresa fundada nos Estados Unidos. Por isso, esta aquisição tem também uma forte carga simbólica na transformação da Natura numa CTN.

¹⁰ Informações disponíveis em: <https://www.valor.com.br/empresas/6271379/com-avon-natura-cria-empresa-de-us-11-bj>. Acesso em: 13 nov. 2020.

¹¹ Informação disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/com-compra-da-avon-maior-parte-das-vendas-da-natura-vira-do-exterior.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2020.

do mundo – poderá ser uma plataforma inclusive para a expansão da marca Natura e da própria marca Body Shop. (Pedro Passos, em entrevista)

A aquisição da Avon International, também viabilizada por troca de ações e nova composição de seu conselho de administração, tem levado à discussão de novos aspectos da “estratégia de transnacionalização” com os quais a empresa tem-se deparado recentemente. Os apontamentos de Pedro Passos dão pistas das consequências da consolidação da Natura como uma CTN. Certamente, haverá uma reestruturação das operações no Brasil e na América Latina em busca da captura de “sinergias”. É possível apontar, também, um “desenraizamento” nacional da companhia, apesar da grande importância de suas operações brasileiras: até mesmo a localização da sede da Natura & Co. estaria em debate:

(...) Tem várias coisas a se discutir. Onde é que é o centro corporativo? Qual é o melhor lugar para ficar o centro corporativo? (...) Até por características históricas, hoje o centro corporativo da Avon é Londres, da Body Shop é Londres, da Aesop parcialmente é Londres. Então, os dois polos – vamos dizer assim, mais fortes – eu diria que são Londres, São Paulo e a origem da Aesop na Austrália. Mas, em termos de densidade, Londres e São Paulo. Obviamente, isso é um processo. Não tem todas as coisas ainda definidas, mas tem grandes chances de que nós tenhamos um pedaço importante do centro corporativo das nossas operações em Londres. (...) Provavelmente uma sede importante na América Latina, cobrindo essa região, onde a estratégia é um pouco diferente do restante do mundo. Porque a estratégia aqui, como eu falei, é uma estratégia de captura de sinergias, uma similaridade com o modelo da Avon, mercados já conhecidos, etc. Então, tem uma relevância maior essa consolidação e integração na América Latina. E, portanto, aí São Paulo, Cajamar, que é a nossa sede, etc. E Londres, que eu acho que vai cuidar, principalmente, das operações Body Shop, Avon resto do mundo, Aesop etc. Eu acho que nós vamos ficar mais ou menos... Pelo menos, no momento inicial, são dois polos importantes. Estou falando de *headquarters*. Não estou falando da parte legal, onde é a sede legal da empresa, porque isso aí ainda vai ser definido. Hoje, nós somos a sede legal da empresa, Brasil, e é cotada na bolsa de São Paulo com certificados de depósito, *ADRs*, em Nova York. (Pedro Passos, em entrevista)

Pedro Passos, desse modo, fala inequivocamente como um capitalista transnacional, preocupado em garantir as melhores condições para a promoção de seus negócios em todo o mundo e para a acumulação global de sua empresa. Portanto, pode-se agora avaliar suas posições, como líder empresarial brasileiro e ex-presidente do Iedi, à luz da consolidação da Natura & Co. como uma das mais importantes CTNs de cosméticos do mundo.

Pedro Passos e o Iedi: um *think tank* da indústria brasileira em disputa

Nesta seção, pretende-se seguir as trilhas de uma hipótese de trabalho: nos seis anos em que Pedro Passos esteve à frente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), entre 2009 e 2015, o empresário promoveu uma inflexão em algumas das principais posições dessa associação a respeito das políticas industrial e econômica praticadas no Brasil e, dessa forma, buscou alterar a forma como o instituto enxerga o próprio desenvolvimento brasileiro. Em consonância com o processo de transnacionalização pelo qual passava a Natura, Pedro Passos levou ao Iedi – instituto historicamente ligado a uma linhagem do desenvolvimentismo nacional – uma agenda política que visava à reformulação de aspectos sensíveis ao empresário industrial brasileiro. Procuraremos demonstrar que, neste movimento, Passos encontrou resistências no interior do instituto. Além disso, embora as posições levadas por Passos não tenham sido unanimemente adotadas por todos os empresários filiados ao Iedi, identificou-se que o empresário da Natura venceu a disputa no interior da entidade, de modo que os temas relevantes de sua visão de desenvolvimento foram incorporados às posições do instituto nas presidências subsequentes – com Pedro Wongtschowski (2015-2017) e Dan Ioschpe (2017-).

Conforme discutido por Micussi (2021), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial é uma instituição com sede na região da Avenida Berrini, em São Paulo, fundada em 1989 por um grupo de trinta grandes empresários nacionais. Dado o cenário de esgotamento e crise do ciclo

desenvolvimentista então vivido, no contexto da criação do Iedi estava a preocupação desses empresários em propor uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil capaz de reposicionar a indústria nacional, na economia brasileira e internacional, de modo que, ao mesmo tempo, fosse possível superar alguns dos antigos paradigmas desenvolvimentistas – o modelo de industrialização por substituição de importações, por exemplo, jamais figurou entre as propostas pelo instituto – e manter um papel de destaque da indústria no capitalismo brasileiro. A atuação dele consiste na produção de diagnósticos da situação econômica brasileira, bem como na produção de documentos que sugerem políticas públicas aos governos. É possível entender a criação do Iedi, desse modo, como uma espécie de *think tank* do empresariado nacional, buscando um novo lugar na economia brasileira numa época na qual, como indica Valente (2002), restava ao capital nacional apenas se associar aos grupos estrangeiros, participar dos processos de privatização das empresas públicas ou, então, se fundir com outros grupos nacionais para garantir sua sobrevivência.

Os estudos que analisaram a atuação do instituto ao longo dos anos 1990 identificam que ele agiu no sentido de juntar as vozes de resistência, existentes entre os empresários nacionais, a algumas consequências do neoliberalismo no Brasil. As pesquisas apontam que – em contraposição à maneira como foram postas em prática parte das reformas neoliberais de abertura da economia brasileira – os empresários em torno do Iedi advogavam a implantação de uma estratégia de desenvolvimento industrial nacional em que a empresa brasileira tivesse papel de destaque (VALENTE, 2002). Andrada (2005), por exemplo, identifica que seria possível enxergar, nas propostas de política industrial do Iedi, posições que se alinhavam ao “novo desenvolvimentismo”. Ou seja, o instituto entendia que o desenvolvimento econômico nacional deveria ser baseado em parcerias entre o setor público e o setor privado, já que seria equivocado pressupor que os agentes de mercado – atuando livremente e sem coordenação – logriam elaborar um projeto de desenvolvimento ao país. Desse modo, seria papel do governo, na

visão do Iedi, abrir canais de interlocução com o setor produtivo a fim de implantar uma política industrial ativa.

Em investigação realizada a partir das posições do Iedi nos anos 1990, Nunes (2014) sugere que o conceito-chave para a compreensão da agenda do instituto durante a última década do século XX é o de “competitividade sistêmica”. Ainda que, na visão do Iedi, fosse necessário – e até mesmo urgente – algum processo de abertura da economia brasileira, este deveria necessariamente ser precedido por uma estratégia que fizesse com que a mesma não anulasse ou eliminasse parcelas do setor produtivo nacional (NUNES, 2014). Para o autor, a entidade, desde sua fundação em 1989 e durante toda a década de 1990, defendeu a necessidade da adoção, pelo Brasil, de uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada na competitividade sistêmica.

A questão da abertura econômica é o aspecto decisivo da visão do instituto a respeito da economia brasileira e será um dos temas sensíveis abordados por Pedro Passos durante sua presidência no Iedi. Vale ressaltar que, já durante a década de 1990, a associação advogava a necessidade de algum tipo de abertura da economia nacional. Apesar das inequívocas inspirações desenvolvimentistas do *think tank* da Avenida Berrini, seria um erro atribuir aos primeiros anos do Iedi uma visão estritamente protecionista da economia brasileira. Se o Iedi não se opunha à abertura da economia brasileira em si, tratava-se de disputar a *forma* por meio da qual esta seria executada. Como exemplo, pode-se resgatar trecho de documento elaborado na ocasião da celebração dos 12 anos da entidade, no qual o instituto explicita a ideia de que o sucesso do processo de abertura comercial estaria condicionado à execução de algumas políticas preliminares:

Nunca foi negada importância à crescente integração do país com o resto do mundo, mas os trabalhos do Iedi ressaltaram a importância do mercado interno como base para o desenvolvimento nacional e para ampliar as possibilidades de inserção internacional da economia brasileira. Não é correta a percepção de que o empresariado se opunha à abertura

das importações. Pelo contrário, antes mesmo do processo iniciado em 1990, no lançamento do Iedi, um ano antes, os empresários defenderam explicitamente a necessidade de abertura econômica, como atestam os jornais da época. Porém, não se entendia a liberalização das importações como um fim em si mesmo, mas sim como instrumento para o aumento da produtividade sem destruir a capacidade produtiva. Por outro lado, uma abertura concebida exclusivamente como uma abertura do mercado interno ao produto importado era considerada parcial, já que não contemplava o processo do ângulo da ampliação do acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais, ou seja, do ângulo da abertura das exportações. *As críticas do Iedi à abertura dos anos 90 não se referiam à oportunidade do processo em si, mas aos fatos de que a abertura foi apressada, alterou regras e cronogramas pré-estabelecidos, não se fez acompanhar de políticas de competitividade e de salvaguardas dos setores internos mais afetados pela concorrência do produto importado e não criou mecanismos para bloquear a concorrência desleal de importações irregulares ou o “importabando”. Sendo ainda desbalanceada, pois envolveu apenas as importações e não o estímulo às exportações, resultou desta abertura mal feita um déficit externo muito pronunciado.* (IEDI, 2001, p. 7, grifos nossos).

Se a necessidade de algum tipo de abertura da economia brasileira é ponto pacífico no instituto desde sua criação, como indica o documento supracitado, devemos entender que será justamente ao redor da *modalidade* da abertura que se darão as disputas no interior do Iedi ao longo dos anos seguintes. Dessa forma, é possível supor que o embate proposto por Pedro Passos, a partir do momento em que o empresário assume a presidência, já pairava sobre o instituto e dividia os líderes industriais ali reunidos. Admitindo que a entidade não negava a necessidade de alguma abertura comercial, será, portanto, em relação a *como realizar* esta abertura que se dará a principal inflexão sob a presidência de Pedro Passos. A afirmação é do próprio empresário que, ao ser questionado em entrevista a respeito da marca central que buscou levar ao Iedi durante sua presidência, respondeu:

Eu acho que o que eu provoquei, e causou muita discussão interna e externa, foi muito essa agenda da abertura econômica. Eu lutei bastante – e venho lutando – pela agenda econômica de abertura, que eu acho que é um vetor

de produtividade que o Brasil tem desprezado. Eu estou falando de acordos comerciais, de abertura comercial no sentido amplo. Não estou falando só de comércio de produtos. Eu acho que essa foi uma semente e vejo que esse debate vem ganhando um pouco mais de publicidade, de visibilidade, apesar de que eu ainda acho que estamos muito atrasados. Há muita coisa ainda para evoluir. E aí eu acho que nossas lideranças estão equivocadas. A posição dos empresários é a de: “Vamos resolver todos os problemas do Brasil pra depois a gente abrir a economia. Se o fizermos antes da hora, a gente vai quebrar: vão fechar todas as nossas fábricas”. Eu acho que é verdade: temos o custo Brasil e precisamos encarar o custo Brasil. Uma agenda importante seria a reforma tributária, mas em paralelo. Porque essas coisas são assim: como é que você mobiliza o investimento empresarial para sair da zona de conforto, que hoje tem o mercado protegido? É mais fácil pegar o avião e ir para Brasília e falar: “Segura um pouco, mantém a tarifa de proteção” do que: “Faz uma fábrica nova, eficiente. Traz componentes novos. Traz um produto novo”. É muito mais fácil para o empresário ficar protegido. (...) [O] que eu procurei fazer – e acho que agora o debate está mais evoluído – foi mudar uma posição do Iedi, que era muito conservadora com relação à abertura econômica. Então, essa foi a minha atuação. Não vou dizer que eu fui aplaudido por todos. Mas, às vezes, é necessário correr o risco porque é importante mudar o rumo das coisas. E eu acho que o debate está mais amadurecido hoje em dia. (Pedro Passos, em entrevista)

A disputa no Iedi em torno da abertura econômica levantada por Passos foi confirmada pelo presidente que o sucedeu no comando da entidade, Pedro Wongtschowski, em entrevista. Segundo o executivo do Grupo Ultra, a própria escolha de seu nome para a presidência do instituto, após seis anos da gestão de Passos, teria sido uma forma que os empresários encontraram para equilibrar a posição da entidade em relação ao tema da abertura comercial. Isso porque, ainda segundo Wongtschowski, enquanto os antecessores de Pedro Passos haviam inclinado o Iedi a uma posição de abertura gradual e condicionada, o empresário da Natura atuou para levar o *think tank* a uma posição de maior abertura, gerando tensão entre os conselheiros. De acordo com Wongtschowski:

Olha, primeiro vou te dizer com toda a franqueza, a questão do grau, da velocidade, da forma de abertura comercial, nunca foi um consenso dentro

do Iedi. Dentro do Iedi há os degradês de todos os tipos. Desde o pessoal clássico de bens de capital, que acha que a abertura deve demorar dez anos, que não se deve começar o processo enquanto não houver redução do custo Brasil etc., até os que acham que isso tem que ser rápido, em dois ou três anos, com um processo de (...) simplificação, de integração da indústria brasileira no mundo e, se isso causar vítimas, pior para as vítimas. Evidentemente que isso depende do setor econômico [em] que você está (...). O Iedi tem empresas que vão de cabo a rabo, desde empresas de *commodities*, dos grandes *building blocks* da indústria, aço, plástico, até quem faz alimentos, cosméticos e assim por diante, aquele bem no final da cadeia. A visão do grau de abertura que o Brasil devia ter varia conforme a posição do observador. No Iedi não é muito diferente, no sentido de que essas nuances perpassavam também o conselho, com gente mais protecionista e gente menos protecionista, ou mais aberturista e menos aberturista. (Pedro Wongtschowski, em entrevista)

Ficam claras, nesta declaração do ex-presidente da entidade, as disputas em torno da *forma da abertura* comercial no Brasil. De fato, nas inúmeras entrevistas realizadas com conselheiros da entidade, nenhum dos empresários contrapôs-se à abertura em absoluto. Quando questionados, mesmos os agentes mais reticentes à questão sempre se mostraram a favor de *alguma* abertura. A divergência, reiteramos, estabelece-se em torno de sua modalidade¹².

¹² A seguinte declaração de Décio da Silva, representante da WEG no conselho do Iedi, condensa e resume a visão dos empresários, reunidos no instituto, refratários à abertura incondicional da economia brasileira: “Não [deve haver] nem excesso de proteção, que é não bom para um país, muito menos uma abertura sem organização, que também não resolve os problemas do país. (...) [A] abertura tem que ser seletiva. Eu não sou defensor de um mercado totalmente fechado, mas a abertura tem que ser seletiva para efetivamente proteger as coisas do futuro. A minha preocupação principal é que temos que ser seletivos e nos preparar para o futuro. Por que é importante proteger a indústria, ter algum nível de proteção? Claro que se a proteção for muito exagerada aí eu engrosso o coro dos mais liberais que dizem que um exagero de proteção causa falta de produtividade. Mas o contrário não é verdadeiro. Se tirar a proteção não salva quase ninguém. (...) A questão da abertura depende de (...) [algumas] coisas. A primeira, a mais importante, é fazer as reformas estruturais do Brasil para competirmos de igual para igual, fazermos efetivamente a reforma tributária...”. O mesmo pode ser apreendido a partir da declaração do empresário do ramo têxtil Ivo Rosset: “[A abertura] é uma questão muito delicada (...). Não existe a menor condição de se fazer uma abertura no Brasil se não tivermos exatamente as mesmas condições que os outros países têm. Quer dizer, fazer uma abertura comercial, ou fazer um acordo do Mercosul com a União Europeia, abrir o mercado, sem termos condições de competir é quebrar a indústria brasileira. Então eu sou totalmente contra uma abertura onde nós não estivermos embaixados primeiro de uma reforma tributária perfeita, de um custo de mão de obra decente, coerente com o que existe no mercado internacional (...). A abertura é uma questão muito delicada, tem que ser muito pensada”.

Horácio Piva¹³, ex-presidente da Fiesp e atual representante da Klabin S/A no conselho do Iedi, assim avaliou a passagem de Pedro Passos pelo comando do *think tank* industrial:

Eu não estava lá, mas me contaram que quase o expulsaram de lá... Eu acho [que houve uma mudança de visão] totalmente. O Iedi tinha uma visão protecionista, sim. Era um grupo que chamava atenção (...). Eu acho que isso diminuiu muito. A percepção que eu tenho é que todos os integrantes do Iedi acabaram entendendo que esse era um tema mutável. Eu nunca vi mais lá dentro um discurso daqueles (...) de excesso de protecionismo (...). No curto prazo ainda há muito medo [da abertura], mas no Iedi, por conta da sua composição, eu acho que não. (Horácio Piva, em entrevista)

Efetivamente, a passagem de Pedro Passos pela presidência do Iedi teve efeitos não apenas na visão interna do instituto, como também influenciou a forma como o *think tank* da Avenida Berrini agiu perante o poder político no período. É o que vemos, por exemplo, em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* com entrevista com Passos em março de 2013. Nela, o empresário detalha a proposta do Iedi para a desoneração de insumos básicos e redução das tarifas de importação:

Pedro Passos, sócio-fundador da Natura e presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), resolveu comprar uma briga delicada. Ele se tornou porta-voz de uma polêmica proposta que será entregue em breve ao governo Dilma: desonerar a produção de insumos básicos – como aço, cimento ou químicos – e, ao mesmo tempo, baixar as tarifas de importação, abrindo o mercado brasileiro para a concorrência dos importados. Após um intenso debate interno no Iedi, a medida foi identificada pela maioria dos 44 pesos pesados do setor empresarial reunidos pela entidade como fundamental para reduzir os custos da indústria e acabar

¹³ Horácio Piva e Pedro Passos compartilham uma visão semelhante a respeito das estratégias de desenvolvimento a serem adotadas no Brasil. Piva, que inclusive declarou em entrevista ter sido “o Pedro Passos da Fiesp” e, por conta disso, muito criticado, afirmou: “Eu e o Pedro Passos, em especial, temos uma visão não liberal, mas mais conectiva da indústria. Eu e o Pedro achamos que o Brasil teria de ter arriscado antes: ele tem que arriscar, abrir mais as suas fronteiras. Nós somos às vezes combatidos pelos nossos colegas, mas nós achamos isso. Achamos que a exposição para o Brasil à economia internacional e à competição internacional nos obrigaria a ter que buscar mais produtividade e provavelmente deslocaria aquelas empresas e aqueles setores que teriam vantagens e que não conseguem sobreviver. Nós somos mais pró-choque de realidade, digamos assim. Eu acho que não se tem que proteger indústria através de manipulação de câmbio, senão você nunca está sendo colocado ante a concorrência e a competição.”

com uma estagnação que já dura quatro anos. *Na avaliação da entidade, o fim da proteção para as indústrias produtoras de matérias-primas é necessário para garantir que os oligopólios não se apropriem dos ganhos de uma eventual desoneração tributária, elevando suas margens de lucro.* “Não queremos fazer uma abertura inconsequente, que destrua a indústria química ou de aço, mas precisamos de um compromisso de que as matérias-primas vão ter um custo internacional”, disse Passos ao Estado. (LANDIM, 2013, *on-line*)

Na mesma entrevista, ao ser questionado se a proposta a ser levada ao governo era consensual no Iedi, Passos respondeu que

nunca será um consenso absoluto, mas é fruto de um debate interno recente, porque queremos levar uma abordagem nova ao governo. Teve a aprovação da maioria, mas, individualmente, pode haver alguns setores que têm medo desse processo. Por outro lado, é consenso que proteger por proteger não leva a lugar nenhum. A abertura da economia brasileira foi equivocada, porque ocorreu no final das cadeias produtivas. Os produtos acabados tiveram os impostos de importação rebaixados, enquanto as matérias-primas continuaram protegidas. É difícil lidar com setores concentrados (...). (LANDIM, 2013, *on-line*).

A desoneração de insumos e, principalmente, a redução das tarifas de importação são questões fundamentais no debate a respeito da abertura comercial no interior do empresariado industrial brasileiro. Em linhas gerais, nota-se que tais temas colocam diferentes setores da indústria brasileira em disputa, pois refletem interesses conflitantes de empresas brasileiras inseridas em diferentes etapas das cadeias produtivas: por um lado, empresas que buscam acesso a fatores de produção oriundos do exterior a custo mais baixo tendem a ser favoráveis à redução das tarifas¹⁴; por outro, empresas brasileiras que produzem estes mesmos insumos e os fornecem ao mercado

¹⁴ Esta visão foi reafirmada por Pedro Passos em entrevista. Ao ser questionado a respeito de sua concordância sobre a importância da abertura comercial para a facilitação da exportação de produtos e para a obtenção de insumos, o empresário afirmou: “Sim, comprar tecnologia, comprar máquinas, comprar insumos, trazer mais gente, trazer mais engenheiros, marketeiros. É o mundo. É preciso não ficar mais baseado no zipcode. É preciso ir pro mundo e ver onde estão as melhores opções. É fácil falar, difícil fazer. É preciso ter maturidade: não dá pra abrir do dia pra noite. Tem que ter processo, mas tem que ter direção (...). Vai aumentar a competição aqui (...). Eu acho que essa é uma briga. Os sinais são evidentes: a indústria só encolhe, só perde participação no PIB. Perder participação no PIB é normal, mas perder em valor absoluto a relevância no mercado internacional significa que tem alguma coisa errada. O dólar vai pra R\$ 4,30 e não se exporta. Tem alguma coisa errada”.

nacional tendem a se contrapor a uma abertura desse tipo¹⁵. Trata-se, afinal, de uma disputa travada por empresas que buscam obter acesso a fatores de produção a custos mais baixos, mesmo que em prejuízo de outras empresas e setores industriais nacionais.

De fato, a presidência de Pedro Passos no Iedi não significou apenas uma reformulação na visão sobre a abertura comercial, mas também representou uma inflexão nas posições do instituto a respeito da relação da economia brasileira com o exterior, num momento de crescente transnacionalização de empresas brasileiras, como mostrou o exemplo da própria Natura. Pedro Passos vocaliza, em consonância com a reestruturação produtiva da economia mundial a partir de cadeias de valor globais, uma visão de desenvolvimento que não relaciona, diretamente e necessariamente, produção industrial e fronteiras nacionais. Em entrevista concedida a Monteiro (2015), Passos resumiu sua posição:

[É necessária uma mudança] para uma indústria que entenda que as oportunidades são globais. Hoje em boa parte do mundo já não existem indústrias verticalizadas, principalmente quando você vai evoluindo na agregação de valor. Hoje elas contam com os recursos disponíveis em todas as geografias. Essa é uma das características que força uma mudança nas políticas que até agora buscaram incentivar a verticalização. (...) Em segundo lugar, o Brasil tem que evoluir com base nas cadeias em que demonstra vantagens competitivas, como aconteceu com o agronegócio, que mostra que temos condições se fizermos a lição de casa corretamente (...). O Iedi não se foca em estudar quais serão esses setores. Não temos torcida nenhuma. E também porque esse é um jogo para ser jogado. Se você apoia uma inserção externa melhor, se ajuda a elevar a produtividade interna, deixa que os setores escolham seu caminho (...). A gente também tem colocado a necessidade de políticas mais horizontais. Por exemplo: temos dito que, no caso das cadeias produtivas, precisamos de desoneração na base. Porque hoje os recursos, os insumos das cadeias produtivas já estão saindo a um preço mais alto que o padrão internacional. O início das cadeias com

¹⁵ Esta segunda visão foi manifestada, por exemplo, por um grande empresário siderúrgico, membro do conselho do Iedi, em entrevista.

preços competitivos já ajudaria a estruturar a produção e ganhar mais competitividade. A sinalização que queremos é a de que teremos esse tipo de direção e sairemos de políticas pontuais que não têm se mostrado efetivas para resolver problemas. Isso, atrelado a uma política de inserção, vai mobilizando os investimentos para a construção de uma indústria exportadora. É preciso desonerar a base das cadeias para construir essa competitividade. E quando a gente sinaliza essa inserção, vai mobilizando os investimentos das empresas no sentido de buscar essa competitividade internacional. (MONTEIRO, 2015, p. 15)¹⁶

Com efeito, durante a passagem de Pedro Passos pela presidência do Iedi, é possível identificar que o instituto foi utilizado como uma espécie de círculo mobilizador das posições de empresas brasileiras transnacionalizadas. Além da questão já mencionada sobre a desoneração dos insumos, reportagem do jornal *Valor Econômico* de abril de 2013 relata que a entidade atuou ativamente pela supressão da bitributação dos lucros das empresas brasileiras com presença no exterior.

Várias empresas brasileiras com presença no exterior, como Vale, CSN, Gerdau, Ambev, Natura, Votorantim e Marcopolo, estão interessadas numa solução para a questão de bitributação. Essas empresas, segundo Ferreira, estão se reunindo no Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e têm conversado com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, com o secretário Nelson Barbosa, com o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, para formular uma nova lei alternativa ao problema. (DURÃO; ROSAS; POLITO, 2013, *on-line*)

Pode-se entender, desse modo, a atuação de Pedro Passos na presidência do Iedi como um exemplo da ação política de proprietários e dirigentes de

¹⁶ Posição semelhante pode ser observada em resposta do empresário a respeito de sua visão sobre acordos internacionais envolvendo o Brasil: “É inevitável, porque estamos atrasados. Precisamos incluir o Brasil nas cadeias produtivas globais. Perdemos inúmeras oportunidades, tanto com a Europa, quanto com os Estados Unidos. O Brasil tem de enfrentar essa agenda. O Mercosul teve avanços, mas há muito tempo não é suficiente para nossa inserção no mercado internacional. Os acordos que fizemos depois do Mercosul são de pouca relevância. O Brasil está pronto? Vai ter de negociar. Estamos prontos para muita coisa. Só o mercado interno é ilusório. É preciso ir para fora para ter padrão de qualidade, gestão, equipamentos sofisticados. Se a empresa não estiver na fronteira da tecnologia, perde o mercado interno”. (LANDIM, 2013, *on-line*)

empresas em processo de transnacionalização oriundas do Sul Global. Tal atuação é significativa e pode, também, lançar luz à forma como se entende a relação destas empresas, proprietários e dirigentes com seus Estados nacionais de origem. Como se discutirá a seguir, Robinson (2015) sublinha a importância, para a transnacionalização de frações burguesas oriundas do Sul Global, da instrumentalização das instituições estatais de seus países de origem, como forma de buscar maior espaço para a promoção de sua acumulação global diante de contingentes da CCT historicamente baseados no Norte Global. É possível, então, entender a inflexão nas posições do Iedi promovida por Pedro Passos como exemplo deste argumento. O *think tank* da indústria nacional foi criado com o objetivo de sugerir políticas públicas endereçadas ao governo federal. A atuação do empresário à frente do instituto e as tensões dela decorrentes sugerem que o foco dos capitalistas transnacionais de origem brasileira é promover a reforma do Estado brasileiro de modo a melhor promover sua acumulação global¹⁷. O conteúdo desta reforma, no entanto, é alvo de disputas – envolvendo, por exemplo, as estratégias de financiamento das empresas (mais orientadas ao mercado de capitais ou mais dependentes de crédito de bancos públicos) e as modalidades de política comercial –, revelando a cruenta concorrência no interior do próprio contingente brasileiro da CCT e as linhas divisórias entre agentes a respeito da incorporação da economia brasileira ao capitalismo global.

Considerações finais

O estudo da transnacionalização de empresas sediadas no Sul Global permite verificar seus contornos distintos daqueles observados no Norte. Num artigo dedicado à análise do significado dos Brics à luz da teoria do capitalismo global, Robinson (2015) argumenta que capitalistas do Sul Global

¹⁷ Ainda segundo Pedro Passos em entrevista: “Eu considero o conceito de tentar apoiar a internacionalização das empresas brasileiras fundamental. Eu não sou crítico ao processo de ter elementos que apoiem a internacionalização das empresas brasileiras (...). Então, eu acho que existem, sim, elementos que o governo pode ajudar na internacionalização das empresas brasileiras. Eu vou dar um exemplo concreto: a legislação tributária brasileira”.

passaram a integrar as fileiras da CCT, conforme se desenvolveu, ao longo das últimas décadas, a incorporação das economias dos antigos Segundo e Terceiro Mundos à globalização capitalista. No entanto, o contingente da CCT originário do Sul Global, ainda que diverso e também cruzado por lutas e concorrência internas, mobiliza-se pela promoção de mais equilíbrio e estabilidade ao capitalismo global para que estes novos contingentes da CCT também possam criar suas bases transnacionais de acumulação¹⁸.

Se, ao longo do século XX, elites periféricas – em circunstâncias excepcionais, imersas em relações de dependência – apoiaram a execução de estratégias de desenvolvimento em seus países que podiam eventualmente colocar-se em conflito com os capitais dos países centrais (foi, afinal, a época dos movimentos anticoloniais, da industrialização por substituição de importações nacionalmente orientada, etc.), no capitalismo global, os contingentes da CCT originários do Sul Global podem buscar, para melhor se integrar aos circuitos transnacionais de acumulação, instrumentalizar instituições estatais que garantam as condições para sua acumulação global. Assim, se “a classe capitalista transnacional no antigo Terceiro Mundo necessita do Estado para o seu desenvolvimento de classe e para entrar competitivamente nos circuitos globais” (ROBINSON, 2015, p. 7, tradução nossa), o processo de transnacionalização das burguesias do Sul requer, ao invés de delas prescindir, instituições estatais nacionais destes países para sua realização. Trata-se, no entanto, não de um enfrentamento entre capitais nacionais do Norte e do Sul, mas de uma luta destes últimos para reestruturar seus Estados nacionais, integrando-os aos “aparelhos de ETN” – com diferenças e lutas internas, no entanto, a respeito dos contornos de tal reestruturação.

Por isso, a análise da transnacionalização da Natura & Co., realizada neste artigo, ganha força ao se relacionarem a estratégia corporativa e as posições dos controladores da empresa a respeito das políticas econômica e

¹⁸ O que se veria, por exemplo, no esforço diplomático de países do Sul Global para reduzir subsídios agrícolas e abrir os mercados de *commodities* globais.

industrial brasileiras. É possível concluir que Pedro Passos vocaliza posições em favor de políticas de abertura comercial e de ajuste estrutural do Estado em benefício das CTNs, levando a tensões, enquanto presidiu o Iedi, com outros dirigentes industriais cujas posições alinhavam-se à orientação histórica do instituto em defesa da “indústria nacional”. O fenômeno pode ser visto como um caso de disputa entre frações nacional e transnacionalmente orientadas (ROBINSON, 2004) da burguesia brasileira. Pôde-se, desse modo, verificar empiricamente – por meio de um caso bem-sucedido de integração a cadeias de valor globais (GEREFFI, G. *et al.*, 2005) – as transformações em curso no interior da burguesia brasileira decorrentes de um dos aspectos da globalização: a transnacionalização econômica.

A introdução de uma nova dimensão no estudo das estratégias corporativas – aqui chamada de “estratégia de transnacionalização” – pode contribuir para uma melhor caracterização da integração da economia nacional ao capitalismo global, bem como das transformações em curso no Estado e nas empresas brasileiras. Trata-se, também, de uma ferramenta teórica capaz de iluminar a diversidade de posições de proprietários e gestores de empresas, e as linhas divisórias que os separam, de acordo com os setores econômicos em que se inserem. Estudos recentes no campo (AGUIAR, 2022; SANTOS, 2019) têm buscado aproximações que caminham nessa direção ao analisar CTNs de origem brasileira. Pesquisas sobre empresários e associações empresariais são tradicionais nas Ciências Sociais brasileiras e a “Nova Sociologia Econômica” brasileira, por sua vez, tem dado atenção crescente a análises empíricas de empresas (RAUD, 2009). O artigo buscou, portanto, oferecer uma contribuição para o enquadramento sociológico de fenômenos econômicos contemporâneos.

Referências

- ABÍLIO, L. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- AGUIAR, T. *Maquiando o trabalho: opacidade e transparência numa empresa de cosméticos global*. São Paulo: Annablume, 2017.
- AGUIAR, T. *O solo movediço da globalização: trabalho e extração mineral na Vale S.A.* São Paulo: Boitempo, 2022.
- AGUIAR, T. Teoria social, capitalismo global e crise da humanidade: uma entrevista com William I. Robinson. *Revista De Ciências Sociais - Política & Trabalho*, n. 58, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/66369>>. Acesso: 11 out. 2023.
- AGUIAR, T.; MICUSSI, P. Transnational Corporations and Capitalists from the Global South: Natura & Co. and the ledi. *Latin American Perspectives*, v. 49, n. 5, p. 86-89, set. 2022. <https://doi.org/10.1177/0094582X221114824>
- ANDRADA, L. Empresário industrial e estratégias para o desenvolvimento: o ledi no governo Lula. In: *anais do XXIX Encontro Anual da Anpocs*, 2005.
- CARROLL, W. *The Making of a Transnational Capitalist Class*. London: Zed, 2010.
- DICKEN, P. *Global Shift*. Londres e Nova York: The Guilford Press, 2015, 7.ª ed.
- DURÃO, V.; ROSAS, R.; POLITO, R. Expectativa com resultado ajuda ação da Vale. *Valor Econômico*, São Paulo, 4 abr. 2013.
- GEREFFI, G. et al. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, 2005.
- HENDERSON, J. et al. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, 2011.
- IEDI. *IEDI 12 anos*. Disponível em: <https://ledi.org.br/admin_ori/pdf/ledi_12_anos.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- LANDIM, R. Indústria tem nova agenda de reformas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 3 mar. 2013.
- MONTEIRO, S. Sinal de longo prazo. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 69, n. 4, 2015.
- MICUSSI, P. *Empresário industrial e governos do PT: o caso do ledi (2003 - 2016)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- MICUSSI, P.; AGUIAR, T. Lucros, greves e salários: a grande burguesia industrial pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, n. 58, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/64704>>. Acesso em: 11 out. 2023.
- NUNES, W. *Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos noventa: o caso do ledi*. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- RAUD, C. “Dimensões da sociologia econômica no Brasil”. In: MONDADORE, A. P. C. *Sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção*. São Carlos: EdUFScar, 2009.
- ROBINSON, W. I. *A Theory of Global Capitalism: Production, Class, and State in a Transnational World*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2004.
- ROBINSON, W. I. *Global Capitalism and the Crisis of Humanity*. New York: Cambridge University Press, 2014.

ROBINSON, W. I. The transnational state and the Brics: a global capitalism perspective. *Third World Quartely*, 36:1, p. 1-21, 2015.

SANTOS, R. S. P. A. Construção Social de uma Corporação Transnacional: notas sobre a “nova ‘privatização’” da Vale S.A. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 13, n. 2, 2019.

SANTOS, R. S. P.; RAMALHO, J. R. Estratégias Corporativas e de Relações de Trabalho no Brasil: uma análise preliminar de quatro grupos multinacionais. *In: XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet)*, Campinas, 2015.

SKLAIR, L. *Globalization: Capitalism and Its Alternatives*. New York: Oxford University Press, 2002.

VALENTE, M. Empresários nacionais, desenvolvimento e política no Brasil: o ledi e as reformas liberais nos anos 90. *Textos de Economia*, v. 8, n. 1, 2002, p. 69-85.

HERTON CASTIGLIONI LOPES

O ESTRUTURALISMO E A ECONOMIA INSTITUCIONALISTA ORIGINAL (EIO): UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E AS POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS DE CELSO FURTADO E THORSTEIN VEBLEN

Recebido em 27/02/2023

Aprovado em 02/08/2023

O ESTRUTURALISMO E A ECONOMIA INSTITUCIONALISTA ORIGINAL (EIO): UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E AS POSSIBILIDADES DE CONCILIAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS DE CELSO FURTADO E THORSTEIN VEBLEN

Resumo

O objetivo deste texto é discutir a aproximação teórica entre duas notórias teorias econômicas com vasta amplitude de aplicação quando o objeto de estudo são as economias periféricas: o estruturalismo latino-americano e o institucionalismo original propondo uma aproximação conceitual entre as abordagens de Thorstein Veblen e Celso Furtado, expoentes das teorias em foco neste estudo. Argumenta-se que existe uma convergência teórica considerável, a qual permite avanços no entendimento do desenvolvimento das nações de industrialização retardatária.

Palavras-Chave: estruturalismo; institucionalismo; Thorstein Veblen; Celso Furtado; desenvolvimento econômico

HERTON
CASTIGLIONI
LOPES

Doutor em Economia pela UFRGS. Professor Associado da UFFS.

Email: herton.lobes@uffs.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3539-1729>

Abstract

The aim of the text is to discuss the relationship theoretical between two well-known economic theories with a wide range application when the object of study is peripheral economies: Latin American structuralism and the original institutionalism, proposing a conceptual relationship between the approaches of Thorstein Veblen and Celso Furtado, exponents of the theories in focus of this study. It is argued that there is considerable theoretical convergence, which allows advances in understanding the development of late industrializing nations.

Keywords: structuralism; institutionalism; Thorstein Veblen; Celso Furtado; economic development

JEL:B25, B52, H89

I. Introdução

O estruturalismo latino-americano abrange diversos teóricos que contribuíram para a reflexão dos problemas de desenvolvimento das nações de industrialização tardia, preocupando-se em consolidar uma agenda propositiva de política econômica. Os estudos precursores de Raúl Prebisch (2000 [1949])¹ viriam a constituir as principais ideias núcleo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) nas décadas que se seguiram à criação do organismo em 1948. No Brasil, entre os estruturalistas mais célebres, Celso Furtado se destacou pelo considerável conjunto de obras e análises sobre o desenvolvimento. Interpretou a economia brasileira e latino-americana na perspectiva histórico-estruturalista, analisando fatores econômicos e não econômicos que restringiam suas condições de desenvolvimento.

Enquanto Furtado se destaca no âmbito latino e brasileiro, Veblen é considerado precursor da Economia Institucionalista Original² (EIO). Comparativamente ao desenvolvimentista brasileiro, as obras de Veblen são menos lembradas quando a preocupação é com o desenvolvimento, mesmo que seus estudos sejam referência entre aqueles que buscam analisar a relação entre instituições e desempenho econômico. Com efeito, a não ser pelas interpretações que se seguiram aos trabalhos do institucionalismo original, observa-se uma inclinação crítica de Veblen ao modo de produção capitalista e uma defesa dos fundamentos evolucionários que, em sua opinião, deveriam permear os estudos econômicos.

O objetivo deste artigo é revisar os esforços de convergência propostos por autores institucionalistas e estruturalistas, destacando as similaridades de pensamento apontadas tanto por expoentes da primeira como da segunda vertente teórica. Ficou registrado que estruturalistas e institucionalistas

¹ Embora Prebisch esteja entre os precursores do pensamento desenvolvimentista cepalino e suas ideias de centro/periferia tenham influenciado os estudos da Cepal, uma gama de autores que seguiram a tradição estruturalista trouxeram contribuições meritórias ao entendimento das especificidades históricas de suas nações e dos problemas de desenvolvimento que as assolavam.

² Da referência norte-americana *Original Institutional Economics* (OIE).

debateram as sinergias de seus marcos conceituais e a necessidade de maior aproximação, embora tenham lamentado o encontro tardio, mas de grande relevância para teoria do desenvolvimento econômico³.

Assim, enquanto a primeira relação (estruturalismo e institucionalismo) aparece demarcada na literatura, a segunda se encontra menos evidente. São poucas as referências de Furtado ao antigo institucionalismo norte-americano. A explicação pode estar em duas direções. Primeiro, porque a EIO e o estruturalismo fizeram uma tentativa de aproximação teórica bastante tardia, apesar das muitas convergências conceituais (SUNKEL, 1989). Segundo, porque Furtado teve dificuldades em tratar o institucionalismo norte-americano como uma teoria do crescimento. Em sua obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* o autor⁴ afirma:

Os economistas que desempenharam um papel principalmente crítico, como a escola histórica alemã ou os institucionalistas americanos, foram excluídos na medida em que não apresentaram uma interpretação sistemática do processo de crescimento. (FURTADO, 2021, p. VIII, tradução nossa)

Embora a teoria de Veblen não seja reconhecida por Furtado como uma teoria do desenvolvimento, com muita coerência teórica interpretações posteriores concluíram sobre a aplicabilidade dos conceitos veblenianos na dinâmica dos países de industrialização retardatária⁵. Há registro em Cypher (2014), por exemplo, do fato de Joan Robinson (que teve contato com Furtado em Cambridge nos anos de 1957/58) mencionar que o institucionalismo norte-americano era muito promissor para responder

³ Embora a complementaridade entre as abordagens institucionalistas e estruturalistas seja apresentada de forma mais recorrente na atualidade, resgatar a discussão ocorrida nos anos 1980 e veiculada por importantes periódicos da época é fator relevante e inevitável, particularmente porque tem sido pouco lembrada na literatura contemporânea.

⁴ Contestaremos, na seção 3 deste estudo, a afirmação de Furtado. Embora Veblen não apresente uma interpretação sistemática do processo de desenvolvimento, existe uma preocupação evidente com as nações de desenvolvimento tardio.

⁵ Muitos autores citam as obras *Imperial Germany and the Industrial Revolution* e *The Opportunity of Japan* como atestado de que a teoria de Veblen seria aplicável ao caso dos países de industrialização retardatária.

diversos questionamentos de Celso Furtado (ROBINSON, 1962, 105-110, *apud* CYPHER, 2014)⁶.

A seção a seguir retoma o debate sobre a sinergia conceitual entre as correntes estruturalista e o antigo institucionalismo norte-americano, fato que se julga pertinente resgatar na atualidade. A seção 3 oferece uma continuidade deste debate, enfatizando as relações entre o pensamento estruturalista de C. Furtado e a teoria de T. Veblen. Enquanto a aproximação teórica entre o estruturalismo latino e a EIO ficou evidente nos anos 1980, a relação entre as teorias de Thorstein Veblen e Celso Furtado não aparece com a mesma densidade, embora existam avanços neste sentido. Finalmente apresentam-se as considerações finais (seção 4).

2. O Estruturalismo e a Economia Institucionalista Original: revisitando a aproximação entre as abordagens⁷

Santiago Macario fez uma tentativa preliminar de disseminação das ideias institucionalistas entre os estruturalistas latinos⁸. Mallorquín (2019) afirma que Víctor Urquidí, quem promoveu os textos de Macario (1952a; 1952b; 1952c) para publicação na revista *El Trimestre Económico*, lembra de o próprio Prebisch realizar uma leitura muito interessada dos trabalhos. Os textos do início dos anos 1950 impressionam pela profundidade e clareza com as quais são tratados os conceitos institucionalistas. Macario (1952a) retoma o institucionalismo como uma análise crítica à economia ortodoxa, propondo-se a apresentar uma teoria positiva do institucionalismo, destacando como as instituições podem ser importantes para a análise das

⁶ Além do mais, autores como John Kenneth Galbraith e Gunnar Myrdal, cuja influência da OIE é notória, trazem repercussões mais significativas nas obras de Furtado.

⁷ A seção se destina a debater a aproximação teórico-conceitual particularmente ocorrida nos anos 1980 e veiculada por alguns importantes periódicos da área econômica. O destaque fica por conta dos textos publicados pelo *Journal of Economic Issues* (JEI) da Association For Evolutionary Economics (Afee).

⁸ Macario foi aluno de C. Ayres, reconhecido pela análise do caráter instrumental (tecnológico) e cerimonial das instituições.

diferentes realidades sociais e, portanto, no entendimento do desenvolvimento latino (MACARIO, 1952b, 1952c).

Sob a influência da Economia Institucionalista Original, Macario (1952b; 1952c) trata o progresso tecnológico como resultado do *modus operandi* do capitalismo, que cria formas de comportamento capazes de colocar a cultura pecuniária acima da produtiva⁹. Com a publicação do artigo “Proteccionism and Industrialization in Latin America” nos anos 1960, Macário passaria a ser lembrado nos estudos latino-americanos. O estudo, também do agrado de Prebisch, incorpora conceitos da EIO para explicar os problemas decorrentes do excesso de protecionismo na América Latina, tal como o fato destas políticas representarem *vested interests* das indústrias estabelecidas no Brasil (MACARIO, 1964).

Já nos anos 1960, James Street (1967, p. 55) tratou dos problemas de desenvolvimento na América Latina na perspectiva institucionalista. O autor chega a concluir que a teoria institucionalista do desenvolvimento poderia ser vista como uma extensão da teoria institucionalista em geral, já que o atraso relativo das economias do Terceiro Mundo se deve à persistente predominância de instituições arcaicas e a consequente falha na utilização do conhecimento tecnológico disponível¹⁰:

Para o economista norte-americano de formação institucionalista, muitas das descrições de problemas estruturais têm um forte sabor institucional. Embora, num sentido significativo, os desajustes estruturais sejam o resultado de diferentes taxas de aceleração histórica entre setores da economia e, portanto, pareçam estar exclusivamente associados à atual

⁹ Em sua análise, embora os lucros de muitas empresas sejam obtidos pela produção de bens socialmente úteis, também podem ser resultantes de atividades predatórias que limitam a produção (ou simplesmente pela definição da propriedade privada) e permitem aos seus detentores a apropriação de rendas. As depressões poderiam ser vistas como um problema institucional que resulta da livre operação das firmas que buscam apenas os lucros e não apenas a produção dos bens socialmente demandados. Relembrando Veblen, o autor ainda critica a predominância das atividades pecuniárias em detrimento das industriais (MACARIO, 1952b).

¹⁰ Street (1967) reitera que os problemas de desenvolvimento dos países da América Latina poderiam ser resumidos em dois: gargalos originados de fora do país em questão (deterioração dos termos de troca e limitada capacidade de importações) e desajustamentos que ocorrem internamente (acelerado crescimento populacional, prematura urbanização e expansão dos setores de serviços no emprego, defasagem na produção agrícola, limitado tamanho dos mercados domésticos, sistemas de tributação ineficazes e mudanças politicamente significativas na estrutura de classes).

época de mudanças caóticas na América Latina, eles também representam modos tradicionais de comportamento organizado que não têm respondido igualmente às condições alteradas. Ou seja, refletem a inércia das instituições (STREET, 1967, p. 55, tradução nossa)

Por este motivo Street (1967, p. 56, tradução nossa) afirma “ ‘Estruturas’ são de fato ‘instituições’ em alguns usos do termo...”. Instituições e estruturas sociais ainda acabam por definir uma forma específica de progresso tecnológico, esta uma preocupação recorrente do estruturalismo latino:

A forma específica que assume a interação do comportamento institucional e tecnológico em cada país ou unidade cultural é governada por circunstâncias únicas de geografia, história cultural e recursos disponíveis. Embora a tecnologia tenha adaptabilidade universal, as instituições são específicas da cultura (STREET, 1967, p. 55, tradução nossa)

Para Street (1967), o elo fundamental entre as correntes estruturalistas e institucionalistas estaria em suas objeções ao *mainstream*, em aspectos como: 1) visão estática do processo de crescimento externo; 2) confiança nas livres forças de mercado para os ajustes internos, 3) soluções de curto prazo para os problemas de longo prazo; 4) formação de capital a partir da contração dos níveis de consumo.

Contornos mais avançados sobre a relação entre estruturalismo e institucionalismo são observados nos anos 1980. Neste período, a aproximação teórica ficou evidente pelo conjunto de trabalhos que procurou alinhar o estruturalismo ao institucionalismo norte-americano (STREET, 1987; STREET e JAMES, 1982; STREET e JAMES, 1987; SUNKEL, 1989). Por este motivo, Street e James (1982, p. 673) apontam as décadas de 1950, 1960 e 1970 como períodos de busca por uma maior convergência entre estruturalistas e institucionalistas:

Nas últimas três décadas tem havido uma convergência de duas correntes de pensamento sobre o processo de desenvolvimento econômico, particularmente nos países menos desenvolvidos, derivadas de duas fontes bastante independentes: a economia institucional norte-americana, começando com o trabalho seminal de Thorstein Veblen no início do século,

e concepções mais recentes dos estruturalistas latino-americanos inspirados em Raul Prebisch (STREET; JAMES, 1982, p. 673, tradução nossa)

Em texto paradigmático dos anos 1980, Street (1987) se propôs a tratar os problemas de desenvolvimento das economias latinas em uma perspectiva institucionalista. Para Gambus e Almeida (2018), Street (1987) incorpora as ideias de um amplo conjunto de pesquisadores da teoria do desenvolvimento, reconhecendo como o pensamento institucional poderia obter *insights* a partir do desenvolvimentismo latino-americano. Além de estudos que versam sobre a crise da dívida externa latino-americana (STREET, 1985), sobre educação, tecnologia e desenvolvimento (STREET, 1983, 1976) e sobre a relação teórica entre estruturalistas, institucionalistas e teoria da dependência (STREET e JAMES, 1982; STREET, 1987), a conexão teórica proposta pelo autor enriquece o debate sobre a relação entre instituições e desenvolvimento e a aplicabilidade dos conceitos das duas escolas de pensamento na interpretação dos fenômenos que impedem *catching up* das nações da América Latina. Seu texto de 1987, “The Institutional Theory of Economic Development”, publicado em edição comemorativa do vigésimo aniversário do *Journal of Economic Issues* (JEI), apresenta uma síntese da teoria institucionalista do desenvolvimento econômico¹¹.

Os esforços institucionalistas para incorporar as ideias desenvolvimentistas repercutiram sobre os cepalinos. Além das menções ao interesse de Prebisch pelos trabalhos de Macario, O. Sunkel (1989), respeitado membro da Cepal, interessou-se em revisitar, no final dos anos 1980, a fértil relação entre estruturalismo e institucionalismo. Para Sunkel (2000, p. 527 e 528), além de uma análise multidisciplinar de fenômenos como desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais, os problemas periféricos deveriam receber um enfoque abrangente, abarcando fatores externos e internos, bem como as instituições que regem as relações em cada nível.

¹¹ J. Street apresenta um conjunto considerável de trabalhos nos quais é possível identificar a preocupação em associar conceitos da OIE, com sua tradição vebleniana, aos problemas de desenvolvimento da América Latina.

Entre os fatores externos se agrupariam todas as instituições em que se pauta a natureza da vinculação social, política, econômica e cultural que o país em questão mantém com os países do centro. Quanto aos elementos estruturais internos, caberia mencionar os seguintes: a dotação de recursos naturais e populacionais; as instituições políticas e, particularmente, o Estado; as classes, camadas e grupos sociopolíticos; as ideologias e atitudes sustentadas pelos diferentes grupos; e as políticas concretas do Estado.

Sunkel observou que a afinidade entre estruturalistas e institucionalistas se fundamenta na visão agregativa do processo econômico, pois as correntes buscam uma abordagem histórica e evolucionária da mudança: “*a causa e efeito cumulativos de conflitos e mudanças nas forças econômicas, sociais, culturais e políticas*” e a natureza humana que as envolve (SUNKEL, 1989, p. 523, tradução nossa). Para Sunkel (1989, p. 523, tradução nossa) os indivíduos precisam ser reconhecidos como “entidades sociais e culturais, relativamente autônomos, mas institucional e estruturalmente moldados e circunscritos no que diz respeito à valores, normas, comportamento, formas de associação e organização” (tradução nossa).

Para as duas abordagens, os problemas de desenvolvimento resultam de pressões estruturais e institucionais e devem ser amenizados pela ação coletiva do ente público. Institucionalismo e estruturalismo reiteram a importância da intervenção do Estado para transformar a realidade socioeconômica. Para Street (1967, p. 56), fenômenos como atraso tecnológico, deterioração dos termos de troca, precariedade nos padrões de vida, taxas de inflação elevadas, instabilidades cambiais, endividamento, transferência de tecnologias no longo prazo (através dos investimentos externos), demandam ação efetiva do Estado (STREET, 1967, p. 56)¹².

¹² Mesmo que a natureza do processo de mudança institucional esteja evidente nas referidas abordagens, a concepção histórico-estruturalista dos desenvolvimentistas cepalinos e a abordagem evolucionária do institucionalismo original reconhecem a complexidade existente na relação entre instituições, indivíduos e mudança econômica. As instituições resultam de um processo histórico que condiciona o estágio de desenvolvimento de cada sociedade. Assim como descreve Hodgson (2005; 2007; 2010), o processo evolucionário precisa ser compreendido a partir da interação de elementos como hábitos, crenças, instintos individuais, formas de comportamento e instituições. Por sua vez, no estruturalismo latino-americano, não é possível compreender o processo de desenvolvimento sem observar as condições históricas de consolidação do capitalismo nas economias de industrialização retardatária, assim como os problemas estruturais decorrentes.

Apesar das décadas de 1950 até 1980 serem apontadas como um período frutífero de sinergia entre autores estruturalistas e institucionalistas, o institucionalismo norte-americano acabou despercebido pela grande maioria dos estruturalistas latinos. Este parece ser o caso de Celso Furtado. Porém, como descreveremos a seguir, e como reconheceu ROBINSON (1962, p. 105-110. *apud* CYPHER, 2014), o institucionalismo teria sido muito importante para auxiliar Furtado em muitas das suas análises.

3. Veblen e as instituições, Furtado e o desenvolvimento: uma aproximação conceitual para análise da relação entre instituições e desenvolvimento econômico

Apesar de Furtado não reconhecer o institucionalismo original como uma teoria do crescimento, uma análise específica de alguns trabalhos de Veblen (1908a, 1908b; 1908c) ilustra a preocupação do autor com o tema, inclusive com o caso das nações de industrialização retardatária (VEBLEN, 1915a; 1915b)¹³. Seguindo este raciocínio, nas obras de Veblen existem elementos para interpretação de como ocorre o desenvolvimento das artes industriais e a incorporação de novas tecnologias nos países de industrialização tardia, pois as instituições e o processo evolucionário condicionam a forma como progredem as artes industriais.

Veblen (1915a; 1915b) demonstra que as nações, ao adotarem as tecnologias de outras sociedades, não precisam incorporar suas instituições e hábitos, o que poderia ser uma vantagem relativa porque nos estágios de industrialização avançada ampliam-se as possibilidades para as instituições

¹³ Apesar da crítica evidente ao modo de produção capitalista na obra de Veblen, disseminada e conhecida antes da supremacia ortodoxa (CYPHER, 2009), encontram-se elementos para explicar o desempenho das nações retardatárias (STREET, 1987). Para McCormick (2002), Veblen (1908a, 1908b, 1908c), desconstrói a teoria do crescimento neoclássica, colocando a produtividade das comunidades mais como resultado do conjunto de conhecimentos do que da propriedade dos bens de capital disponíveis em cada período histórico. É o que referenda Hodgson (1996), ao afirmar que processo de produção está imerso em um conjunto de hábitos, rotinas, conhecimentos e habilidades que formam os ativos imateriais de produção e são influenciados pelo amplo conjunto de instituições sociais.

predatórias, que acabariam por prejudicar o processo de desenvolvimento e o avanço das artes industriais. Nas nações seguidoras, a tecnologia poderia se integrar ao conjunto de hábitos e costumes em um processo evolucionário que pode levar à criação de instituições mais eficazes que as existentes na nação de onde a tecnologia foi tomada emprestada (McCORMICK, 2002; FINDLAY, 1978; BRAINARD, 2014; PARADA, 2018, e CYPHER, 2009). Em sua obra seminal, Veblen (1983) reconheceu que a tecnologia e as instituições exercem mútua influência porque novas formas de produção afetam o conjunto de hábitos e costumes nas economias receptoras¹⁴.

Por incorporar a abordagem estruturalista e uma preocupação particular com o processo de industrialização das economias retardatárias, Furtado (1961, p. 253), observa que a trajetória de desenvolvimento das nações periféricas resulta da forma como ocorre a expansão capitalista em nível mundial. As estruturas subdesenvolvidas aparecem como resultado da expansão exploratória das nações avançadas e de suas instituições, que alteram o modo de vida dos países periféricos e submetem as nações de industrialização tardia à forma de produção estabelecida nas nações centrais¹⁵.

Enquanto Veblen trata do progresso das artes industriais, que ocorre quando nações menos avançadas incorporam as tecnologias dos países desenvolvidos, em Furtado a industrialização é uma decorrência do processo de

¹⁴ Cabe relembra a discussão apresentada em Clarence Ayres e expressa no conceito de encapsulamento institucional, destacado por Bush (1987).

¹⁵ Para Furtado, com o advento da revolução industrial na Europa do século XVIII, ocorre uma ruptura com as condições de produção existentes que passou a condicionar a forma de desenvolvimento das diferentes regiões da Terra. A primeira linha de expansão europeia acontece dentro da própria Europa Ocidental, caracterizando-se pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela absorção dos fatores liberados, particularmente mão de obra, em um nível mais alto de produtividade. A segunda linha de desenvolvimento consistiu num deslocamento para além das fronteiras europeias na busca de condições de produção semelhantes às existentes (Austrália, Canadá e Oeste norte-americano). Porém, as populações que migravam para estes territórios levavam as técnicas e os hábitos de consumo da Europa e, ao encontrarem recursos naturais em abundância, foram capazes de aumentar rapidamente a produtividade. Finalmente, a terceira linha de expansão ocorreu em direção a regiões já ocupadas, algumas densamente povoadas. “A resultante [dessa expansão] foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (FURTADO, 1961, p. 253).

substituição de importações. Em sua dinâmica, o processo de substituição de importações, além de utilizar-se da importação de máquinas e equipamentos (FURTADO, 1998), teve como característica a penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, transformando as instituições do país hospedeiro de forma a garantir a reprodução, mesmo que parcial, das estruturas existentes nos países de origem¹⁶.

Para Furtado, o desenvolvimentismo latino-americano se consolidou como uma tentativa de transformar as instituições nacionais com vistas a atingir um crescimento centrado na industrialização (FURTADO, 1961). Seguindo esta linha de análise, Furtado e os estruturalistas ainda observam o papel das firmas transnacionais enquanto vetores de disseminação tecnológica. Estas empresas passaram a controlar o avanço das técnicas produtivas de acordo com seus objetivos, aproveitando-se do fechamento de mercado promovido pela estratégia de substituição de importações (FURTADO, 1981, p. 45)¹⁷. Para registro, em uma análise vebleniana do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, Gambus e Almeida (2017)¹⁸ observam que o modelo de substituição de importações acabou permitindo que os objetivos empresariais se transformassem em interesses investidos (*vested interests*) das grandes corporações que atuaram junto ao Estado brasileiro na defesa dos seus negócios.

¹⁶ O caso mais simples seria aquele que resulta da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de mercadorias de exportação, com economias de subsistência. Casos mais complexos, como o brasileiro, seriam de economias com três setores: um de subsistência, outro de exportação e um terceiro representado por um núcleo industrializado e ligado ao mercado interno, que se desenvolve a partir da substituição de produtos antes importados. Nestes países observa-se a produção de bens similares aos importados, com a introdução de inovações tecnológicas que permitem aproximar a estrutura de custos dos países exportadores de manufaturas e não a transformação da estrutura socioeconômica pela absorção do setor de subsistência.

¹⁷ Para Furtado (1981, p. 45): “o instrumento essencial dessa penetração foi o controle da tecnologia, concebida em seu sentido amplo: pesquisa e desenvolvimento, *engineering*, produção de equipamentos, montagem e operação de usinas”.

¹⁸ Gambus e Almeida (2017) periodizam a existência de interesses investidos do período de 1930 até os anos 1980, descrevendo como acontece a institucionalização de relações parentais entre Estado e as grandes corporações. Entre 1980 e 1994, mesmo com políticas neoliberais, o Estado manteve privilégios para as grandes corporações, tais como a possibilidade de demitir livremente os funcionários diante de uma crise, proteger algumas indústrias com políticas econômicas específicas (isenções para indústria automobilística) ou empréstimos a juros subsidiados pelo BNDES. Finalmente, no início dos anos 2000, o foco da política econômica seriam as pessoas comuns e o governo do PT iniciou tanto programas educacionais como de distribuição de renda (bolsa-família). Com a deterioração macroeconômica a partir de 2011, as esferas corporativas da sociedade passaram a recriminar os gastos sociais, criando um conflito social que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma.

Enquanto Veblen oferece uma definição precisa e consistente para o termo instituições, Furtado (2000) as trata de forma menos conceitual, embora reconheça seu papel como condicionante do desempenho econômico¹⁹. Na relação centro/periferia, defende que não se pode reproduzir na América Latina uma experiência desenvolvimento no quadro das instituições liberais (SAMPAIO JR., 2003) que vigoram contemporaneamente nas nações avançadas. Sobre a relação entre Estado e instituições, argumenta que o ente público é responsável pela criação de instituições políticas capazes de mediar os conflitos existentes no modo de produção estabelecido, mesmo que em alguns casos isto represente defender os privilégios de algumas classes (FURTADO, 1964). Apesar das diferentes dimensões em que se utiliza a terminologia instituições, o desenvolvimento depende, para Furtado, de como fatores econômicos se relacionam com elementos culturais das sociedades contemporâneas.

Além de tratar das tecnologias físicas, que se referem a máquinas e equipamentos, importados ou introduzidos por multinacionais, Furtado avalia como a cultura dos países centrais é incorporada aos hábitos de consumo dos menos desenvolvidos. Justamente quando se analisa o processo de desenvolvimento para além de fatores essencialmente econômicos que a relação entre os trabalhos de Celso Furtado e T. Veblen se estreita e uma ponte entre as duas abordagens pode ser estabelecida. Para Furtado (1989), o desenvolvimento e os ganhos de produtividade dependem da forma como o excedente é aplicado. Em Veblen, a geração do excedente é que dá origem à classe ociosa, que se utiliza de diversas formas de consumo como meio de demonstrar seu prestígio social. O'Hara (2002), por exemplo, aponta que a relação entre excedente econômico e crescimento a partir de uma perspectiva vebleniana é um dos projetos de pesquisa que clama por maiores desenvolvimentos. A teoria do excedente de Veblen estaria presente em diversas de suas obras [*The Theory of the Business Enterprise* (1904), *The Vested*

¹⁹ O autor admite a necessidade de uma análise histórica, onde cada período teria características específicas e determinadas pelas instituições da época e sua interdependência (FURTADO, 1964).

Interests and the Common Man (1919), *The Engineers and the Price System* (1921) e *Absentee Ownership* (1923)] e serviria como base para uma análise de sua produção e distribuição (“excedente” ou “produto líquido”) entre indústria, considerada a produtora direta do excedente, e os negócios, como apropriadores. Assim, seria possível uma interpretação dos diferentes graus de exploração da indústria pelos negócios.

Na análise de Furtado (1989), o excedente²⁰ pode ser apropriado por diversas classes e utilizado para estratificação social (via consumo) ou introdução de novas técnicas produtivas. Existiriam quatro possibilidades para destinação do excedente: a) apropriação exclusivamente em benefício do centro; b) apropriação por um segmento da classe dominante local; c) apropriação por grupos locais que o utilizam para ampliar seu poder; d) apropriação pelo Estado. São as formas de *b* e *c* que predominam no capitalismo periférico. Por essa razão o excedente acaba utilizado para fins improdutivo²¹, perpetuando as disparidades entre o nível de desenvolvimento de países ricos e pobres. Nesses últimos, alguns estratos sociais estão fadados a imitar os níveis materiais dos países avançados, fazendo com que grande parte da renda nacional (e do excedente) fique comprometida com um tipo de dispêndio que prejudica a formação e ampliação da poupança nacional (FURTADO, 1950)²². A reprodução do subdesenvolvimento passa por uma concentração de riqueza (concentração fundiária e patrimonial) que coloca algumas classes em condições de adquirir bens semelhantes aos consumidos nas economias avançadas. Por essa razão, os ganhos de produtividade acabam nas mãos de poucos e seus frutos se reverterem “em benefício de uma pequena minoria” (FURTADO, 1974, p. 79).

²⁰ O excedente pode provir da incorporação de recursos naturais ao processo produtivo, da realocação de recursos pela ampliação dos mercados (externos), da intensificação da capitalização, entre outros (FURTADO, 1967).

²¹ No processo histórico de formação das economias latinas, o fato se refletiu em aumento de importações, estrangulamento externo e poucos estímulos às atividades produtivas internas (FURTADO, 1974). Constituídas as atividades industriais dessas economias, criou-se a necessidade de um progresso técnico destinado a reprodução de bens fabricados nas economias centrais.

²² Nas palavras de Furtado (2000, p. 4): “Como não perceber que os elevados padrões de consumo de nossa chamada alta classe média têm como contrapartida a esterilização de parte substancial da poupança e que aumentam a dependência externa do esforço de investimento?”

Furtado chama de “modernização” o fato de a dependência produtiva resultar de uma dependência cultural²³. Embora o autor tenha se mostrado reticente quanto à incorporação do institucionalismo à sua teoria do desenvolvimento, a teoria de Veblen converge com sua análise sobre a aplicação do excedente no consumo improdutivo de algumas classes, ao invés de destinado à melhoria das técnicas produtivas. Trata-se de um tipo de dispêndio característico da Classe Ociosa (VEBLEN, 1983) e que se dissemina pelas sociedades devido ao processo de emulação pecuniária. Assim, o efeito-demonstração²⁴, destacado nas obras de Furtado, acabou moldando a forma de industrialização da periferia e, como um fenômeno historicamente constituído, carece de uma análise evolucionária, como a que advogou Veblen (1989) para o campo de estudo econômico.

Para Furtado, o progresso técnico aparece como elemento que transcende a questão econômica, sendo tratado como parte da criatividade humana (FURTADO, 1978), mas dependente da forma como a cultura molda os hábitos de consumo²⁵. Para o autor, nas economias centrais, o crescimento seria dado pela incorporação do progresso tecnológico, que define a forma de acumulação do capital e provoca modificações estruturais, finalmente modificando o perfil da demanda. Por outro lado, nas economias periféricas, o desenvolvimento é essencialmente dependente dos tipos de dispêndios,

²³ Furtado (1974, p. 81) afirma: “Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos”.

²⁴ Como este, muitos nexos conceituais ainda merecem aprofundamentos teóricos. Nos trabalhos de Street (1967) e Street e James (1982), por exemplo, as obras de Furtado são mencionadas mais para registro do que procurando relações teóricas ou a possível influência do institucionalismo de Veblen sobre as análises de Furtado. Cypher (2014), cuja abordagem procura exaltar a contribuição de Furtado, vinculando-a ao institucionalismo norte-americano, não discute os elos conceituais determinantes do desenvolvimento periférico. No Brasil, a disseminação relativamente recente das ideias institucionalistas tem contribuído para a construção de trabalhos que procuram avaliar o desenvolvimento a partir do institucionalismo norte-americano. Pode-se mencionar a recente contribuição de Junior e Conceição (2021) que incorporaram os conceitos institucionalistas veblenianos para avaliar a dualidade centro/periferia, analisando a noção institucionalista de emulação e consumo conspícuo, por decorrência o efeito-demonstração.

²⁵ Para Cypher (2014): “Furtado foi o cepalista mais sábio em relação ao tema da importância da tecnologia e do legado cultural disfuncional descientífico da ‘economia colonial’: uma condição prévia que se manteve em vigor no Brasil até o fim do século XIX, e nos demais países da América Latina ainda no século XX (FURTADO, 1971, p. 41; 1964, p. 133)”.

sendo observada a seguinte sequência: “modificações na composição da demanda – acumulação de capital – progresso tecnológico” (FURTADO, 1969, p. 22). Assim:

[...] o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por condições estruturais que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do desenvolvimento tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial. (FURTADO, 1969, p. 23)

Veja-se que existe um processo de emulação, fazendo com que o perfil de demanda dos países menos desenvolvidos seja equiparado aos padrões de consumo das nações centrais. Portanto, mesmo sendo um defensor da industrialização, Furtado se mostrou crítico da forma como ela ocorreu no Brasil e na América Latina. Denunciou o processo de modernização conservadora, que ampliou a demanda por produtos semelhantes aos que eram produzidos no exterior, debilitando a endogeneidade do progresso técnico. Na “Análise do Modelo Brasileiro”, Furtado (1972) afirma entender que o processo de (sub)desenvolvimento requer tratar da dinâmica que se observa entre o lado da oferta, onde ocorre o progresso técnico, e o lado da demanda, que o influencia a partir da formação cultural de uma sociedade dependente dos padrões de consumo observados no exterior.

Assim como Furtado, Veblen (1915a; 1915b) tratou das possibilidades dos países retardatários, quando estes tomam emprestado tecnologias dos países avançados sem a necessidade de copiarem suas instituições e hábitos. Contudo, o processo de substituição de importações resulta justamente da consciência de que é necessária a produção daqueles bens de consumo produzidos externamente e antes importados. Veblen percebeu a necessidade de inibição de instituições predatórias. No entanto, elas parecem fazer parte do processo de desenvolvimento industrial das economias periféricas.

Para Veblen e Furtado, elementos institucionais/culturais afetam a forma de consumo nas sociedades. Enquanto Furtado coloca a concentração da renda de alguns estratos sociais como responsável pela esterilização de parcela significativa da renda nacional, Veblen destaca o peso da classe ociosa no desperdício de parcela relevante do excedente. Este último autor (VEBLEN, 1989) ainda procura na natureza do indivíduo os impulsos que balizam seu comportamento, inclusive o de consumidor conspícuo. Sua abordagem evolucionária analisa a era industrial, destacando a supremacia do instinto construtivo, mesmo que o predatório permaneça inerente aos seres humanos. À medida que avança a produtividade industrial, as façanhas predatórias passam a ser copiadas, abrindo espaço tanto para o ócio como para o consumo conspícuos. A instituição da classe ociosa representa uma manifestação do instinto predatório e da aversão ao trabalho produtivo, fatores que prejudicam o progresso das artes industriais.

Na sociedade industrial de Veblen (1983) a institucionalização da classe ociosa faz o trabalho produtivo ser visto como desonroso, enquanto o consumo conspícuo e a possibilidade do ser humano sobreviver sem a necessidade de vinculação direta com o trabalho são enaltecidos. O instinto para emulação faria seu papel ao tornar esse modo de vida desejado por uma parcela significativa da população. Afirma Veblen (1983, p. 51-52, tradução nossa): “Com exceção do instinto de autopreservação, a propensão para a emulação é provavelmente o mais forte, o mais alerta e o mais persistente dos motivos econômicos.”

As instituições, definidas por Veblen como hábitos, criam e reforçam determinadas formas de comportamento. O processo de emulação pecuniária de Veblen aparece em Furtado (1989) prejudicando a acumulação de capital e os ganhos de produtividade. Apresenta-se como uma forma característica do processo de desenvolvimento periférico que garante aos principais destinatários da renda nacional manterem elevados padrões de consumo frente às precárias condições de desenvolvimento da nação. Inevitavelmente os efeitos sobre a estrutura produtiva são evidentes, tanto

pelas condições de demanda e renda concentrada como pelas condições que assume o progresso técnico.

Desde os primórdios do processo de substituição de importações a estrutura institucional estabelecida para incentivar a industrialização das economias retardatárias resultou de um processo de modernização cultural, o que, ironicamente, iria acabar prejudicando a aplicação do excedente e a endogenia do progresso tecnológico. Reproduzem-se, assim, as condições de (sub)desenvolvimento e de dependência cultural em sociedades onde a mudança institucional está refém dos hábitos predominantes e que satisfazem determinadas propensões humanas (principalmente os instintos predatórios).

4. Considerações finais

A proposta do texto foi retomar a discussão sobre a proximidade teórica entre as abordagens estruturalistas e da EIO. Observou-se uma relevante tentativa de aproximação teórica, em especial nos anos 1980, com a publicação de textos que procuraram relacionar os problemas de desenvolvimento estudados pelo estruturalismo à Economia Institucionalista Original. Na sequência, debateu-se uma possibilidade de convergência entre a concepção de instituições e desenvolvimento nas abordagens de T. Veblen e C. Furtado. Os conceitos trabalhados em Veblen permitem compreender a dinâmica das economias periféricas, cujo desenvolvimento e problemas estruturais são resultado de um processo evolucionário de consolidação das instituições. De forma semelhante, para Celso Furtado os problemas de desenvolvimento das nações periféricas resultam da expansão capitalista e de suas instituições. Contudo, o principal elo de ligação entre o institucionalismo de Veblen e a teoria do desenvolvimento de Furtado diz respeito à forma como as instituições, em sua ampla definição, determinam a aplicação do excedente e o progresso das artes industriais.

Para Furtado, o excedente das economias periféricas acaba esterilizado na satisfação das necessidades de consumo de algumas classes (efeito-demonstração). Nas diversas obras de T. Veblen, o consumo conspícuo aparece como uma forma de enaltecimento da classe ociosa, que demonstra seu status social pelos bens que são consumidos e por sua aversão ao trabalho produtivo. A reprodução deste problema é um fenômeno institucional, que evolui culturalmente, limitando o progresso técnico e a criatividade humana.

Aos *police makers* caberia a construção de novas instituições? Estruturalistas e institucionalistas reconhecem que instituições não podem ser reformuladas à vontade dos governantes, principalmente quando o espelho são as nações avançadas. No entanto, apontam o caminho para políticas que tratem dos diversos problemas decorrentes da forma de desenvolvimento de cada nação, considerando suas especificidades históricas. Mudar a cultura, os hábitos e determinados comportamentos demanda uma compreensão do caráter histórico de consolidação das instituições, o que requer ações efetivas e de longo prazo por parte dos Estados nacionais e não o abandono das políticas de desenvolvimento.

Referências

- CYPHER (2014), J. M. The Origins of Developmentalist Theory, *International Journal of Political Economy*, 43:4, 15-32, DOI: 10.1080/08911916.2014.1002700.
- CYPHER, J. M. On the Income Gap Between Nations: Was Veblen the First Development Economist? *Journal of Economic Issues*, 43:2, 361-370, 2009.
- GAMBUS, I; ALMEIDA, F. (2018) Three Decades After James Street's "The Institutional Theory of Economic Development": What Does Institutional Approach to Economic Development Mean Today? *Journal of Economic Issues*, vol. 52, n. 2, p. 455-463
- FINDLAY, R. Relative Backwardness, Direct Foreign Investment, and the Transfer of Technology: A Simple Dynamic Model. *The Quarterly Journal of Economics*, volume 92, Issue 1, February 1978, p. 1-16.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. *Development and Underdevelopment*. Berkeley: University of California Press, 2021, p. 77-114.
- FURTADO, C. 1961. *Development and Underdevelopment: A Structuralist View of the Problems of Developed & Underdeveloped Countries*. Berkeley: University of California Press. Translation by R. Aguiar and E. Drysdale of chapters 1-5 of C. Furtado, 1961a.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra. 2000.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964.
- FURTADO, C. (2002). *Metamorfozes do capitalismo*. Disponível em: <http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/furtadoI.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2014.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. Entre o inconformismo e reformismo, *Revista de Economia Política*. vol. 9, n. 4, outubro-dezembro de 1989.
- FURTADO, C. Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica, *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 1, janeiro-março, 1981.
- FURTADO, C. [1959]. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1998.
- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the "old" and the "new", *Metroeconomica*, Oxford [s. l.], v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.
- HODGSON. *Instinct and Habit before Reason: Comparing the Views of John Dewey, Friedrich Hayek and Thorstein Veblen*. *Advances in Austrian Economics*, 206 (9), 2005 p. 109-143
- HODGSON, G. M. Choice, Habit and Evolution, *Journal of Evolutionary Economics*, 20(1), January 2010, p. 1-18
- HODGSON, G.M. Institutions and individuals: interaction and evolution, *Organization Studies*, Thousand Oaks (USA), v. 28, n. 1, p. 95-116, 2007.
- HODGSON, G. M. An Evolutionary Theory of Long-Term Economic Growth, *International Studies Quarterly*, v. 40, n. 3, *Special Issue: Evolutionary Paradigms in the Social Sciences*, sep., 1996, p. 391-410.
- MACARIO, S. P. El institucionalismo como crítica de la teoría económica clásica, *El Trimestre Económico*, Fondo de Cultura Económica, México, 1952a, p. 73-112

- MACARIO, S. P. Teoría positiva del institucionalismo (primera parte). *El Trimestre Económico*, 19(2). Fondo de Cultura Económica, México, 1952b, p. 250-300
- MACARIO, S. P. (1952c). Teoría positiva del institucionalismo (segunda parte). *El Trimestre Económico*, 19(3), Fondo de Cultura Económica, México, 1952c, p. 481-509
- MACARIO, S. Protectionism and Industrialization in Latin America, *Economic Bulletin for Latin America*, 9(1), p. 61-101. Santiago/Chile, 1964.
- MALLORQUÍN, C. *Breve historia del espíritu del desarrollo latinoamericano*. México: Colófon, 2019.
- MCCORMICK, K. Veblen and the New Growth Theory: Community as the Source of Capital's Productivity, *Review of Social Economy*, 60(2), Oxfordshire, p. 263-277, 2002.
- O'HARA, P. A. The Contemporary Relevance of Thorstein Veblen's Institutional-Evolutionary Political Economy, *History of Economics Review*, 35:1, London, 2002. p. 78-103
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record/Cofecon/Cepal, 2000.
- SAMPAIO JR., P. de A. Celso Furtado: Um economista a serviço da nação. In: FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p. 4-10.
- STREET, J. The Latin American 'Structuralists' and the Institutionalists: Convergence in Development Theory, *Journal of Economic Issues* 1, (1967), p. 44-62.
- STREET, J. The Technological Frontier in Latin America: Creativity and Productivity, *Journal of Economic Issues* 10, 3 (1976), p. 538-558.
- STREET, J. Institutional Reform and Manpower Development in Mexico, *Journal of Economic Issues*, 17, 1 (1983), p. 17-33.
- STREET, J. Development Planning and the International Debt Crisis in Latin America, *Journal of Economic Issues*, 19, 2 (1985), p. 397-408.
- STREET, J. The Institutional Theory of Economic Development, *Journal of Economic Issues*, 21, 4 (1987), p. 1861-1887.
- STREET, J. Development Planning and the International Debt Crisis in Latin America Crise da dívida da América Latina, *Journal of Economic Issues*, vol. 19, n. 2 (Jun. 1985), p. 397-408, 1985.
- STREET, J.H. & JAMES, D.D (1982) Institutionalism, Structuralism, and Dependency in Latin America, *Journal of Economic Issues*, vol. 16, n. 3, p. 673-689
- SUNKEL, O. (1989) Structuralism, Dependency and Institutionalism: An Exploration of Common Ground and Disparities, *Journal of Economic Issues*, vol. 23, n. 2, p. 519-533.
- SUNKEL, O. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Cepal, 2000. v. 2
- VEBLEN, T. (1908a) Professor Clark's economics, *Quarterly Journal of Economics*, 22, reprinted in *The Place of Science in Modern Civilization*, New York: B.W. Huebsch (1919).
- VEBLEN, T. (1908b) On the nature of capital, part I: the productivity of capital goods, *Quarterly Journal of Economics*, 22, reprinted in *The Place of Science in Modern Civilization*, New York: B. W. Huebsch (1919).
- VEBLEN, T. (1908c) On the nature of capital, part II: investment, intangible assets, and the pecuniary magnate, *Quarterly Journal of Economics*, 23, reprinted in *The Place of Science in Modern Civilization*, New York: B.W. Huebsch (1919).
- VEBLEN, T. *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. Kitchener: Batoche Books, (1915a[2003])

VEBLEN, T. The Opportunity of Japan. In: *Essays in Our Changing Order*, edited by Leon Ardzrooni, p. 248-266. New York: Viking 1915b.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? *Quarterly Journal of Economics*, 12(4). 1898, p. 373-397.

VILAÇA JR. A. P.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Conexões do pensamento de Celso Furtado com o institucionalismo vebleniano: hábitos, emulação e efeito-demonstração, *Nova Economia* (UFMG), v. 31, p. 929-954, 2021.

RAQUEL DE AZEVEDO

O CONCEITO DE CRISE EM MARX E SUA EXPRESSÃO NO CÁLCULO DIFERENCIAL

Recebido em 17/07/2023

Aprovado em 27/10/2023

O CONCEITO DE CRISE EM MARX E SUA EXPRESSÃO NO CÁLCULO DIFERENCIAL

Resumo

Este trabalho parte da inversão lógica entre as formas com que Karl Marx e John Maynard Keynes concebem a crise do capital: se a tradição keynesiana se caracteriza por uma crítica que decorre da crise, em Marx é a crítica dos conceitos da Economia Política que lhe permite elaborar um conceito de crise. Na segunda seção do artigo, procuramos enfatizar o percurso que Marx realiza não apenas para estabelecer um conceito formal de crise a partir da crítica, como também para explicitar o conteúdo específico da crise do capital. Em seguida, indicamos como o conceito de crise pode ser traduzido na estrutura matemática do cálculo diferencial, mais precisamente na definição de infinitesimais estabelecida por Leibniz. Por fim, mostramos que, dada a inversão entre as teorias marxista e keynesiana, a crítica é inseparável de uma noção de transição de modo de produção.

Palavras-chave: Marx; Keynes; Leibniz; crise; crítica; infinitesimais; transição

RAQUEL DE AZEVEDO

Professora do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7373-3104>

Este trabalho é dedicado ao professor Idaleto Aued, cujas aulas, já tão distantes no tempo, seguem sempre tão presentes.

Abstract

This paper assumes as its starting point the logical inversion between the ways in which Karl Marx and John Maynard Keynes conceive the crisis of capital: if the Keynesian tradition is characterized by a critique that arises from the crisis itself, in Marx it is the critique of Political Economy concepts that allows him to elaborate a concept of crisis. In the second section of the paper, we emphasize the path taken by Marx not only to establish a formal concept of crisis based on his critique, but also to explain the specific content of the crisis of capital. Then, we indicate how the concept of crisis can be translated into the mathematical structure of differential calculus, more precisely into the definition of infinitesimals established by Leibniz. Finally, we show that, given the inversion between Marxist and Keynesian theories, critique is inseparable from a notion of transition in the mode of production.

Keywords: Marx; Keynes; Leibniz; crisis; critique; infinitesimals; transition

JEL: B14; B40; H12; P10; P20

I. Crítica, crise e os infinitesimais

A publicação d'*A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, em 1936, assume uma posição curiosa na história do pensamento econômico. A crítica à economia neoclássica em que John Maynard Keynes se formou e à ideia de que não há nenhum empecilho ao pleno emprego é lida, retrospectivamente, como uma consequência necessária da quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e dos níveis persistentes de desemprego que a ela se seguiram. A novidade não está em tomarem os economistas a crise como seu objeto – aquilo que poderíamos chamar de aspecto negativo do impulso expansivo do capital ocupa um lugar mais ou menos central no pensamento econômico desde os embates entre Thomas Malthus e David Ricardo a respeito do papel do consumo improdutivo diante da superprodução de capital. É, porém, na década de 1930 que crise e crítica da teoria econômica parecem se consolidar como elementos inseparáveis, sendo função da crítica tornar a prometer um futuro que a crise parece obscurecer e negar. A questão é que a única imagem do futuro que a crítica é capaz de elaborar tão logo fica estabelecida sua inerência com a crise é a promessa de crises mais bem administradas.

Nos escritos de Karl Marx ao longo da década que antecede a publicação do Livro I d'*O Capital*, em 1867, há um movimento oposto à lógica da *Teoria geral*. Se a tradição keynesiana se caracteriza por uma crítica que decorre da crise, em Marx é a crítica dos conceitos da Economia Política que permite elaborar um conceito de crise. Como veremos, essa inversão não é trivial. A crítica de Marx aponta para o fato de que os mais categorizados representantes da Economia Política, embora possuíssem teorias complexas sobre o valor, não conseguiam passar de um conceito de valor para um conceito de capital, ou seja, para um conceito de valor se valorizando. É conhecido o circuito do capital que Marx elabora no capítulo quatro do Livro I d'*O Capital*, no qual a troca de equivalentes na circulação é compatibilizada com o surgimento de um valor excedente, desde que haja troca de não-equivalentes na produção. Marx mantém a hipótese fundamental da Economia Política de que toda ida ao mercado corresponde a uma

mercadoria que se troca, via de regra, por seu valor, desde que o capital encontre nesse mesmo mercado uma forma-valor especial, uma mercadoria que, em uso no processo produtivo, é ela própria fonte de valor (produz mais valor do que aquele que ela custa inicialmente ao capitalista). Somente sob essas condições, a troca de equivalentes no mercado pode incluir o surgimento de um excedente. Mas, para entender o conceito de crise que Marx obtém a partir da crítica, importa menos o circuito acabado do que o procedimento para construí-lo a partir do conceito de valor.

Na segunda seção deste artigo, enfatizaremos o percurso de Marx na elaboração de seu conceito de crise a partir da crítica da Economia Política. Como veremos, as formas de manifestação da crise são a interrupção da circulação das mercadorias e a desproporção das trocas entre os setores de produção de meios de produção e de produção de meios de consumo. Por sua vez, o conteúdo que vem à tona de maneira violenta nessas duas formas da crise diz respeito à característica fundamental da reprodução do capital, em que o homem enquanto trabalhador é progressivamente substituído pela aplicação tecnológica da ciência na mediação com o trabalho passado. Como se sabe, Marx explica que essa contradição não implica redução absoluta da parte variável do capital total, mas apenas decréscimo relativo da parte variável em relação à parte constante na acumulação. Com isso, o número de trabalhadores que o capital emprega, a massa absoluta de trabalho que mobiliza e, portanto, o excedente de que se apropria podem crescer de maneira contínua apesar da queda progressiva na taxa de lucro. A questão é que, com o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, uma massa cada vez maior de capital é necessária para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e para extrair a mesma quantidade de mais-valia¹.

¹ Minha opção pelo uso do termo mais-valia em lugar de mais-valor se deve ao fato de que, apesar de mais-valor ser uma tradução mais literal da palavra alemã *Mehrwert*, algo se perde, em termos de conteúdo, ao abandonarmos o primeiro termo (já consagrado no marxismo brasileiro). A própria estranheza da palavra mais-valia parece exercer um papel complementar na compreensão do conceito que ela expressa. Com o uso do termo mais-valia, o valor criado pela classe trabalhadora que excede os salários que lhe foram adiantados carrega um estranhamento. Não denota uma simples divisão mecânica da jornada de trabalho entre trabalho necessário e trabalho excedente, mas indica que durante toda jornada de trabalho a classe trabalhadora produz a propriedade de outro e a sua não-propriedade. Entendo que o estranhamento da palavra expressa bem o estranhamento da classe trabalhadora no processo produtivo.

Esse arranjo complexo que está na origem da possibilidade formal da crise, isto é, a combinação entre a redução relativa do capital variável e o aumento absoluto do capital total num ritmo superior ao da queda na taxa de lucro, pode ser traduzido na estrutura matemática do cálculo diferencial. Mais precisamente, na definição estabelecida por Leibniz para os infinitesimais. Ao descreverem problemas que envolvem uma transformação contínua entre um caso-limite e os termos que ele limita, os infinitesimais se configuram, nos escritos de Leibniz, não apenas como uma ferramenta matemática para lidar com a antiga questão do método de exaustão de Arquimedes, mas como operadores da transição de um objeto a outro. Na terceira seção deste artigo, indicamos como a utilização dos infinitesimais por Leibniz pode contribuir para a compreensão do problema da redução relativa do capital variável em Marx – fundamento da crise e também de um pensamento sobre a transição de modos de produção. Na quarta e última seção, mostramos que, dada a inversão entre as teorias marxista e keynesiana, a crítica é inseparável de uma noção de transição de modo de produção.

2. Crise como manifestação da unidade

Há no capítulo “A mercadoria” um roteiro em três passos em que Marx explica como se dá a passagem do conceito de valor ao conceito de capital. É percorrendo esse roteiro que Marx aponta, a um só tempo, o limite das formulações da Economia Política e a emergência de um conceito formal de crise. Seu ponto de partida é aquilo que há de mais imediato para a Economia Política: o valor de troca, a relação quantitativa entre duas mercadorias distintas. Duas coisas qualitativamente diferentes só podem estar em relação se forem expressões de uma substância comum. Pondo-se de lado o valor de uso das mercadorias, ou seja, as necessidades humanas que satisfazem independentemente da forma como são produzidas, só resta em comum entre elas a propriedade de serem produtos do trabalho. Não o trabalho específico do fiandeiro ou do tecelão – ou qualquer outra forma

concreta de trabalho. Duas mercadorias só se opõem na troca porque podem ser reduzidas a diferentes quantidades de trabalho humano abstrato, ou, como diz Marx, dispêndio humano produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos. Mas não basta dizer que trabalho abstrato cria valor. Para Marx, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho médio necessário para a sua produção no ramo a que está vinculada.

Da forma imediata, o valor de troca, passa-se, assim, para a substância comum entre duas mercadorias, o valor. O último passo, aquele que a Economia Política não percorreu, é retornar ao valor de troca não mais como uma relação quantitativa puramente casual, mas como forma de manifestação do valor. É por não dar esse passo que a Economia Política se comporta como um saber exterior ao seu objeto, incapaz de desdobrar determinações mais complexas das mais simples. Na nota 32 do capítulo “A mercadoria”, Marx explica que sua diferença com a Economia Política consiste no fato de que Adam Smith e David Ricardo não percorreram o caminho de volta ao valor de troca como forma de manifestação do valor:

Uma das falhas principais da economia política clássica é não ter conseguido devesar – partindo da análise da mercadoria e, particularmente, do valor da mercadoria – a forma do valor, a qual o torna valor de troca. Seus mais categorizados representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam com absoluta indiferença a forma do valor ou consideram-na mesmo alheia à natureza da mercadoria. O motivo não decorre apenas de a análise da magnitude do valor absorver totalmente sua atenção. Há uma razão mais profunda. A forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal, do modo de produção burguês, que, através dela, fica caracterizado como uma espécie particular de produção social, de acordo com sua natureza histórica. A quem considere esse modo de produção a eterna forma natural da produção social, escapará, necessariamente, o que é específico da forma do valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital etc. (MARX, 2004, p. 102)

Marx insiste que este último passo, retornar ao valor de troca como forma de manifestação do valor, corresponde ao entendimento do caráter histórico

da produção capitalista. O que isso significa? Antes, vale mencionar o aspecto histórico que Marx associa ao próprio conceito de valor. Marx lembra que Aristóteles analisa a forma do valor na seção sobre a justiça de *Ética a Nicômaco*, mas não chega a um conceito de valor porque o fundamento da sociedade grega é a desigualdade entre os homens e de suas forças de trabalho. Com Smith e Ricardo é diferente: ambos elaboram uma teoria do valor, pois a divisão do trabalho tipicamente capitalista já havia se desenvolvido a tal ponto no interior das fábricas que a homogeneidade dos trabalhos – a sua comparabilidade – se torna um dado objetivo da forma social capitalista. Mais do que isso: a igualdade dos trabalhos permite inclusive que a ideia política de igualdade humana adquira uma consistência de convicção popular, como se vê na disseminação dos ideais da Revolução Francesa. Mas resta ainda a pergunta: por que, para Marx, a compreensão da forma do valor é o que permite que se evite a naturalização do sistema capitalista, como o faz a Economia Política? Em que medida a exposição que Marx percorre – passar do valor de troca ao valor e novamente ao valor de troca como forma de manifestação do valor – permite compreender a mudança qualitativa do modo de produção capitalista em relação aos modos de produção anteriores?

Para Marx, a forma do valor é o desdobramento em uma oposição externa da oposição interna que caracteriza a mercadoria – que é ser um valor de uso que é veículo de valor. O valor só se dá a ver na oposição externa de duas mercadorias no mercado; ele não está associado a nenhum aspecto material da mercadoria. Se uma mercadoria qualquer fosse decomposta em suas partes mais simples, nenhum átomo de valor seria encontrado. Só se pode saber algo sobre o valor na medida em que a oposição interna com que Marx define a mercadoria encontra uma forma externa para se desdobrar².

² Sobre o procedimento de Marx de apresentar uma oposição ou uma contradição interna através de seu desdobramento externo, vale mencionar a analogia com a elipse no capítulo 3 do Livro I d'*O Capital*. "já vimos que a troca de mercadorias encerra elementos contraditórios e mutuamente exclusivos. A diferenciação das mercadorias em mercadorias e dinheiro não faz cessar essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem se mover. Esse é, afinal de contas, o método de solucionar contradições reais. É uma contradição, por exemplo, ser um corpo, continuamente, atraído e repellido por outro. A elipse é uma das formas de movimento em que essa contradição se dá e se resolve ao mesmo tempo". (MARX, 2004, p. 131)

Com o desenvolvimento da troca, os dois polos da forma do valor aparecem progressivamente como elementos relativamente independentes. No capítulo “A mercadoria”, Marx apresenta os estágios pelos quais se formam esses dois polos. Na forma dinheiro do valor, em que se opõem mercadoria e dinheiro, cristaliza-se a autonomia relativa de cada lado da relação: as mercadorias expressam seu valor numa única mercadoria que ocupa a função de equivalente geral e o dinheiro empresta seu corpo para expressar o valor de todas as mercadorias produzidas na economia. É preciso notar que os polos se excluem mutuamente (cada um exerce uma função exclusiva), mas também se determinam reciprocamente (são a manifestação externa de uma unidade interna). Essa simultaneidade entre unidade e separação também se verifica entre os polos do circuito de circulação de mercadorias – venda, de um lado, e compra, de outro. Venda e compra se tornam igualmente processos relativamente independentes entre si, embora a metamorfose das mercadorias só se complete com a unidade subsequente dos dois processos. Nas *Teorias da mais-valia*, Marx argumenta que é nesse duplo caráter do desenvolvimento da forma do valor no circuito das mercadorias – envolver, a um só tempo, unidade e separação – que está posta a possibilidade formal da crise enquanto interrupção da circulação.

O conceito formal de crise, para Marx, é, assim, a manifestação violenta da unidade dos opostos, é a destruição à força da independência recíproca assumida pelas duas fases complementares da metamorfose das mercadorias. “A crise”, resume Marx, “revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros. Não ocorreria crise se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença” (MARX, 1980, p. 936) Alguns representantes da Economia Política, como Jean-Baptiste Say, defendem que há um equilíbrio necessário entre vendas e compras, ou, dito de outra forma, que o vendedor conduz o comprador ao mercado, mas com isso não expressam mais do que uma tautologia, pois venda e compra não passam, neste caso, de um ato único, de uma relação mútua entre dois indivíduos polarmente opostos – o possuidor de mercadoria e o possuidor de dinheiro. A interrupção que interessa a

Marx é a dos atos de venda e compra subsequentes no tempo e no espaço. O dinheiro permite não apenas que essas fases apareçam como elementos autônomos, mas também mensura a fluidez ou o grau de interrupção da metamorfose das mercadorias. Essa é a maneira como Marx interpreta o elemento da velocidade na teoria quantitativa da moeda – e é a primeira elaboração da forma da crise n’*O Capital*:

O processo de circulação das mercadorias, isto é, seu circuito através de metamorfoses opostas, só transparece através do curso do dinheiro, e se revelam, por meio da velocidade desse curso, a velocidade da metamorfose delas, o entrelaçamento contínuo das séries de metamorfoses, a celeridade do giro social das coisas, a rapidez com que as mercadorias desaparecem da circulação e são substituídas por novas. Na velocidade do curso do dinheiro se patenteia, portanto, a unidade fluente das fases opostas e complementares: conversão da forma de uso em forma de valor e reconversão da forma de valor em forma de uso, ou, em outras palavras, a unidade dos dois processos, o de venda e o de compra. O retardamento do curso do dinheiro, ao contrário, é o sintoma de que os dois processos se dissociam e se fazem reciprocamente independentes, e reflete a paralisação da metamorfose das mercadorias, do giro social das coisas. A própria circulação não indica a origem dessa estagnação; apenas põe o fenômeno em evidência. O público, que vê, com o retardamento do uso do dinheiro, aparecer e desaparecer o dinheiro com menos frequência em todos os pontos da periferia da circulação, tende a atribuir esse fenômeno à quantidade insuficiente dos meios de circulação. (MARX, 2004, p. 147-148)

A interrupção da circulação não explica a causa da crise, apenas evidencia a possibilidade de que as duas fases, venda e compra, não se sigam sucessivamente e de que, portanto, não se complete a metamorfose das mercadorias. Voltaremos mais adiante à razão pela qual “as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio de uma crise, de um processo violento”. (MARX, 1980, p. 937) Será preciso explicar o que muda na natureza das crises desde o fim das guerras napoleônicas. Marx argumenta, nas *Teorias da mais-valia*, que Ricardo nada sabia das crises do mercado mundial, tendo se limitado a estudar os efeitos do bloqueio

continental sobre a variação de preços na Inglaterra. Ao cessarem os desarranjos específicos causados pela guerra, as crises se tornariam fenômenos de periodicidade regular, o que significa que sua origem deveria ser procurada no funcionamento normal do capital.

Ainda que não indique a causa da crise, a interrupção da circulação de mercadorias na produção capitalista explicita de que modo Marx passa da crítica da Economia Política a um conceito de crise. Se os dois polos da circulação fossem simplesmente independentes, não seria possível uma restauração violenta de sua unidade. Se, por outro lado, fossem uma unidade, as fases tampouco se dissociariam à força, movimento que até aqui tratamos como um procedimento lógico de desdobramento em uma oposição externa da oposição interna que caracteriza a mercadoria. Mas há um aspecto histórico nas mediações lógicas com que Marx apresenta a forma do valor: a forma social capitalista exige uma separação entre produção e mercado e esse é um dos principais eixos da crítica do pensamento liberal aos monopólios associados ao mercantilismo³. Admitir que a produção tem de crescer com o mercado significa admitir a possibilidade da crise – uma vez que mercado e produção são dois fatores com autonomia relativa, ou seja, a expansão de um não corresponde necessariamente à expansão de outro. É verdade, porém, que Smith ainda não conhecia o fenômeno da superprodução. “O que conhecia eram meras crises de crédito e de dinheiro, que espontaneamente aparecem com o sistema de crédito e bancário”, diz Marx. “Na realidade vê na acumulação do capital acréscimo absoluto da riqueza geral e do bem-estar da nação.” (MARX, 1980, p. 959) O que o argumento de Smith a respeito da reciprocidade entre a expansão dos mercados e o aprofundamento da divisão do trabalho indica é apenas que na independência relativa dos dois polos está posta a possibilidade formal da crise.

³ Adam Smith refuta a noção mercantilista de riqueza ao argumentar que não fora em razão do fornecimento de ouro e prata que a descoberta da América enriqueceu a Europa. O continente americano significou, na verdade, a abertura de um “inesgotável mercado” para a produção europeia.

A forma da crise envolve, assim, um duplo movimento: “a restauração violenta da unidade entre elementos guinados à independência e a afirmação violenta da independência de elementos que na essência formam uma unidade” (MARX, 1980, p. 949) É possível verificar esse duplo movimento desde a constituição da forma do valor até a autonomização das partes do capital social segundo as necessidades de reprodução da totalidade do sistema. O modo como o capital se distribui entre capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo ou como se distribui entre os setores de produção de meios de produção e de produção de meios de consumo envolve, a um só tempo, a autonomia relativa que cada forma-capital adquire e a condição de momento da reprodução do capital total da sociedade que cada uma das formas-capital ocupa, de modo que a crise aparece, formalmente, como desproporcionalidade dessa distribuição. O entrelaçamento que existe entre as formas-capital é, simultaneamente, necessário e casual. A crise é a manifestação da impossibilidade da mera autonomia, explica Jorge Grespan em *O negativo do capital*; é a emergência da unidade que revela que essas formas-capital não são simplesmente diversas, mas estão postas na diferença pela unidade. Falta explicar, porém, de onde provém esse duplo movimento – isto é, a causa da crise.

Voltemos, por um instante, ao que diz Marx na nota 32 do capítulo “A mercadoria”. Como vimos, retornar ao valor de troca como forma de manifestação do valor (terceiro passo do roteiro proposto por Marx para passar do conceito de valor ao conceito de capital) aponta para um aspecto histórico do modo de produção capitalista. Considerando que a circulação se dê sem maiores interrupções, o que nela ocorre é que o valor passa de uma forma à outra em razão de uma finalidade que é externa ao próprio circuito – o consumo. O valor transita, mas há uma indiferença entre as formas do valor e o próprio valor – ou seja, o valor, na circulação simples, não subordina as formas em que ele aparece nem a passagem de uma forma à outra. Isso muda quando a própria fonte do valor assume uma forma-valor,

ou seja, quando a força de trabalho aparece como mercadoria no mercado⁴. No circuito completo proposto por Marx, em que a força de trabalho é uma das mercadorias que o dinheiro encontra no mercado, o valor subordina e determina todas as suas formas de existência. Dito de outra maneira, a valorização do valor passa a ser a finalidade que organiza o movimento das formas do valor. O valor deixa de ser uma substância cujo movimento não determina suas formas e se torna, nas palavras de Marx, uma substância em processo. O caráter histórico dessa formulação é que a produção capitalista se apresenta, assim, como uma forma de dominação mediada pelo mercado. E é nisso que se diferencia da dominação pessoal a que os servos estavam sujeitos no período feudal, por exemplo. É verdade que o servo, assim como o assalariado, trabalha para um outro, está subordinado a um poder que lhe é externo. Mas o servo não entrega sua produção ao seu senhor através do mercado ou sequer sua relação com a terra se dá através do mercado. Ele deve obediência direta a um senhor. No circuito do capital, cada passagem de uma forma do valor a outra está mediada por um preço determinado no mercado. Ou seja, o movimento de valorização do valor é mediado pela força reguladora do mercado – e não pela dominação pessoal.

Para identificarmos o conteúdo da crise em Marx, porém, é preciso ir além da subsunção formal do trabalho. Embora a constituição do capital se dê a partir do violento e persistente processo de separação do trabalhador dos meios de realizar trabalho (da terra, dos meios de produção, dos meios de subsistência e da condição de servo ou escravizado), o conteúdo da crise envolve a compreensão do modo pelo qual o capital faz da força social do

⁴ Em *O negativo do capital*, Jorge Grespan explica como a subsunção formal do trabalho – ou seja, que a fonte do valor apareça como uma forma-valor no mercado – permite que Marx passe do circuito da circulação para o circuito do capital, ou, dito de outra forma, de um conceito de valor a um conceito de capital. “A *substância* do valor não se determina como *sujeito*, como totalidade autorreferente pelo lado do trabalho, mas pelo do capital que subordina formalmente o trabalho vivo. Daí que o capital assuma o caráter fetichista de *sujeito* a que se elevou a ‘substância’ do valor do qual se apropria. Daí também que o capital deva excluir o trabalho enquanto possibilidade de compor um todo pelo lado substancial da criação de valor. Ele inclui em si o trabalho como momento – capital variável – e o exclui como totalidade potencial, como possibilidade da própria ‘substância’ do valor tornar-se *sujeito* por si mesma. De outro modo, o capital não seria o *sujeito*; não denominaria as condições da sua autovalorização; não estabeleceria o fetiche pelo qual a *substância* impotente adquire, pela força dele, capacidade de se elevar a uma dimensão imensa.” (GRESPLAN, 2012, p. 107)

trabalho um momento de si. São as transformações da relação entre capital e trabalho no interior do processo produtivo o fundamento da crise – da qual até agora só conhecemos a forma externa de manifestação.

Na passagem da manufatura capitalista para a grande indústria moderna, Marx identifica o tipo de transformação do processo produtivo que está na origem da crise. Com a divisão do trabalho que fixa cada trabalhador parcial a uma tarefa simples da totalidade do processo de trabalho, o fundamento técnico da força social que se forma na manufatura é a virtuosidade do trabalhador. Por mais que já não se trate de um trabalhador como o artesão, que detém o controle da totalidade do processo de trabalho, persiste um princípio subjetivo de organização do trabalho. A fluidez das operações do trabalhador coletivo esbarra nos limites físicos e biológicos do trabalhador parcial. Mas a divisão do trabalho no interior da manufatura não se cristaliza apenas em trabalhadores que estão presos a uma fração ínfima da totalidade do processo de trabalho; ela se fixa também na perfeição das ferramentas com que esses trabalhadores operam. O trabalhador coletivo funciona de forma tão mais contínua quanto maiores forem a estreiteza e a deformação do trabalhador parcial e quanto mais especializadas forem suas ferramentas. É aí que entra em cena aquilo que Marx acreditava ser a obra mais perfeita da manufatura: as oficinas para a produção de ferramentas que se replicavam nas adjacências das manufaturas. São essas ferramentas especializadas do trabalhador parcial que reaparecem nos braços mecânicos das máquinas da grande indústria moderna.

Ainda que se possa identificar uma homologia entre o organismo maquínico a que o trabalhador parcial munido de sua ferramenta é reduzido e a máquina-ferramenta que o substitui na grande indústria moderna, há nessa passagem entre as duas formas de organização do trabalho uma diferença fundamental. Na produção mecanizada da grande indústria moderna já não é mais o homem o limite último do processo de trabalho. Em lugar do princípio subjetivo da divisão do trabalho, o processo é organizado a partir de um fundamento objetivo, a conexão entre as tarefas parciais pode

ser aperfeiçoada através da aplicação tecnológica da ciência. Dito de outra forma, a criação de riqueza passa a depender menos do tempo de trabalho empregado e mais do grau de desenvolvimento da ciência e da tecnologia postas em movimento durante o tempo de produção. Para Marx, este é o último estágio de desenvolvimento da forma do valor, pois o tempo de trabalho se torna efetivamente uma medida inadequada para a riqueza produzida. Nessa interpretação da passagem da manufatura para a grande indústria moderna, tomamos os conceitos de alienação e estranhamento como fenômenos próprios do processo de trabalho, ou seja, admitimos que a objetivação do trabalho e a perda e servidão ao objeto de trabalho significam, na manufatura, a separação do trabalhador do produto e do processo de trabalho e, na grande indústria moderna, a separação do homem da condição de trabalhador. (AUED, 2004, 2005a, 2005b)

A crítica de Marx à Economia Política revela, portanto, em primeiro lugar, que na autonomia relativa dos polos da forma do valor (e em todas as formas relativamente autônomas que se desenvolvem a partir dela) está posta a possibilidade formal da crise. Em segundo lugar, tomar o valor de troca como forma de manifestação do valor (como nos recomenda Marx na nota 32) significa que o capital subordina todas as formas do valor à sua valorização. E, mais especificamente, ao fazer da força subjetiva do trabalho um momento de si, o capital faz do tempo de trabalho a única medida da riqueza; o capital se torna capaz de se automensurar como sujeito. Em terceiro lugar, ao elevar a produtividade do trabalho, o capital faz com que o trabalhador, que é a única fonte de mais-valia, deixe de ocupar a centralidade do processo produtivo. O resultado é que o capital mede a si mesmo através do tempo de trabalho e essa medida se torna cada vez mais inadequada para medi-lo.

É essa contradição do capital que aparece na conhecida lei da queda tendencial da taxa de lucro. Como explica Grespan, trata-se, antes de mais nada, de uma lei em razão “da própria contradição em que são postos seus termos” (GRESPLAN, 2012, p. 190), ou seja, as causas da tendência de queda

da taxa de lucro são “aspectos contraditórios de um fundamento comum”. (*id.*, *ibid.*) A autonegação do capital aparece, no entanto, apenas como tendência. Marx entende como tendência aquilo cuja execução absoluta é detida ou atenuada por condições determinadas pela mesma relação fundamental que determina a lei. É uma lei sempre retardada, atenuada ou anulada. Dentre os fatores contrários à queda na taxa de lucro enumerados por Marx estão o aumento do grau de exploração do trabalho através do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho, a baixa de preço dos elementos do capital constante e a formação de uma população de trabalhadores supérfluos. Nesse sentido, pode-se dizer que a necessidade da lei da queda tendencial da taxa de lucro “não implica sua ‘execução absoluta’, ou seja, que seus efeitos sempre estejam manifestos, que a taxa de lucro esteja sempre baixando na realidade”. (GRESPLAN, 2012, p. 192) A queda da taxa de lucro deve ser classificada como uma necessidade relativa, explica Grespan, pois

admite sempre a possibilidade de seu oposto e [...] depende de condições externas para se realizar, subordinando a si as condições favoráveis ou desfavoráveis como *contingências*. Daí seu caráter de tendência – necessária mas não absoluta, predominando e se afirmando sobre as contingências sem, contudo, anulá-las. (*id.*, p. 197)

A crise se apresenta como uma interrupção violenta – conforme a definição formal de crise que apresentamos nesta seção – quando a queda da taxa de lucro indica que a produção é efetivamente excessiva em relação ao processo de valorização. Nos termos de Marx, há superprodução quando o capital aumentado $C + xC$ não produz mais lucro do que o capital C antes de seu aumento xC . Ou seja, na crise, produção e valorização aparecem em oposição e não mais como termos afins; um capital adicional adiantado não corresponde a um processo de valorização. A destruição violenta de parte do capital existente ou a inoperância forçada desse capital se torna a condição para que a acumulação retorne a um ponto em que um capital adicional possa ser empregado com lucro. Tal destruição pode se dar tanto em termos

materiais, de modo que parte dos meios de produção, sejam eles capital fixo ou circulante, deixe de operar como capital, ou em termos de valores, o que significa uma depreciação do valor-capital que assume a forma de direitos de participação na mais-valia.

O que nos interessa ressaltar, no entanto, é que a interrupção da circulação das mercadorias ou a desproporção entre os setores de produção de meios de produção e de produção de meios de consumo aparecem sempre como uma possibilidade porque, para Marx, há compatibilidade entre o crescimento absoluto da massa de mais-valia e a queda na taxa de lucro, desde que o capital total cresça num ritmo superior à queda na taxa de lucro. Esse crescimento acelerado do capital total, ou a diminuição acelerada de seu tempo de rotação, é a condição para que a redução relativa de capital variável e o aumento absoluto da mais-valia possam existir simultaneamente. Significa dizer que a reprodução do capital, a um só tempo, faz do tempo de trabalho uma medida medíocre para medir a produção baseada em forças produtivas sociais e consolida o roubo de tempo de trabalho alheio como fonte da riqueza.

Podemos expressar matematicamente o efeito da redução relativa do capital variável na queda da taxa de lucro através da fórmula proposta por Marx: $l' = \frac{m'}{(\frac{c}{v})+1}$, em que l' é taxa de lucro, m' é taxa de mais-valia, c é capital constante, v é capital variável e $\frac{c}{v}$ indica a composição orgânica do capital. A redução relativa do capital variável analisada por Marx pode ser lida, em termos matemáticos, como uma tendência de que v se reduza a zero no limite. Assim como a redução relativa do capital variável aponta para o problema da transição entre modos de produção, a tradução matemática da contradição do capital, a saber, $\lim_{v \rightarrow 0} \left(\frac{m'}{(\frac{c}{v})+1} \right)$, é igualmente uma pergunta sobre a transição entre um caso-limite e os termos que ele limita.

3. Da incomensurabilidade aos infinitesimais

3.1 De Pitágoras a Arquimedes

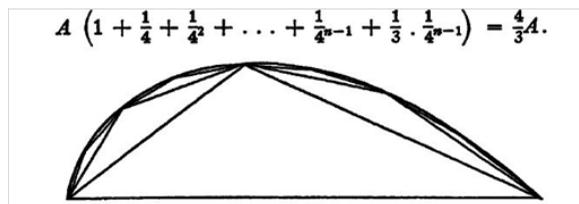
Carl Boyer argumenta, em *The history of the calculus and its conceptual development*, que a origem do cálculo diferencial pode ser traçada a partir do problema da incomensurabilidade na matemática pitagórica. Partindo da ideia de unidade entre natureza e geometria, Pitágoras e seus seguidores desenvolvem um método de comparação das áreas das figuras. O procedimento consiste em definir a área a partir da superposição de uma superfície em outra, de modo que “se diz que uma unidade de área está contida em uma segunda área um dado número de vezes”. A matemática pitagórica não se ocupava propriamente, portanto, em estabelecer a área de uma figura, mas a razão entre duas superfícies. As dificuldades associadas a essa operação de congruência surgiriam com a aplicação do método à comparação entre segmentos de reta. A “descoberta desconcertante” dos pitagóricos é a de que entre o lado de um quadrado e sua diagonal não há nenhuma medida comum em que um possa se expressar em termos do outro. Os dois segmentos de reta são incomensuráveis entre si.

A saída ao problema dos incomensuráveis no cálculo das áreas aparece no método de exaustão de Eudoxo. Boyer argumenta que o método de exaustão corresponde ao esforço intuitivo de preencher o espaço entre um polígono e um círculo, entre a reta e a curva, de modo que a imagem que evoca não é da coincidência entre as figuras, mas de sua permanente aproximação. O polígono inscrito pode se aproximar do círculo o quanto se queira, mas ele nunca se transforma no círculo. Arquimedes acrescenta duas modificações ao método de exaustão de Eudoxo: 1) passa a considerar o resto da operação no cálculo da área e 2) utiliza uma figura circunscrita, além da figura inscrita que caracteriza o procedimento, para desenvolver sua demonstração por *reductio ad absurdum*. Boyer analisa a primeira modificação através da

⁵ “[...] a unit of area is said to be contained in a second area a given number of times”. (BOYER, 2016, p. 18)

aplicação do método de exaustão a um segmento parabólico que recebe um triângulo inscrito cuja base é idêntica à do segmento. O procedimento segue com a inscrição de novos triângulos no interior dos dois segmentos menores, tomando os lados do triângulo como bases. O resultado é uma série de polígonos com um número cada vez maior de lados, como representado na Figura 1.

Figura 1 – O resto no método de exaustão de Arquimedes



Fonte: BOYER, 2016, p. 52

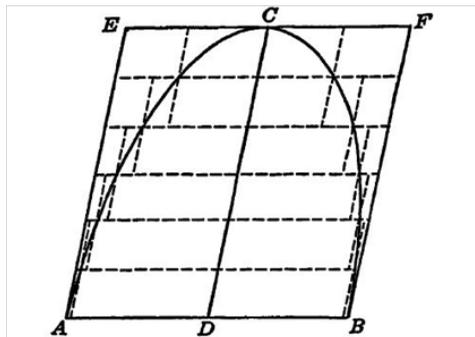
À área do n ésimo polígono, dada pela série $(1 + \frac{1}{4} + \frac{1}{4^2} + \dots + \frac{1}{4^{n-1}})A$, Arquimedes acrescenta o resto da operação, dado por $\frac{1}{3} \left(\frac{1}{4^{n-1}} \right) A$, obtendo a área do segmento parabólico, $A \left(1 + \frac{1}{4} + \frac{1}{4^2} + \dots + \frac{1}{4^{n-1}} + \frac{1}{3} \times \frac{1}{4^{n-1}} \right) = \frac{4}{3}A$. Boyer compara o resultado a que chega Arquimedes com a moderna concepção de limite estabelecida por Karl Weierstrass em meados do século XIX, em que uma definição de número livre das intuições espaciais tornaria supérflua a questão sobre se uma variável atinge o limite. Com a teoria dos números de Weierstrass, o conceito de limite deixaria de envolver uma noção de aproximação para se apresentar como um problema essencialmente estático:

À medida que o número de termos se torna maior, a série “exaure” $\frac{4}{3}A$ apenas no sentido grego de que o resto, $\frac{1}{3} \left(\frac{1}{4^{n-1}} \right) A$, pode ser feito tão pequeno quanto se queira. Esse é exatamente o método de prova para a existência de um limite, mas Arquimedes não interpretava assim o argumento. Ele não expressava a ideia de que não há resto no limite ou de que a série infinita é rigorosamente igual a $\frac{4}{3}A$. Em vez disso, ele provou, pela dupla demonstração por *reductio ad absurdum* do método de exaustão, que a área do segmento parabólico não poderia ser nem maior nem menor

que $\frac{4}{3}A$. Para poder definir $\frac{4}{3}A$ como a soma da série infinita, teria sido necessário desenvolver o conceito geral de número real. *Os matemáticos gregos não possuíam tal conceito, de modo que para eles sempre havia uma lacuna entre o real (finito) e o ideal (infinito)* [grifo nosso]⁶. (BOYER, 2016, 52)

A segunda modificação introduzida por Arquimedes no método de Eudoxo é a figura circunscrita, que Boyer exemplifica a partir do segmento parabolóide ABC circunscrito pelo cilindro ABEF. Ambas as figuras compartilham o mesmo eixo CD, como indicado na Figura 2, que é dividido em n partes de altura h pelas quais passam planos paralelos à base. Nas seções do segmento parabolóide assim formadas, Arquimedes constrói troncos de cilindros inscritos e circunscritos. Com essa operação, obtém as seguintes relações de proporção: $\frac{\text{Cilindro ABEF}}{\text{Figura inscrita}} = \frac{n^2 h}{h+2h+\dots+(n-1)h}$ e $\frac{\text{Cilindro ABEF}}{\text{Figura circunscrita}} = \frac{n^2 h}{h+2h+\dots+nh}$:

Figura 2 – A figura circunscrita no método de exaustão de Arquimedes



Fonte: BOYER, 2016, p. 54

⁶ “As the number of terms becomes greater, the series thus “exhausts” $\frac{4}{3}A$ only in the Greek sense that the remainder, $\frac{1}{3}\left(\frac{1}{4^{n-1}}\right)A$, can be made as small as desired. This is, of course, exactly the method of proof for the existence of a limit, but Archimedes did not so interpret the argument. He did not express the idea that there is no remainder in the limit, or that the infinite series is rigorously equal to $\frac{4}{3}A$. Instead, he proved, by the double reductio ad absurdum of the method of exhaustion, that the area of the parabolic segment could be neither greater nor less than $\frac{4}{3}A$. In order to be able to define $\frac{4}{3}A$ as the sum of the infinite series, it would have been necessary to develop the general concept of real number. *Greek mathematicians did not possess this, so that for them there was always a gap between the real (finite) and the ideal (infinite)* [grifo nosso].”

Arquimedes havia identificado em seus trabalhos sobre as espirais que: $h + 2h + \dots + (n - 1)h < \frac{1}{2}n^2h$ e $h + 2h + \dots + nh > \frac{1}{2}n^2h$. Se a matemática moderna de Weierstrass definiria o limite da série infinita das figuras inscrita e circunscrita como sendo igual a 2 (isto é, o limite sendo idêntico à própria sequência), Arquimedes, por sua vez, reescreve as proporções em termos de desigualdades: $\frac{\text{Cilindro ABEF}}{\text{Figura inscrita}} > \frac{2}{1}$ e $\frac{\text{Cilindro ABEF}}{\text{Figura circunscrita}} < \frac{2}{1}$. Pelo método de exaustão e pela demonstração por *reductio ad absurdum*, Arquimedes conclui que o segmento parabolóide não pode ser nem maior nem menor que metade do cilindro ABEF.

A partir de Arquimedes, a história do cálculo diferencial se confunde com uma história dos aperfeiçoamentos do método de exaustão. Os infinitesimais de Leibniz estão incluídos entre os esforços para simplificar o método de Arquimedes.

3.2 Os infinitesimais de Leibniz

Em 1672, em seu primeiro encontro com Christiaan Huygens em Paris, Leibniz conta àquele que viria a ser seu mentor nos estudos em matemática que havia descoberto um método para a soma de séries infinitas. Huygens, que já havia ouvido elogios a Leibniz do secretário da Royal Society, Henry Oldenburg, resolve, então, testá-lo, lhe propondo um problema: estabelecer a demonstração de que a soma do inverso dos números triangulares (que correspondem à terceira linha do triângulo aritmético de Pascal) é igual a 2. Leibniz encontra não apenas a solução para essa questão específica como calcula todas as somas associadas ao inverso recíproco do triângulo de Pascal, que mais tarde receberia o nome de triângulo harmônico. Segundo a regra geral estabelecida por Leibniz, a soma de todos os números em uma coluna do triângulo harmônico é igual à razão entre os expoentes das duas colunas precedentes, tal como apresentado na Figura 3 a seguir. À terceira coluna corresponde o expoente 3, o que significa que sua soma é igual a $\frac{2}{1}$.

Figura 3 – Soma dos números figurados recíprocos

Series Fractionum Progressionis Arithmeticae Replicatae							
	semel	bis	ter	quater	quinquies	sexies	septies
Exponentes	1	2	3	4	5	6	7
	Unitatum	Naturalium	Triangularium	Pyramidalium	Triangulo- Triangularium	Triangulo- pyramidalium	Pyramido- pyramidalium
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{1}$
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{3}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{5}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{7}$
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{3}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{10}$	$\frac{1}{15}$	$\frac{1}{21}$	$\frac{1}{28}$
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{4}$	$\frac{1}{10}$	$\frac{1}{20}$	$\frac{1}{35}$	$\frac{1}{56}$	$\frac{1}{84}$
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{5}$	$\frac{1}{15}$	$\frac{1}{35}$	$\frac{1}{70}$	$\frac{1}{126}$	$\frac{1}{210}$
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{6}$	$\frac{1}{21}$	$\frac{1}{56}$	$\frac{1}{126}$	$\frac{1}{252}$	$\frac{1}{462}$
	$\frac{1}{1}$	$\frac{1}{7}$	$\frac{1}{28}$	$\frac{1}{84}$	$\frac{1}{210}$	$\frac{1}{462}$	$\frac{1}{924}$
Summae	$\frac{0}{0}$	$\frac{1}{0}$	$\frac{2}{1}$	$\frac{3}{2}$	$\frac{4}{3}$	$\frac{5}{4}$	$\frac{6}{5}$ etc.

Fonte: LEIBNIZ apud RABOUIN, 2015b, p. 59

O problema da soma de séries infinitas, que é a questão central do desafio proposto por Huygens, reaparece na solução apresentada por Leibniz para o cálculo da quadratura do círculo. Em 1673, Huygens apresenta a Leibniz o livro em que o matemático escocês James Gregory procurava provar que a área do círculo não podia ser determinada a partir de um cálculo analítico ou algébrico, isto é, que envolvesse operações finitas. Diante da disputa entre Gregory e Huygens, que, por sua vez, julgava ser possível encontrar uma expressão exata em número racionais para a quadratura do círculo, a solução de Leibniz consiste em mostrar como uma série infinita poderia atingir o resultado exato procurado por Huygens. No *De quadratura arithmetica circuli ellipseos et hyperbolae*, trabalho escrito entre 1675 e 1676, mas que jamais chegou a ser publicado durante sua vida, Leibniz escreve, na proposição que encerra o tratado, que não há expressão “melhor ou mais geométrica” (isto é, exata) da quadratura do círculo

do que a série infinita que converge no valor de $\frac{\pi}{4}$ (dada pela sequência $\frac{1}{1} - \frac{1}{3} + \frac{1}{5} - \frac{1}{7} + \frac{1}{9} - \frac{1}{11} + \frac{1}{13} - \frac{1}{15} + \frac{1}{17} - \frac{1}{19}$ etc). Leibniz retoma o problema em sua primeira publicação na revista *Acta Eruditorum*, em fevereiro de 1682, no artigo *De vera proportione circuli ad quadratum circumscriptum in numeris rationalibus expressa*.

No início do artigo, Leibniz se dedica a reconstituir o histórico do problema. “Desde sempre os geômetras tentaram estabelecer as proporções entre curvas e retas, mas mesmo agora, com o auxílio da Álgebra, ainda não dominamos bem essa questão, pelo menos através da aplicação dos métodos em uso hoje.”⁷ (LEIBNIZ, 1995, p. 71) Ao traçar polígonos inscritos e circunscritos, Arquimedes indicara os limites entre os quais o círculo deve estar, ou seja, estabelecera meios para fazer aproximações. Mas, ainda que sejam úteis na geometria prática, diz Leibniz, as aproximações não são satisfatórias “se não se pode saber como prolongar tais números ao infinito”⁸. (*id.*, p. 74) Já o cálculo da quadratura proposto por Leibniz consiste em expressar o valor exato da área do círculo através de uma série infinita, de modo que a série inteira envolva, através de sua lei, todas as aproximações ao infinito.

O aperfeiçoamento proposto por Leibniz para o método de exaustão consiste em qualificar de maneira distinta o resto da operação de Arquimedes. As áreas são iguais não porque sua diferença é absolutamente nula, mas por ser incomparavelmente pequena. A diferença não é uma quantidade comparável àquelas das quais é a diferença. Para mostrar que a diferença entre as áreas é redutível a uma quantidade não assinalável sem recorrer à prova por dupla redução ao absurdo (em que é necessário demonstrar, a um só tempo, que uma quantidade não é nem maior nem menor que outra quantidade dada), Leibniz se vale dos infinitesimais. As “quantidades

⁷ “Depuis toujours, les Géomètres se sont employés à établir des proportions entre lignes courbes et lignes droites, pourtant même à présent que nous disposons de l'aide de l'Algèbre, nous ne maîtrisons pas encore bien cette question, du moins en appliquant les méthodes en usage aujourd'hui.”

⁸ “[...] si on ne trouve pas comment prolonger de tels nombres à l'infini.”

fictícias”, como os denomina no escólio da proposição VII do *De quadratura arithmetica*⁹ (LEIBNIZ, 2004, p. 69-71), não são introduzidas como objetos fixos, mas como “uma propriedade relacional associada à arbitrariedade do ‘tamanho’ da ‘diferença’”¹⁰, explica Rabouin em *Leibniz’s rigorous foundations of the method of indivisibles*. (RABOUIN, 2015a, p. 361) “Os infinitesimais são apenas uma forma de abreviar sentenças em que há uma diferença que pode ser tornada menor que qualquer quantidade dada”¹¹ (*id.*, *ibid.*) e não um novo tipo de quantidade¹². (*id.*, p. 361-362)

Os infinitesimais também seriam interpretados como entidades fictícias no cálculo das tangentes, concebido por Leibniz como o exato inverso do

⁹ “A singularidade da Demonstração é resolver a questão não pelo intermédio de figuras inscritas e circunscritas, mas apenas através de figuras inscritas. Confesso jamais ter ouvido falar, até aqui, de um método capaz de demonstrar perfeitamente o que seria uma quadratura sem dedução *ad absurdum*; suspeito que não se possa obtê-la de uma maneira natural e sem envolver *quantidades fictícias* [grifo nosso], isto é, infinitas ou infinitamente pequenas; no entanto, entre todas as deduções *ad absurdum*, creio que a maneira mais simples, natural e próxima da demonstração direta consiste em mostrar diretamente (caso contrário, somos conduzidos, como de costume, a um raciocínio duplo que prova que uma quantidade não é nem maior nem menor que a outra) que não há nenhuma diferença entre duas quantidades e que, portanto, essas quantidades são iguais, e, sobretudo, em usar apenas um termo intermediário, seja uma figura inscrita ou circunscrita, mas não as duas ao mesmo tempo. Esta é a maneira de fornecer uma compreensão mais clara do problema” (“La singularité de la Démonstration est de résoudre la question non par le truchement de figures inscrites et circonscrites mais des seules figures inscrites. Or j’avoue n’avoir jusqu’ici jamais entendu parler d’une méthode capable de démontrer parfaitement ne serait-ce qu’une seule quadrature sans déduction *ad absurdum*; j’ai même des raisons de craindre qu’on ne puisse pas le faire d’une manière naturelle et sans faire intervenir des *quantités fictives* [grifo nosso], je veux dire infinies ou infiniment petites ; cependant, parmi toutes les déductions *ad absurdum*, je crois que la manière de procéder la plus simple, la plus naturelle et la plus proche de la démonstration directe consiste à montrer directement (faute de quoi on est conduit d’ordinaire à un double raisonnement en prouvant que l’une n’est, d’une part pas plus grande, d’autre part pas plus petite que l’autre) qu’il n’y a aucune différence entre deux quantités et que par conséquent ces quantités sont égales, et surtout à n’employer qu’un seul terme intermédiaire, qu’il s’agisse d’une figure inscrite ou circonscrite, mais non les deux en même temps. C’est le moyen de donner une compréhension plus claire du problème”).

¹⁰ “[...] a *relational property* linked to the *arbitrariness* of the ‘size’ of the ‘difference’”.

¹¹ “Infinitesimals are just a way of abbreviating sentences in which occurs a difference which can be made smaller than any given quantity”.

¹² Rabouin enfatiza que os infinitesimais não são quantidades novas, não-arquimedianas. “Se para duas magnitudes finitas x e y existe h , tal que para qualquer magnitude ϵ , $(y + h) - x < \epsilon$, então h poderia ser visto como um ‘infinitesimal’ (e mais precisamente como uma ‘diferença infinitesimal’ entre y and x). Como h depende de x , y e ϵ , não é uma entidade fixa – e, *a fortiori*, não é um novo tipo de quantidade” (“If, for two given finite magnitudes x and y , there exists h , such that for any given magnitude ϵ , $(y + h) - x < \epsilon$, then h could be seen as an ‘infinitesimal’ (and more precisely an ‘infinitesimal difference’ between y and x). Since h depends on x , y and ϵ , it is not a fixed entity – and *a fortiori* not a new type of quantity”).

cálculo das áreas. Em um manuscrito de 1701, chamado *Cum prodiisset*, Leibniz revisa as regras do cálculo diferencial, tal como apresentadas no artigo *Nova Methodus pro Maximis et Minimis*, publicado na *Acta Eruditorum* em 1684, e estabelece uma justificação para o uso dos infinitesimais baseada na lei do contínuo. Por descreverem problemas que envolvem uma transformação contínua entre um caso-limite e os termos que ele limita, os infinitesimais assumem um duplo caráter no cálculo diferencial, como explica Bos em *Differentials, high-order differentials and derivative in the Leibnizian calculus*: podem ser desconsiderados no limite, mas a relação que descrevem permanece válida. Vejamos como Bos apresenta essa propriedade ambígua dos elementos operacionais do cálculo leibniziano – esvaziam-se como elementos, mas se mantêm como relação.

Dado que dx e dy indicam diferenças finitas correspondentes [conforme a Figura 4] e que \underline{dx} é um segmento de reta finito e fixo. Para x e y fixos, \underline{dy} é definido pela proporcionalidade

$$\underline{dy}:\underline{dx} = dy:dx. (1)$$

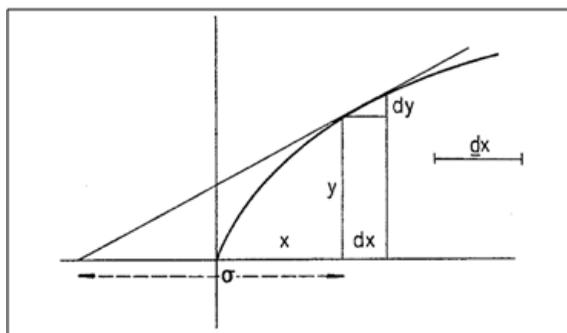
\underline{dy} é finito, dependente de dx e definido por (1) para $dx \neq 0$. Leibniz defendia que \underline{dy} também pode receber uma interpretação no caso $dx = 0$, dada por

$$\underline{dy}:\underline{dx} = y:\sigma,$$

em que σ é a subtangente; ou seja, ele tomava a tangente como a posição limite da secante. É importante ressaltar que ele não invoca aqui a lei do contínuo; como se verá, ele a emprega mais tarde, *pressupondo* que a posição limite da secante é a tangente. Se $dx \neq 0$, a razão $\underline{dy}:\underline{dx}$ pode ser substituída por $dy:dx$ na fórmula que expressa a relação entre as diferenças finitas dx e dy . Uma vez feita essa suposição, o argumento implícito nas fórmulas pode ser estendido, como, de fato, a lei do contínuo sugere, ao caso limite $dx=0$, pois nesse caso $\underline{dy}:\underline{dx}$ ainda possui uma interpretação e um significado como uma razão entre quantidades finitas. Mas então podemos substituir $dy:dx$ por $\underline{dy}:\underline{dx}$ tanto no caso em que $dx \neq 0$ como no caso em que $dx = 0$, interpretando, no último caso, dx e dy como “ficções”. Para provar as regras do cálculo, é preciso mostrar que essas regras de manipulação dos fictícios

dy e dx no caso $dx = 0$ podem, de fato, ser interpretadas como correspondentes às manipulações corretas com os finitos \underline{dx} e \underline{dy} ¹³. (BOS, 1974, p. 57-58)

Figura 4 – Prova das regras do cálculo diferencial baseada na lei do contínuo



Fonte: BOYER, 2016, p. 54

Para mostrar que a tangente se comporta como limite da secante, é preciso provar que a relação entre diferenças se mantém quando as próprias diferenças são reduzidas a zero. A separação entre as grandezas infinitesimais e a operação de que elas participam é uma propriedade fundamental da solução que Leibniz encontra para os problemas que envolvem o infinito, de modo que o matemático francês Jean D’Alembert é levado a comparar o cálculo leibniziano ao automatismo de uma atividade manual a respeito

¹³ “Let dx and dy denote *finite* corresponding differences [conforme a Figura 4], and \underline{dx} be a fixed finite line segment. For fixed x and y , define \underline{dy} by the proportionality

$$\underline{dy} : \underline{dx} = dy : dx. (1)$$

\underline{dy} is finite, dependent on \underline{dx} and defined by (1) for $dx \neq 0$. Leibniz argued that \underline{dy} can also be given an interpretation in the case $dx = 0$, namely as defined by

$$\underline{dy} : \underline{dx} = y : \sigma,$$

in which σ is the subtangent; that is, he took the tangent as the limiting position of the secant. It is important to stress that for this he did not invoke the law of continuity; as will be seen, he used the law later, *presupposing* that the limiting position of the secant is the tangent. Now if $dx \neq 0$, the ratio $\underline{dy} : \underline{dx}$ can be substituted for $dy : dx$ in the formula expressing the relation between the finite differences dx and dy . Once this supposition is made, the argument implicit in the formulas can be extended, as indeed the law of continuity asserts, to the limiting case $dx = 0$, because in that case $\underline{dy} : \underline{dx}$ is still interpretable and meaningful as a ratio of finite quantities. But then one may resubstitute $\underline{dy} : \underline{dx}$ for $dy : dx$ both in the cases $dx \neq 0$ and $dx = 0$, interpreting, in the latter case, the \underline{dx} and \underline{dy} as ‘fictions’. To prove the rules of the calculus, it has now to be shown that these rules of manipulating the fictitious \underline{dy} and \underline{dx} in the case $dx = 0$, are indeed interpretable as corresponding to correct manipulations with the finite \underline{dx} and \underline{dy} ’.

da qual o trabalhador nada sabe sobre “o espírito que coloca seus dedos em movimento”¹⁴. (D’ALEMBERT *apud* LEIBNIZ, 1995, p. 320) A autonomia das operações que envolvem infinitesimais é semelhante, para Leibniz, à autonomia de uma relação de proporção quando comparada aos objetos a partir dos quais se forma. Isso significa que “é possível obter um conhecimento exato das relações”, diz Parmentier, “ainda que os objetos permaneçam desconhecidos ou mesmo indeterminados: é possível saber que há duas vezes mais olhos que narizes em uma cidade sem conhecer o número de habitantes”¹⁵. (PARMENTIER, 1995, p. 37) A realidade da relação é distinta da dos objetos que ela envolve e estes, por sua vez, só precisam ser homogêneos entre si para constituir a relação¹⁶. (LEIBNIZ, 1989, p. 667)

4. Crítica e transição

Se assumimos que o conteúdo da crise do capital pode ser traduzido, em termos matemáticos, na expressão $\lim_{v \rightarrow 0} \left(\frac{m'}{\left(\frac{c}{v}\right)+1} \right)$ e que só pode haver

¹⁴ “Do mesmo modo, nas artes mecânicas, o espírito e o gênio dos inventores se encontram, se se pode falar dessa forma, reduzidos e concentrados em um pequeno número de operações manuais tanto mais admiráveis quanto sua simplicidade as coloca ao alcance de serem executadas pelas mãos mais grosseiras de homens que sequer suspeitam algo sobre o espírito que põe seus dedos em movimento, mais ou menos como um corpo que é guiado por uma alma que ele não conhece” (“De même dans les arts mécaniques, l’esprit et le génie des inventeurs se trouve, si on peut parler de la sorte, réduit et concentré dans un petit nombre d’opérations manuelles, d’autant plus admirables que leur simplicité les met à la portée d’être exécutées par les mains les plus grossières par des hommes bien éloignés de se douter de l’esprit qui met leurs doigts en mouvement, à peu près comme le corps est guidé par une ame qu’il ne connaît point”).

¹⁵ “[...] on peut parvenir à une connaissance exacte des rapports, alors même que les objets demeureraient inconnus, voire indéterminés : on peut savoir qu’il y a deux fois plus d’yeux que de nez dans une ville sans connaître le nombre d’habitants”.

¹⁶ Leibniz explica seu conceito de homogeneidade no texto *The metaphysical foundations of mathematics*: “Duas entidades são *homogêneas* quando duas outras entidades podem ser designadas de modo que sejam iguais às primeiras e semelhantes entre si. Dados A e B; se L é tomado como igual a A, e M como igual a B, e L e M são semelhantes, dizemos que A e B são homogêneas. Assim, costume dizer que entidades homogêneas são aquelas que podem ser tornadas semelhantes umas às outras por meio de transformações, como curvas e retas. Isto é, se A é transformado em seu igual L, A pode ser tornado semelhante a B, ou a seu igual M no qual B se transforma” (“Two entities are homogeneous to which two other entities can be assigned which are equal to them and similar to each other. Given A and B; if L is taken equal to A, and M equal to B, and L and M are similar, we call A and B homogeneous. Hence I usually say also that homogeneous entities are those which can be made similar to each other by means of transformations, like curves and straight lines. That is, if A is transformed into its equal L, it can be made similar to B, or to its equal M into which B is assumed to have been transformed”).

aumento absoluto da massa de mais-valia diante da redução relativa do capital variável se o capital total adiantado cresce num ritmo superior ao da queda da taxa de lucro, poderíamos dizer que, assim como na passagem da reta secante para a reta tangente descrita por Bos, um dos termos da relação, o capital variável, pode tender a zero, mas a própria relação capitalista se mantém. Dito de outra forma, o tempo de trabalho se torna prescindível como medida da produção social, mas o roubo de tempo de trabalho alheio segue como fundamento da riqueza, desde que estejam em marcha fatores que impeçam a queda na taxa de lucro. Como vimos, os infinitesimais são, para Leibniz, os operadores da transição entre um caso-limite e os termos que ele limita. A redução relativa do capital variável também parece ocupar uma posição de operador da transição nos escritos de Marx, visto que o leva a conceber o tempo livre não apenas como a liberação do trabalho que a propriedade privada permite, mas como forma de mensuração e de regulação da produção social não mais baseada na propriedade privada:

A criação de muito tempo disponível para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela (i.e., espaço para o desenvolvimento das forças produtivas plenas do indivíduo singular, logo também da sociedade), essa criação de não tempo de trabalho aparece, da perspectiva do capital, assim como de todos os estágios anteriores, como não tempo de trabalho, tempo livre para alguns indivíduos. O capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente. Quando tem muito êxito, o capital sofre de superprodução e, então, o trabalho necessário é interrompido porque não há trabalho excedente para ser valorizado pelo capital. Quanto

mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso *o tempo disponível* deixa de ter uma existência *contraditória* –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o *tempo disponível* de todos. Pois a verdadeira riqueza é a força produtiva desenvolvida de todos os indivíduos. Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível. (MARX, 2011, p. 590-591)

Há uma analogia entre a queda tendencial da taxa de lucro e os fundamentos do cálculo diferencial, embora aquela se refira às características históricas de um modo de produção e este se restrinja a uma estrutura formal (haveria uma homologia entre os dois se se pudesse demonstrar que a estrutura do cálculo incorpora aspectos da produção material). Em ambos os casos a tendência de redução a zero de um dos componentes da relação – capital variável, no caso da relação capitalista, e das diferenças que podem ser tornadas menores do que qualquer quantidade dada, no caso do cálculo diferencial – aponta a existência incontornável de um caso-limite. É certamente o caso-limite do capital que nos interessa aqui. Por um lado, a crise existe como possibilidade formal porque a redução relativa do capital variável enquanto operador da transição é neutralizada por fatores contrários à queda na taxa de lucro. Parecemos imersos na série infinita e cada vez mais distantes do caso-limite. De outro, é inegável que a redução relativa do capital variável indica o fundamento de um modo de produção distinto, assim como, de maneira análoga, os infinitesimais ajudam a operacionalizar a passagem da secante à tangente. Do tempo de trabalho ao tempo livre, da divisão do trabalho como única forma de obter os meios de vida à reapropriação não-alienada da

produção social¹⁷, da desproporção entre os setores à planificação¹⁸: a redução relativa do capital variável indica que a produção capitalista está para a produção social como um subconjunto, ou que a produção social extrapola a relação capitalista de produção. Se admitimos que a natureza do capital se explicita inteiramente no limite, isto é, através de sua reprodução contraditória com elevação da composição orgânica, sua apreensão é inseparável de uma noção de transição. É nesse sentido que, dada a inversão entre as teorias marxista e keynesiana a respeito do conceito de crise, a crítica, longe de se restringir ao campo da moral, é o próprio ato de construção de um novo modo de produção.

¹⁷ “Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida – ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico. Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjeturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado.” (MARX, 2007, p. 37-38)

¹⁸ “Imaginemos que a sociedade, em vez de capitalista, fosse comunista: antes de mais nada, desaparece o capital-dinheiro e, por conseguinte, os véus com que ele disfarça as operações. E tudo fica reduzido ao seguinte: a sociedade tem de calcular previamente a quantidade de trabalho, meios de produção e meios de subsistência que, sem prejuízo, pode aplicar em empreendimentos que, como construção de ferrovias etc., por longo tempo, um ano ou mais, não fornecem meios de produção, meios de subsistência nem qualquer efeito útil, mas retiram da produção global do ano trabalho, meios de produção e de subsistência. Mas, na sociedade capitalista, onde o senso social só se impõe depois do fato consumado, podem ocorrer e ocorrem necessária e constantemente grandes perturbações. Há a pressão sobre o mercado financeiro e, em sentido contrário, as facilidades desse mercado que fazem aparecer em massa os empreendimentos mencionados, as circunstâncias, portanto, que mais tarde pressionam o mercado financeiro. Gera-se a pressão porque é necessário, continuamente e durante longo prazo, adiantamento de capital-dinheiro em grande escala. [...] Além disso, há pressão sobre o capital produtivo disponível da sociedade. Retirando-se constantemente do mercado elementos do capital produtivo e lançando-se em troca no mercado apenas um equivalente em dinheiro, aumenta a procura solvente, que, por sua vez, não cresce a oferta de qualquer elemento. Daí elevarem-se os preços tanto dos meios de subsistência quanto das matérias de produção.” (MARX, 2008a, p. 357-358)

Referências

- AUED, I. M. *Alienação, divisão do trabalho e manufatura em Karl Marx: ou de como libertar o trabalhador do trabalho*. 2004. 79 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp, Araraquara, 2004.
- AUED, I. M. *Alienação, maquinaria e grande indústria moderna em Karl Marx: ou de como o homem se liberta do trabalhador*. 2005a. 59 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp, Araraquara, 2005a.
- AUED, I. M. *Transcendência (Aufhebung), alienação, manufatura e maquinaria em Karl Marx: ou de como o homem supera sua desumanização e faz-se homem plenamente desenvolvido*. 2005b. 55 p. Tese – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Unesp, Araraquara, 2005b.
- AZEVEDO, R. *A pirâmide dos infinitos mundos possíveis de Leibniz*. 2019. 165p. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- BOS, H. J. M. *Differentials, high-order differentials and derivative in the Leibnizian calculus*. Berlin: Springer-Verlag, 1974.
- BOYER, C. *The history of the calculus and its conceptual development*. New York: Dover Publications, 2016.
- GRESPLAN, J. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- GRESPLAN, J. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Tradução: Rolf Kuntz. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- KOSELLECK, R. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Tradução: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- LEIBNIZ, G.W. *La naissance du calcul différentiel*. Introdução, tradução e notas: Marc Parmentier. Paris: Vrin, 1995.
- LEIBNIZ, G.W. *Philosophical papers and letters*. Tradução: Leroy E. Loemker. 2. ed. Dordrecht/ Boston/ Londres: Kluwer Academic Publishers, 1989.
- LEIBNIZ, G.W. *Quadrature arithmétique du cercle, de l'ellipse et de l'hyperbole et la trigonométrie sans tables trigonométrique qui en est le corollaire*. Introdução, tradução e notas: Marc Parmentier. Paris: Vrin, 2004.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Tradução: Mario Duayer e Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 20 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 2.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. v. 3.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b. v. 4.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008c. v. 5.

- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008d. v. 6.
- MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1980. v. 2
- PARMENTIER, M. Introdução. In: LEIBNIZ, G. W. *Quadrature arithmétique du cercle, de l'ellipse et de l'hyperbole et la trigonométrie sans tables trigonométrique qui en est le corollaire*. Introdução, tradução e notas: Marc Parmentier. Paris:Vrin, 2004.
- PARMENTIER, M. L'optimisme mathématique. In: LEIBNIZ, G. W. *La naissance du calcul différentiel*. Introdução, tradução e notas: Marc Parmentier. Paris:Vrin, 1995.
- RABOUIN, D. Leibniz's rigorous foundations of the method of indivisibles. In: JULLIEN, V. (Org.). *Seventeenth-century indivisibles revisited*. [S. l.]: Birkhäuser, 2015a.
- RABOUIN, D. The difficulty of being simple: on some interactions between mathematics and philosophy in Leibniz's analysis of notions. In: GOETHE, N. B.; BEELEY, P.; RABOUIN, D. (Org.). *G. W. Leibniz, Interrelations between mathematics and philosophy*. California, EUA: Series Editor, 2015b.
- SCHUMPETER, J. A. *Historia del análisis económico*. Tradução: Lucas Mantilla. Cidade do México: Fondo de cultura económica, 1984.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Tradução: Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. 1
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. Tradução: Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003. v. 2

GABRIEL DUCCINI

OS LIMITES DOS PRESSUPOSTOS
MERCADOLÓGICOS DO DEBATE SOBRE
O CÁLCULO ECONÔMICO NO SOCIALISMO

Recebido em 23/08/2023

Aprovado em 31/10/2023

OS LIMITES DOS PRESSUPOSTOS MERCADOLÓGICOS DO DEBATE SOBRE O CÁLCULO ECONÔMICO NO SOCIALISMO

Resumo

O objetivo do presente artigo é refletir criticamente, visando expor seus limites, sobre os pressupostos estabelecidos pelos participantes do debate sobre o cálculo econômico socialista que se inicia no começo do século XX. Para tanto, apresentaremos uma revisão bibliográfica do referido debate desde seus primórdios, chegando-se até a autores contemporâneos que o retomam. Procurar-se-á demonstrar que as amarras das teorias econômicas burguesas, bem como a ausência de crítica da própria forma valor, constituíram entraves para o entendimento do papel da planificação e do cálculo econômico sob o socialismo, dado que os participantes desse debate mantinham inalterada a forma social capitalista em seus pressupostos e modelos.

Palavras-chave: cálculo econômico socialista; economia socialista; transição socialista

GABRIEL DUCCINI

Mestre em Economia Política
Mundial pela UFABC

Email: g.duccini@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0079-626X>

Abstract

In this present article we aim to to critically reflect, aiming to expose its limits, on the assumptions established by participants in the debate on socialist economic calculation that began at the beginning of the twenty-first century. In order to achieve it, we will present a bibliographical review of the aforementioned debate since its beginnings, including contemporary authors who deal with the subject again. We will try to demonstrate that the ties of bourgeois economic theories as well as the lack of criticism of the value form itself constituted obstacles to understanding the role of planning and economic calculation under socialism, given that the participants in this debate maintained the form unchanged. capitalist society in its assumptions and models.

Keywords: socialist economic calculus; socialist economy; socialist transition

JEL: B14; B24; O21; P21

I. Introdução

No início do século XX, a partir de teóricos liberais visando criticar a possibilidade do socialismo, se iniciou o que ficou consagrado na história como “o debate do cálculo econômico”, do qual participaram, de um lado, Mises, Hayek e Barone e, do outro lado, Lange e alguns “socialistas neoclássicos”. O debate partia de certos pressupostos, como a ênfase na contabilidade na coleta e distribuição de informações sociais, tendo em vista a garantia das necessidades sociais em uma economia socialista e a sua relação com os mecanismos de mercado, em termos de comparação da eficiência de ambos. Visamos neste artigo apresentar uma revisão bibliográfica do debate do problema do cálculo, apresentar autores contemporâneos que o retomam e discorrer sobre seus limites à luz do marxismo.

2. O problema do cálculo econômico

Lange, visando responder as críticas de Hayek e Mises sobre a impossibilidade de realizar de modo eficiente o cálculo econômico sobre as necessidades sociais sob uma economia planificada, reconhece a necessidade do preço e do mercado como participantes em uma economia planificada, assimilando e desenvolvendo as ideias de Enrico Barone que pensou o problema da busca pelo equilíbrio geral no contexto de uma economia socialista, na qual se manteriam as categorias mercantis e a separação entre unidades de produção. Por isso Ellman (1980) argumenta que a opinião dos economistas tidos como “reformistas” do Leste Europeu, influenciados por Lange e outros participantes do debate, visavam “combinar a tomada de decisão centralizadora do Estado com um mecanismo de mercado” (p. 74).

Mises, como primeiro proponente do debate, considerava que a natureza anárquica do mercado possui algo de positivo: consegue coordenar vários milhões de decisões diferentes a partir de uma base objetiva que é o preço de mercado, permitindo uma alocação eficiente dos recursos. Ele considera que o socialismo, ao substituir essa tomada descentralizada de decisões

por um sistema centralizado planejado e que visa uma racionalidade pelo alto, é uma impossibilidade técnica, porque os planejadores não têm capacidade de fazer cálculos suficientes para uma alocação eficiente de recursos. Para Mises, todas formações sociais realizam em alguma medida “cálculos”. As formações menos complexas, portanto, conseguem realizar um cálculo “em espécie” – sem dinheiro – com menos dificuldades que economias mais complexas:

Dentro dos estreitos limites da economia doméstica, por exemplo, onde o pai pode supervisionar toda a administração econômica, é possível determinar o significado das mudanças nos processos de produção, sem auxílios à mente, e mesmo assim com mais ou menos precisão (MISES, 1990, p. 15, tradução nossa).

Mas quando se trata de economias mais desenvolvidas, com maior número de processos de decisão, isso se torna uma impossibilidade. Mises já considera pressuposto que tais cálculos serão realizados em unidades monetárias, e não em espécie, e justamente por isso que não pode existir cálculo: pois, sem a troca, não é possível determinar seu valor monetário, tornando os cálculos impossíveis de serem realizados¹. Por isso Mises considera o socialismo como “abolição da economia racional”.

Se Mises parte de uma impossibilidade técnica – os planejadores não têm meios suficientes para calcular todos os milhões de processos de decisão – Hayek compreende o socialismo enquanto uma impossibilidade política e filosófica. Hayek de certa forma continuou o argumento de Mises, no sentido que parte também do papel do preço enquanto um sinal informacional para os agentes envolvidos em dado sistema econômico, mas apresentou também novos sentidos ao argumento da impossibilidade do socialismo², ao apresentar um argumento no campo epistemológico. Hayek

¹ Para uma crítica de como Mises concebe a teoria do valor, ver PRADO (2019b).

² Camarinha Lopes (2021) enfatiza essa diferença entre Mises e Hayek, ressaltando que o último cumpriu o papel de descontinuar o debate no sentido – da posição dos socialistas – de demonstrar a possibilidade técnica da existência do socialismo, dado que como o próprio Hayek argumenta, mesmo que seja possível, ele não é politicamente desejável. É deste ponto de vista que Hayek desenvolve seu argumento, principalmente no *Caminho da Servidão*.

parte de uma base teórica que envolve o que ele chama de complexidade; Hayek combina “num mesmo argumento o velho ceticismo de David Hume com uma concepção contemporânea de complexidade” (PRADO, 2014, p. 65), no qual a razão não permite apreender o mundo em sua totalidade: “a sociedade como um todo – e o mercado em particular – aparece como um sistema altamente complexo de interação que funciona de modo espontâneo e descentralizado e que jamais pode ser conhecido suficientemente para ser deliberadamente transformado” (*ibidem*).

Para Hayek, o socialismo não é apenas uma impossibilidade técnica, mas é politicamente indesejável, por não permitir a existência do mercado como o espaço necessário, na medida em que permite essa coordenação e socialização descentralizada. Até mesmo as teorias neoclássicas de equilíbrio geral³ são criticadas por Hayek – provavelmente já pensando em criticar os chamados “socialistas neoclássicos – não enquanto “formulação teórica em si mesma, mas enquanto sistema de equações que possa conter conteúdo empírico com o propósito de obter resultados práticos” (PRADO, 2019a, p. 4). O mercado é o espaço por excelência da interação espontânea e descentralizada, autônoma e automática.

O planejamento para Hayek ocorre já por meio dos mercados, não no sentido de uma alocação *ex ante* dos recursos, mas a partir da contabilidade de “planos *ex ante* desencontrados que são feitos pelos produtores e pelos consumidores de mercadorias no curto e no longo prazo” (PRADO, 2019a, p. 5), que não podem ser concentrados em uma autoridade central planejadora, por exemplo. A questão não é a inexistência de planejamento, mas sim se esse planejamento deve ser “feito centralizadamente, por uma autoridade que responde pelo sistema como um todo, ou se ele deve ser repartido

³ Contudo, Eleutério Prado salienta: “Hayek não abandona o esquema arquitetônico da análise de equilíbrio geral: eis que a economia capitalista é apreendida ainda somente como mercado, ou melhor, agora como processo de mercado (...) [o estado de equilíbrio] é algo circunstancial que provavelmente nunca acontece, já que a cognição subjetiva não apreende com perfeição, em geral, os ‘dados’ objetivos. Mas por que, então, preocupar-se com o ‘estado admitidamente fictício de equilíbrio?’ – pergunta. ‘A sua única justificação’ – ele próprio responde – ‘é uma suposta existência de tendência ao equilíbrio’ (...) Hayek sustenta, não há dúvida, que a tendência ao equilíbrio existe nos mercados e que ela pode ser constatada empiricamente” (PRADO, 2014, p. 68).

entre os muitos indivíduos” (*ibidem*). O próprio mercado já realiza o papel da planificação⁴. Ao mesmo tempo que a planificação estatal é considerada menos eficiente do que o próprio mercado, esse processo também é incompatível, portanto, com as liberdades individuais e autonomias dos agentes econômicos⁵.

Enrico Barone, partindo do equilíbrio walrasiano, contrastou essa tendência ao equilíbrio geral em uma sociedade “individualista” e uma “coletivista”, concluindo que “o sistema de equações do equilíbrio coletivista é idêntico ao do equilíbrio competitivo” (1972, p. 64, tradução nossa), portanto a tarefa de criar um cálculo para coletar as preferências de consumo e produção seria “difícil, mas não impossível” (*ibidem*, tradução nossa). O objetivo de Barone foi demonstrar justamente a inevitabilidade da emergência das categorias da sociedade capitalista, pois, conforme Barone vai desenvolvendo as equações de equilíbrio do regime socialista, “as categorias econômicas do velho regime”, como lucro, preço, salário, etc., vão reaparecendo (1972, p. 73, tradução nossa). O próprio Barone afirmou o seu objetivo crítico ao socialismo: “fica óbvio quão fantásticas são essas doutrinas que imaginam que a produção em um regime coletivista seria ordenada de uma maneira substancialmente diferente da anarquia da produção” (*ibidem*, tradução nossa).

⁴ O’Neill (1989) critica Hayek por ele convergir, sem motivo, o problema da distribuição da informação (que os agentes envolvidos na produção capitalista recebem pelo preço) com a coordenação: “Dado que todas as partes envolvidas são autointeressadas, a estratégia de competitividade estável é não-cooperação: o mercado inibe o ajuste mútuo de planos (...) o problema não é simplesmente de regulação econômica *ex post* (...) Mas sim que a informação relevante para os agentes econômicos, para que sejam capazes de coordenar suas atividades, não é comunicada, e não existe mecanismo para chegar ao ajuste mútuo de planos. O mercado, em virtude de sua natureza competitiva bloqueia a comunicação da informação e fracassa em coordenar planos para ação econômica” (O’NEILL, 1989, p. 209, tradução nossa).

⁵ Como nota Camarinha Lopes sobre *O Caminho da Servidão* (1990): “Hayek sistematicamente faz a analogia entre socialismo e fascismo/nazismo em tentativa de demonstrar que a planificação não leva a nada além da distopia. O socialismo é tratado como sinônimo de totalitarismo, a burocracia socialista é representada como o mecanismo de terror destruindo o sonho do livre empreendedorismo e o coletivismo funciona como o novo termo para todos os sistemas que questionam o liberalismo” (2021, p. 12).

Oskar Lange, por sua vez, apresenta o problema do cálculo econômico nos seguintes termos:

Para resolver o problema, precisamos de três dados: (1) uma escala de preferência que guie as escolhas; (2) informações sobre os termos sob os quais as alternativas são oferecidas; e (3) conhecimento da quantidade de recursos disponíveis. Tendo esses três dados, o problema é resolvível (LANGE; TAYLOR, 1956, p. 60, tradução nossa).

Lange portanto parte do esquema neoclássico proposto por Barone para defender a possibilidade técnica do cálculo econômico sob o socialismo. Para Lange, o marxismo era superior às demais interpretações econômicas por compreender a natureza histórica e transitória do capitalismo, sem naturalizá-lo, portanto, como as demais interpretações, desde a economia clássica, faziam. A economia neoclássica poderia cumprir um papel, pois, no reconhecimento da “avaliação subjetiva individual que é desconsiderada na tradição fisiocrata” (CAMARINHA LOPES, p. 8, tradução nossa). Por tal razão, o esquema neoclássico poderia ser útil à planificação: “como essas relações são as mesmas em todo sistema social concebível, então esse paradigma também deve ser aplicável em uma sociedade que tenta conscientemente produzir e distribuir unidades de valor de uso” (*ibidem*, tradução nossa)⁶.

No modelo de Lange, os planejadores conseguem reproduzir o processo de reunião de informações realizado pelo mercado através de um processo de tentativa e erro. O objetivo é ajustar a oferta à demanda para chegar a uma aproximação (ou equivalência) dos preços dos seus valores. Dessa forma, os planejadores conseguiriam consolidar um mercado de concorrência perfeita em que esses preços equivalentes, ou próximos, aos valores corresponderiam “exatamente à relação técnica de escolha de produção entre os valores de uso” (CAMARINHA LOPES, p. 9, tradução nossa). Portanto,

⁶ Para uma crítica dessa concepção de Lange, ver NAYERI (2003). Essa visão da escola neoclássica como “aplicável” universalmente, não é só de Lange mas dos próprios neoclássicos, como Bohn-Bawerk. Barone também partiu dessa posição para afirmar que uma economia coletivista era possível teoricamente dentro do modelo neoclássico. Contudo, como notamos, Barone afirma que essa economia “coletivista” é possível, desde que se mantenham as categorias da sociedade burguesa como salários, preços, lucro, etc.

Lange partiu da afirmação de Mises de que o preço é um sinal informativo essencial ao cálculo, mas considera, como Barone, que o modelo de equações necessário para resolver o processo de gravitação dos preços em torno dos valores é o mesmo tanto em economias socialistas como em economias de mercado⁷. Portanto o preço pode ser objetivamente calculado em uma economia socialista, diferente do que Mises apontou. Como se nota, a obtenção dessa situação de equilíbrio geral se dá a partir de um contexto de competição mercantil⁸, mas em que os preços são fixados por uma autoridade planejadora central⁹.

Outra forma de elaborar a crítica ao argumento de Mises sobre a impossibilidade técnica do socialismo foram os modelos de aplicação de técnicas de programação a partir das tecnologias mais desenvolvidas da computação. Na URSS, os dois expoentes mais conhecidos desse tipo de concepção foram Kantorovich e Viçtor Glushkov. Kantorovich elaborou o método da programação linear como instrumento de planejamento econômico, com o objetivo de otimizar os recursos em prol de uma alocação mais eficiente, através de um sistema de equações.

Viktor Glushkov, por sua vez, tinha em mente um projeto cibernético de uma rede descentralizada de mecanismos computacionais que substituiriam

⁷ Importante afirmar que Lange considera em seu modelo a existência de dois tipos de preço, os não-mercantis, estabelecidos pelos planejadores, e os mercantis.

⁸ Modelos mais recentes também se desenvolveram a partir da defesa das categorias mercantis sob o socialismo, ou de formas de “socialismo de mercado”, como em NOVE (1983) e ROEMER (1994).

⁹ Esse debate, ou ao menos a “primeira rodada”, não teve a participação apenas de Lange, Barone, Hayek, Mises, Neurath. Fábio Barbieri (2013) faz uma boa síntese das “rodadas do debate”, bem como de sua cronologia. Camarinha Lopes (2021) critica a “reescrita” da história do debate no famoso livro de Lavoie. Eduardo Martins Rao (2021), partindo da tese de Barbieri, transcreve a cronologia do debate da seguinte maneira: “O pré-debate origina-se na segunda metade do século XIX, com as publicações de Gossen (1853) e Wieser (1889), e segue no início do século XX, a partir de Pierson (1902), Barone (1908) e Cassel (1918). Nos anos de 1920, assume uma orientação mais definida com as obras de Mises (1920 e 1922), Brutzkus (1920), Weber (1922) e Taylor (1929). Na década de 1930, temos as contribuições de Dickinson (1933), Dobb (1934-1935), Lerner (1934), Hayek (1935), Robbins (1935), Durbin (1936), Lange (1936-7b e 1936-7c) e Hoff (1938). Nos anos de 1940, o debate segue com Hayek (1940), Thirlby (1946), Schumpeter (1947), Bergson (1948) e Mises (1949). Em 1953, Wiseman (1953) avança, mas a discussão será retomada apenas na década de 1980, por Nove (1983), Lavoie (1985), Kornai (1986) e Hayek (1988). Nos anos de 1990, segue com as abordagens de Bardhan e Roemer (1993), Cottrell e Cockshott (1993), Stiglitz (1994), Roemer (1994), Shleifer e Vishny (1994), Horwitz (1996) e Caldwell (1997)” (RAO, p. 115).

a autoridade de planejamento central. Esse projeto, intitulado “Ogas” (Sistema Automatizado em Todos os Estados), foi apresentado pessoalmente a Kruschov no final dos anos 50, mas foi logo abandonado em favor de outras reformas¹⁰. O plano original era implementar um “sistema computacional descentralizado, capaz de processar respostas em tempo real e fazer a simulação de dinâmicas complexas” (APOLITO, p. 5, tradução nossa). Outro projeto semelhante é o famoso Cybersin, elaborado por Stafford Beer, engenheiro britânico, no contexto do governo chileno de Salvador Allende¹¹. Mesmo Lange também apontou a importância da computação no processo de planificação, ainda que em um estágio inicial do desenvolvimento dessa tecnologia: “Programação matemática tende a ser um instrumento essencial para um planejamento econômico ótimo de longo prazo (...) Aqui o computador não substitui o mercado. Cumpre uma função que o mercado nunca foi capaz de executar” (1967, p. 161, tradução nossa).

Modelos contemporâneos também enfatizam a tecnologia mais recente como auxiliar, ou até mesmo determinante, na planificação. Paul Cockshott e Allin Cottrell, por sua vez, elaboram um modelo de “comunismo cibernético” em que existe uma economia baseada na propriedade pública com bens distribuídos diretamente entre os produtores, mas com troca entre os bens de consumo, essa sendo realizada por certificados de trabalho equivalentes à contribuição em horas de trabalho. O papel dos planejadores aqui também é ajustar os preços de acordo com a demanda e oferta, mas Cockshott parte dos “supercomputadores” para calcular o valor-trabalho na alocação dos recursos¹².

¹⁰ Sobre isso, ver APOLITO (2020).

¹¹ Sobre a experiência chilena do Cybersin, ver MEDINA (2011).

¹² A importância da tecnologia computacional aqui também se dá a partir da defesa feita por Cockshott do cálculo do valor-trabalho, discordando de Lange, que, como veremos mais abaixo, defendeu a teoria do valor marginal para a alocação de recursos planificada. Cockshott sintetiza: “(...) nossa proposta pode ser descrita como ‘Marx mais Lange mais Strumilin’. De Marx assimilamos a ideia de pagamento do trabalho em ‘certificados de trabalho’ e a noção de que os consumidores podem pegar do fundo social bens que tenham um conteúdo de trabalho equivalente à sua contribuição em trabalho (...). De Lange pegamos uma versão modificada do processo ‘de tentativa e erro’, enquanto os preços de mercado para bens de consumo são utilizados para guiar a realocação do trabalho social entre os vários bens de consumo. Do economista soviético Strumilin assimilamos a ideia que, em um equilíbrio socialista, o valor de uso criado em cada linha de produção deve estar em proporção comum com o tempo de trabalho gasto” (COCKSHOTT; COTTRELL, 1993, p. 25, tradução nossa).

Morozov, por sua vez, parte da tecnologia do Big Data (2019). Para Morozov, a própria tecnologia do Big Data já estaria anulando o preço¹³. Contudo, como ela está a serviço dos monopólios das empresas do Vale do Silício, a sua busca é o lucro¹⁴. Esse montante informacional do qual elas dispõem é útil para um planejamento descentralizado e baseado na tecnologia da informação: “o google pode ter refutado Hayek – e confirmado a posição de seus oponentes, principalmente a do economista polonês Oskar Lange: com dados suficientes e conectividade, pode haver melhores computadores do que o mercado” (2016, s/p, tradução nossa). Para Morozov, o que deve ser feito é portanto utilizar os dados para “maximizar o bem-estar social” (*ibidem*, tradução nossa)¹⁵, de certa forma socializá-los¹⁶. Leigh Phillips e Michael Rosowski elaboram de maneira semelhante também (2019), no qual empresas como Walmart e Amazon já realizariam uma espécie de planificação não-mercantil, em nível interno, com a utilização dos algoritmos, para compreender as demandas dos consumidores e a alocação dos seus galpões e otimizar a logística de transporte de mercadorias.

¹³ Morozov desdobra esse tipo de afirmação, partindo de outros autores também. Izabella Kaminska, por exemplo, em um artigo publicado no *Financial Times* citado por Morozov, desenvolve uma concepção hayekiana para criticar as plataformas do Vale do Silício: como elas estariam anulando a regulação pelo preço, estão reproduzindo as mesmas distorções do sistema soviético de planificação central, e utiliza o termo irônico “Google Gosplan”, em referência ao órgão de planejamento soviético. O mundo das plataformas do Vale do Silício se basearia em uma “elite tecnocrática fazendo planificação econômica e decisões de alocação a partir de suas interpretações subjetivas de comportamentos pessoais, *status* e privilégios, onde é justo sobrecustear e onde é justo subsidiar, ao invés de conservar os sinais de preços no mercado” (KAMINSKA, 2016, tradução nossa). Benjamin Bratton (2016) também toma esses processos de desenvolvimento de tecnologia Big Data como uma forma de planejamento e enfraquecimento dos mercados, mas, como Morozov, enxergando-os de maneira positiva: “um mecanismo de projeção, resposta, otimização e contabilidade, subordinado nem à idiocracia do mercado e nem à inércia da burocracia, mas ao apetite e expressão de uma filia algorítmica e seus usuários engajados” (2016, p. 333, tradução nossa).

¹⁴ Morozov considera esse processo uma espécie de “tecnofeudalismo” (2016).

¹⁵ Em uma entrevista (2015), Morozov fala em “socializar os centros de dados”: “(...) a única forma de confrontar esse poder [do Big Data] é tirar completamente os dados do âmbito do mercado, de modo que nenhuma empresa possa detê-los. Os dados seriam acumulados para os cidadãos, e poderiam ser compartilhados em vários âmbitos sociais. As empresas que quisessem usá-los teriam que pagar algum tipo de licença, e só seriam capazes de acessar aspectos da informação, e não a totalidade dela (...) Com dados suficientes pode se começar a planejar para além do horizonte do consumo individual – no nível das comunidades, bairros, cidades. É a única forma de evitar a centralização” (p. 64-65, tradução nossa).

¹⁶ Rao (2021) cita outros trabalhos recentes que partem desse processo do Big Data, além dos mencionados: Daniel Saros (2014) e Mayer-Schöemberger; Ramge (2018), que Morozov analisa criticamente em seu artigo principal sobre sua proposta de “socialismo digital”.

3. Os limites do debate do cálculo

Mesmo que contenham elementos importantes a considerar, as propostas que enxergam nas atuais tecnologias de informação, em específico a utilização dos algoritmos pelas grandes empresas do Vale do Silício, não partem do problema inicial posto pelo debate do cálculo econômico: como alocar recursos de forma não-mercantil no nível geral da socialização entre os produtores. Empresas como Walmart ou Amazon não alocam bens de produção, bem como Google ou Facebook. Como afirma Bjorn Westergard (S/Aa), em uma resenha crítica ao livro de Phillips e Rosworski, “a genialidade logística da Amazon e do Walmart (...) está em resolver o problema da distribuição de bens aos consumidores através de uma rede de depósitos conectadas por variados mecanismos de transporte” (s/p, tradução nossa), mas isso não resolve o problema da alocação dos bens de produção, e a resposta de Phillips e Rosworski vai no sentido de considerar o processo de produção como o outro polo da cadeia de varejo, que Wesnergard considera “enganoso” por “confundir a distinção entre integração vertical e as complexas relações de subcontratação típicas da cadeia de produção contemporâneas”¹⁷ (tradução nossa).

Aaron Benanav (2020) também considera que isso é enganoso no sentido de não partir do problema posto por Mises, cujo “desafio é como alocar bens intermediários para produtores de bens finais”, algo que “empresas como Walmart e Amazon não fazem, pelo motivo que elas distribuem bens ao invés de fazê-los”. Ademais, o problema dessas concepções é que “restringe o processo de tomada de decisões de uma sociedade socialista futura a focar estritamente a otimização: produzir o máximo possível usando menos recursos quanto possível” (BENANAV, 2020, s/p, tradução nossa). Além disso,

¹⁷ Wesnergard dá o exemplo de uma compra comum de lápis ou de baterias alcalinas na Amazon: esses produtos já se encontram em algum depósito organizado pela Amazon e esse depósito se encontra mais próximo da casa de eventuais consumidores devido à possibilidade de antecipação da demanda agregada que as atuais tecnologias de Big Data fornecem. Mas não existiu alocação *ex ante* dos recursos nos processos de produção dos lápis ou das baterias: “Essas empresas [que produzem o que a Amazon distribui] recorrem ao mercado para adquirir os insumos que acreditam ser instrumental em seu esforço de gerar lucro” (tradução nossa).

“se o planejamento socialista for puramente algorítmico, executa as decisões de maneira semelhante às empresas capitalista” (*ibidem*, tradução nossa).

Problemas semelhantes existem na abordagem de Cockshott. Em uma crítica ao modelo de Cockshott e Cottrell, Bernes enfatiza o processo de dominação social indireta que é a dominação do valor sobre os produtores (2020):

Planificação central como articulada por Cockshott e Cottrell oferece liberdade e igualdade para as pessoas enquanto consumidoras mas mantém a não liberdade no campo da produção. Nesse âmbito, não conta como um sistema de produção “de homens livremente associados (...) sob seu controle planejado e consciente”. O controle que os trabalhadores têm sobre as condições de suas vidas (...) ainda é muito indireto, e muito mediado, para contar como controle consciente (BERNES, 2020, p. 65, tradução nossa).

Na medida em que, no modelo de Cockshott e Cottrell, o processo de distribuição de certificados de trabalho, os preços de mercado – como no modelo proposto por Lange – cumprem um papel ainda, de informar aos planejadores sobre o controle de oferta e demanda, ainda pode se falar em algum nível da manutenção da forma de valor e seu caráter de dominação social, apesar de “planejada”; se na sociedade capitalista a mediação indireta da socialização entre distintos trabalhos concretos se dá através do dinheiro, “nos sonhos dos socialistas cibernéticos, aparentemente encontraríamos um estado de coisas semelhante, mas com muito mais igualdade, um sistema automático agindo, via algoritmo, por trás dos sujeitos mas guiados por planejadores” (*ibidem*, tradução nossa):

A planificação central (...) é o nome para um sistema de mediações que visa redistribuir e controlar o trabalho humano na ausência de mercados competitivos, dinheiro, salários e lucro. Em sua variante cibernética, a proposta é por um controle automático impossível do trabalho, uma automação da política, e a redução de questões de como e onde as pessoas trabalham a assuntos totalmente técnicos. Isso é algo completamente distinto do “controle planejado e consciente” dos recursos por “homens livremente associados” que Marx imaginava (BERNES, 2020, p. 69, tradução nossa).

Essas críticas podem até mesmo ser estendidas ao debate “original” do cálculo econômico, desde as proposições de Lange e demais “socialistas neoclássicos”. Como afirma O’Neill, Lange pressupõe como dadas certas noções da qual Mises partiu para defender a manutenção das categorias mercantis no socialismo (1998, p. 113), particularmente aquelas sobre racionalidade técnica e comensurabilidade, o que faz com que aceite acriticamente certas posições. O que Lange quer demonstrar é que há uma solução técnica para as escolhas racionais em uma economia socialista, “dentro de uma forma de socialismo que tenha um mercado nos bens de consumo mas não nos bens de produção” (O’NEILL, p. 119, tradução nossa), o que para O’Neill implica aceitar a noção de Mises sobre a racionalidade no processo de cálculo depender necessariamente do dinheiro.

Ademais, a posição de Lange sobre a manutenção das categorias mercantis fica clara em um texto de 1944, no contexto de uma discussão específica sobre a atuação da lei do valor na URSS. Ao que consta, a primeira vez que documentos oficiais soviéticos afirmam a existência da lei do valor no socialismo soviético foi a partir da publicação de um artigo anônimo “O ensinamento de economia na URSS” (1944) em que se nota que até então os manuais de economia anteriores defendiam a não existência da lei do valor, mas isso foi um equívoco, e agora ela deve ser considerada como atuante na URSS: “após a abolição do capitalismo, a sociedade socialista através de seu Estado subordina a lei do valor e faz uso consciente de seu mecanismo (dinheiro, comércio, preço, etc.) sob os interesses do socialismo, nos interesses da direção planejada da economia nacional” (p. 519, tradução nossa), e o cálculo das medidas de trabalho deveria se dar através do valor (p. 522)¹⁸.

Ao comentar essa posição, Lange, como vimos anteriormente, considerava a necessidade dos planejadores aproximarem o preço dos valores, a partir de um processo de tentativa e erro, e ao mesmo tempo via que o valor

¹⁸ Esse reconhecimento da existência da lei do valor no socialismo foi peça de discussão desde a tradução do artigo por Raya Dunayevskaya na *American Economic Review*. Para ver os distintos posicionamentos, ver BARAN (1944), LANGE (1945), ROGIN (1945) e DUNAYEVSKAYA (1944).

poderia ser instrumentalizado de maneira consciente em uma economia socialista¹⁹, sublinhando não ser ele uma legalidade capitalista, se referindo à divisão entre “produção de mercadorias” e “produção capitalista” que existiria na obra de Marx (LANGE, 1945, p. 129, tradução nossa). Contudo, Lange se equivoca, pois essa divisão não existe; Marx já supõe uma economia capitalista desde o início do Livro I. Na seção I, Marx trata apenas da produção mercantil, antes da categoria do capital, pelo nível de abstração necessário à exposição do seu objeto. Lange também afirma que “Marx espera que as mercadorias sejam precificadas de acordo com seu valor no socialismo” (ibidem, tradução nossa), afirmação que não apenas contraria a concepção de socialismo pelo velho mouro, como é algo que imputa ele a Proudhon, de maneira crítica. Tais afirmações de Lange eram comuns na URSS, em que se defendia a existência de uma “produção socialista de mercadorias” a partir dessa suposta divisão entre economia mercantil simples e economia capitalista.

Portanto Lange concebe a planificação socialista como um processo que não apenas não rompe com a forma mercadoria como tal ruptura não é vista como um objetivo do ponto de vista do socialismo, dado que considera que o papel da planificação é a realização da troca de equivalentes através dos cálculos que não visariam, por sua vez, senão a equivalência entre preços e valores. É por isso que O’Neill objetiva aqui recuperar a posição de Neurath (1973) no debate sobre o cálculo econômico, objeto de discussão de Mises desde o início de suas críticas ao socialismo²⁰. O’Neill no mesmo

¹⁹ Não apenas isso, Lange considera a “teoria do valor-trabalho” incorreta para o socialismo a partir da defesa da teoria marginal e considera as diferenças entre a teoria marginal e a teoria do valor-trabalho, e o seu aparente uso numa sociedade socialista, como de ordem técnicas. Lange afirma que o motivo é que como existem produtos que possuem a mesma quantidade de trabalho, esses teriam o mesmo valor, o que o tornaria uma medida inadequada para uma alocação planejada de recursos. Lange aqui além de confundir tempo de trabalho socialmente necessário com o trabalho efetivamente gasto também parece considerar que a teoria do valor é uma teoria dos preços. A partir disso, uma economia planejada poderia, portanto, escolher diferentes teorias do valor enquanto diferentes “técnicas” para a alocação de recursos. O problema é que não se trata de uma valoração técnica, mas sim que o valor é uma relação social.

²⁰ O’Neill nota que Lange não cita em nenhum momento a posição de Neurath – criticado por Mises, Weber e Hayek no debate do cálculo econômico – que propunha um cálculo *in natura*, sem o uso do preço.

sentido considera que Hayek tem certo mérito em transformar o debate de uma questão técnica em um questionamento epistêmico da posição de Lange (e também da de Mises)²¹.

Neurath, em contraste com Lange, vai defender portanto a utilização do cálculo *in natura*, sem a existência de dinheiro, como forma de alocação dos recursos. Na verdade Neurath era o principal alvo das posições de Mises, e por isso Mises inicia sua exposição sobre a impossibilidade técnica do socialismo argumentando contra a própria possibilidade de um cálculo *in natura* para sociedades mais complexas; é apenas depois disso que Mises aborda a necessidade de um cálculo a partir do preço. Benanav, que também retoma as posições de Neurath, considera que outro mérito de Neurath foi justamente se afastar da posição de Lange de considerar uma sociedade “algorítmica” algo a ser replicado. Esse processo de planejamento socialista exige pois não uma autoridade central e uma única unidade monetária de cálculo, mas um forte elemento de descentralização e democratização das decisões:

(...) planejadores especialistas reduzindo a “série ilimitada de planos econômicos” que são possíveis para alguns poucos “exemplos característicos”. Esses planejadores fazem os cálculos algorítmicos, que clareiam as opções sobre as quais as pessoas devem decidir. (...) No Modelo de Neurath, as decisões feitas coletivamente, no mais alto nível, se arrastariam para o resto

²¹ O'Neill afirma a distância tanto de Hayek como de Neurath com relação a Mises: “Ao tornar centrais questões epistêmicas, Hayek transforma o problema: sua contribuição não é de maneira nenhuma um debate sobre cálculo socialista. Quando Hayek questiona Lange, pois ‘a afirmação de que em uma ordem socialista o cálculo econômico é possível, é substituída pela afirmação que a contabilidade econômica é possível sem preços de mercado’, ele está enfatizando mais a sua própria distância de Mises do que de Lange. As objeções de Mises à possibilidade de cálculo racional em um socialismo não-mercantil, assim como as de Weber, podem ser compreendidas como problemas contábeis (...) Não é Lange que se distancia de Mises aqui, mas Hayek. Na obra de Hayek, a questão do cálculo é em grande medida ausente. Sua grande contribuição é tentar demonstrar como, tendo um mercado, pode haver decisões racionais sem um procedimento de cálculo para comparar diferentes opções sociais. Ao fazer esse movimento, a posição de Hayek é mais próxima de Neurath do que de Mises. Isso é particularmente evidente em suas críticas tardias ao ‘racionalismo’ que tem muito em comum com o ataque de Neurath ao ‘pseudorracionalismo’. Nem Hayek nem Neurath aceitam um modelo cartesiano de escolha racional como aplicação de regras técnicas a dados perfeitos” (O'NEILL, 1998, p. 120, tradução nossa).

da economia, para serem implementadas em várias indústrias e locais de trabalho (BENANAV, s/p, tradução nossa).

É este elemento que O'Neill considera que demarca Lange e Mises de Neurath e Hayek: esta defesa da descentralização e dos limites de uma sociedade “algorítmica”, algo também ressaltado por Eleutério Prado (2014). Como Hayek tem que considerar que o mercado é o local das informações descentralizadas e concebe socialismo como a autoridade central planificadora passando as informações *top-down*, perde-se de vista o conteúdo do socialismo em Marx.

Eleutério enfatiza que o fundamental da crítica marxista não era opor economia de mercado e anárquica, de um lado, e, do outro, uma economia centralmente organizada e administrada. A anarquia típica do modo de produção capitalista não se refere a seu caráter descentralizado e desregulamentado, mas sim à regulação da lei do valor, “que depende de um processo inconsciente, cego e alienado de regulação fundado na constituição do trabalho abstrato” (PRADO, 2014, p. 67), fato que Hayek se recusa a analisar colocando Marx como “um inimigo dos processos sociais espontâneos” (*ibidem*). Marx, por sua vez, critica o caráter irracional, destrutivo e anárquico do modo de produção capitalista porque “esta espontaneidade é a aparência naturalizada de um antagonismo social em processo que é, ao mesmo tempo, extraordinariamente dinâmico e terrivelmente dilacerador” (PRADO, p. 71).

Na visão de Eleutério, o problema posto por Hayek sobre a impossibilidade da centralização em uma autoridade de todas as informações, embora feito para elogiar a eficácia do mercado como o dispositivo adequado a essa dispersão de informações, coloca em xeque a noção de planejamento centralizado e “pretensões centralistas” mas não a concepção de Marx sobre planejamento. Também são rejeitadas a visão de “socialismo de mercado”, que aceita os argumentos de Mises para aderir a instrumentos de mercado

no seio do próprio socialismo²², e a possibilidade dos avanços tecnológicos na computação resolverem o problema da complexidade informacional no seio do socialismo, como as abordagens que citamos acima, tanto de Cockshott como de Glushkov, Beer, Morozov e Phillips e Rosworski: “o marxismo tem caído, mesmo se a ele se opõe, numa pretensão cientificista, estrategista e tecnocrática que se eleva do próprio modo de produção capitalista. Pois essa pretensão, por estranho que pareça, nutre-se ainda de uma crença na acumulação de capital” (p. 63), e essas concepções então querem “mudar o comando, mas não o trem do progresso” (*ibidem*). Segundo Prado: “o problema da complexidade da informação e do conhecimento é um problema realmente existente – e não algo que possa ser superado por uma racionalidade tecnocrática capaz de imaginar um socialismo de computadores” (p. 73). De todo modo, Eleutério parte da rejeição tanto das pretensões de um “modo de produção centralmente planejado” como de um socialismo de mercado. Como vimos anteriormente, isso se observa na própria obra de Marx em suas referências ao socialismo como a negação do caráter inconsciente do capitalismo.

²² Concordamos com as proposições postas por Eleutério, e por óbvio isso não indica que um processo de transição socialista deva abolir de imediato as relações mercantis mas sim que a transição se dá quando se revolucionam as relações de produção de modo que se consiga superar a forma mercadoria. David McNally (1993), enfatizando a dimensão antimercadológica do socialismo, considera que a adesão de grande parte dos socialistas às reformas de mercado, a modelos que consideram o papel do mercado no socialismo, acaba por levar a cabo formas de regulação do mercado dentro da economia socialista, transformando essa em uma economia baseada na troca de mercadorias, quando não transformando a própria força de trabalho em mercadoria: “Enquanto relações não-exploradoras poderiam de fato existir no contexto de vários mecanismos de mercado subordinados à planificação socialista(...) não é esse o argumento feito pelos socialistas de mercado modernos. Eles defendem a superioridade do mercado enquanto regulador da vida econômica. Ainda assim, a regulação pelo mercado em um contexto no qual ‘trabalhadores controlam a política e as empresas’ pressupõem que, estabelecendo a propriedade social e controle da produção e do Estado pelos trabalhadores, os trabalhadores aceitariam que os salários, condições, horas e a estrutura e intensidade do processo de trabalho devessem ser ditados pela produção para o mercado a partir da lei do valor” (MCNALLY, p. 183, tradução nossa). Daí deriva a sua crítica ao posicionamento de Diane Elson em um ensaio da *New Left Review* (1988). Elson defende que a socialização da vida econômica implica não a superação da forma mercadoria mas sim o “acesso à informação”, e um modelo descentralizado de socialismo implica um mecanismo de preços descentralizados: “No fim, os ‘mercados socializados’ de Elson incorporam uma contradição fundamental: a coexistência de lógicas mercantis e não-mercantis de regulação econômica. Um ou outro deve em última instância assegurar sua dominância. Se Elson afirma que ela sempre pretendeu que o mercado fosse subordinado à lógica da socialização, ela terá que aceitar que seu modelo não terá um ‘mecanismo de preço descentralizado’ genuíno e nem irá, rigorosamente falando, se pautar na escolha entre alternativas econômicas a partir de preços monetários” (MCNALLY, p. 215, tradução nossa).

É sob esse viés que se direciona a noção de planejamento e planificação na obra de Marx e em sua concepção de socialismo: não em um sistema determinado sob uma autoridade central que organiza e mobiliza todas as informações e aloca seus recursos de forma centralizada, mas em uma negação do processo inconsciente e indireto do capital, que Eleutério chama de “totalidade descentrada” (p. 76). O problema de Hayek é não compreender que o que ele chama de “Grande Sociedade”, que seria uma sociedade altamente complexa que consegue coesão e coordenação social sem a necessidade de transparência e discussão prévia²³, na verdade impõe sim um grande propósito a seus participantes, propósito este que de fato independe de discussão prévia, mas que é a valorização sem fim de valor, o motor perpétuo da acumulação de capital. Tanto os capitalistas como os trabalhadores estão sujeitos a esse processo que escapa de seu controle.

4. Tempo de trabalho e o problema da forma

Além do modelo de Neurath como uma proposta de cálculo não-mercantil, também há a proposta elaborada pelo militante “comunista de esquerda” Jan Appel, através do “Grupo Comunista Internacionalista” (GIK), baseada nos certificados de trabalho propostos por Marx na *Crítica ao Programa de Gotha*²⁴, a qual foi chamada de “Princípios da Produção e Distribuição Comunista” [Grundprinzipien] (1930). Nesse modelo, a base distributiva são os certificados de trabalho, a partir do trabalho concreto de cada membro da sociedade, sem a possibilidade de troca mercantil. Além de outros elementos, Bernes destaca um aspecto importante do documento elaborado

²³ Como afirma Hayek: “Na Grande Sociedade todos nós de fato contribuimos não apenas para a satisfação das necessidades das quais não sabemos, mas algumas vezes até para a conquista de objetivos com os quais não concordaríamos se soubéssemos deles. Não podemos ajudar nisso porque não sabemos para quais propósitos os bens ou serviços que fornecemos a outros serão usados por eles. Que nós ajudemos na realização dos objetivos de outras pessoas sem partilharmos deles ou até conhecê-los, e apenas com os fins de conquistar nossos próprios objetivos, é a fonte de força da Grande Sociedade” (1982, p. 269-270, tradução nossa).

²⁴ Segundo Bernes (2021, p.16), Appel afirma só ter lido a *Crítica do Programa de Gotha* após ter terminado o manuscrito, estando este portanto baseado nas suas leituras dos três livros do *Capital* enquanto estava na prisão. Sobre isso, ver sua autobiografia (APPEL, 1966).

por Appel: a distinção feita entre “estabelecimentos produtivos” e “estabelecimentos para uso social geral” (USG). Enquanto “o primeiro produz bens para distribuição através de certificados de trabalho, assim como os meios de produção que esses bens exigem, o segundo produz bens distribuídos livremente para todos: educação, saúde, administração” (BERNES, 2021, p. 15, tradução nossa):

Ademais, os trabalhadores de ambos os tipos de estabelecimentos são compensados em certificados de trabalho pelo tempo trabalhado. A produção dos estabelecimentos de USG só conta então enquanto reduz o FCI²⁵ (...) Com mais e mais setores da produção se convertendo à produção de USG, o FCI cai, e o sistema de comunismo de conselhos caminha rumo a uma transcendência dos certificados de trabalho. Os autores do Documento parecem pensar que o acesso livre e a distribuição sem certificados é uma assíntota que a curva de desenvolvimento produtivo nunca chega a atingir, pois a produção de itens especiais que apenas alguns trabalhadores desejam nunca pode ser feita em uma base USG. Assim, os certificados permanecerão em uso para uma pequena parcela de necessidades especiais, enquanto a maior parte do que os trabalhadores consomem estará disponível sob demanda e sem restrições. O Grundprinzipien, portanto, leva muito a sério a afirmação de Marx de que o certificado é apenas um estado de coisas transitório (*ibidem*, tradução nossa).

Bernes considera que o mérito de Appel e das demais pessoas do GIK que escreveram o documento consiste em compreender que Marx pensa o valor enquanto dominação social sobre os produtores e o socialismo como a produção social direta sem a mediação do valor:

Appel e seus coautores compreendem que, para Marx, a “Lei do valor” é uma estrutura de heteronomia, “um sistema que se eleva como uma força externa sobre os produtores”, compelindo suas ações. No sistema que propõem, do outro lado, “em uma sociedade em que as relações dos produtores com o

²⁵ FCI diz respeito a “Fator de Consumo Individual”: é a fração de uma hora média de produto social do qual os trabalhadores recebem por cada hora trabalhada. Antes da distribuição ocorrer, deve haver as deduções do produto social total a partir da distribuição dos bens de consumo geral, bem como outras possibilidades de utilizar o excedente social. A média de todas essas deduções em relação ao produto total forma um Fator de Consumo Individual.

produto são diretamente expressas”, esse perigo não existe (...) A diferença chave aqui é que a determinação dos preços não ocorre automaticamente e invisivelmente. Não se realiza através do comportamento “de lei” do mercado, mas através das decisões dos trabalhadores e consumidores (...) O processo não ocorre por trás dos trabalhadores, mas conscientemente (BERNES, 2021, p. 16, tradução nossa).

Esse processo implica então duas considerações: o tempo de trabalho e a possibilidade de uma forma não-mercantil de alocação de recursos. Entre os chamados “comunistas de esquerda”, com base na corrente francesa dirigida por Gilles Dauvé, foi comum a crítica a tais certificados de trabalho por manterem a forma valor, retomando a crítica de Marx aos certificados proudhonianos. Essa crítica se dirige ao próprio GIC, no caso. No texto de Marx da *Crítica ao Programa de Gotha*, não é correto igualar seus certificados de trabalho com a proposta proudhoniana, pois os certificados fornecidos para a troca entre trabalho e os produtos da sociedade não podem ser utilizados como dinheiro, pois, como não há troca de mercadorias, eles não circulam. Tais certificados são radicalmente distintos dos certificados de Proudhon e Darimon, pois estes últimos visavam estabelecer a distribuição de certificados de trabalho mantendo a troca de mercadorias e tomando-os pela realização do valor justo em uma troca de equivalentes. Por isso David Adam argumenta em resposta à crítica de Gilles Dauvé que “Marx não via essa ‘economia do tempo’ como idêntica à lei do valor, porque a lei do valor definitivamente não representa qualquer medida consciente. Esse é o erro fundamental da caracterização do GIC [Grupo de Comunistas Internacionalista] como a defesa do domínio do valor” (ADAM, s/a, tradução nossa). Bernes, criticando Dauvé, aponta que nesse contexto não há valor, mas entre essas desigualdades existe algo semelhante ao trabalho abstrato:

O trabalho abstrato está mais perto do elemento de medida que Dauvé quer tornar idêntico à forma de valor. O trabalho abstrato equivale dois atos mercantilizados de trabalho e representa seu conteúdo em uma terceira mercadoria, o dinheiro. Cria igualdade através da desigualdade, uma que, como Marx insiste, ainda persiste no esquema de certificados de trabalho.

O Valor, em contraste com o trabalho abstrato, é quando as magnitudes de trabalho abstrato são vistas como uma propriedade das coisas mesmas e quando essas propriedades, em si mesmas, compelem as decisões dos trabalhadores e capitalistas. Se eu trabalho oito horas fazendo sapatos, e produzo seis pares de sapatos e recebo seis horas de riqueza social, mas o meu amigo Joshua faz oito pares de sapatos em seu local de trabalho, também recebendo seis horas de riqueza social, então temos algo semelhante ao trabalho abstrato, no qual a massa de produtos correspondente à seis horas de riqueza social representa o contexto de dois trabalhos totalmente distintos. É isso que Marx pensa quando se refere à manutenção do direito burguês, uma igualdade abstrata que só pode ser mapeada a partir de desigualdades existentes. A maior produtividade de Joshua não atrapalha a distribuição de meus produtos e nem atrai mais capital para sua maior taxa de lucro (...) Se os conselheiros de trabalhadores quiserem, em resposta a essa desigualdade, elevar a minha produtividade, isso deve ser feito através de decisão política e distribuição direta. Não existe nada no sistema que me force a trabalhar mais (BERNES, 2021, p. 28, tradução nossa).

Contudo, mesmo Paul Mattick, que organizou a reedição de 1970 do manual do GIC, embora não afirme que essa média baseada no tempo de trabalho seja o mesmo que o valor, considera certos limites nessa proposta a partir da conjuntura do capitalismo contemporâneo, o qual tornava o próprio tempo de trabalho supérfluo como média distributiva do socialismo, tornando possível a distribuição segundo as necessidades sem um período transitório:

Nos países capitalistas desenvolvidos, ou seja, nos países onde é possível uma revolução socialista, as forças produtivas sociais estão suficientemente desenvolvidas para produzir meios de consumo em superabundância. Mais da metade de toda a produção capitalista (...) não tem nada a ver com consumo humano real, mas apenas fazem sentido na economia irracional da sociedade capitalista. É claro, então, que, sob as condições de uma economia comunista, tantos bens de consumo poderiam ser produzidos que qualquer cálculo de sua somas individuais de média socialmente necessária de tempo de trabalho seria supérflua (...) Também pode ser possível que uma destruição parcial das bases da produção como consequência da luta de

classes necessária para a transformação social poderia descartar a distribuição segundo o tempo de trabalho, portanto sem com isso impossibilitar uma forma igualitária de distribuição, através do racionamento, por exemplo. E essa distribuição igualitária pode de fato ser determinada pelos próprios trabalhadores, tornando desnecessária a dura necessidade de cálculo do tempo de trabalho. Mas os Princípios Fundamentais assumem um sistema econômico comunista “normal”, isto é, um sistema que já foi estabelecido e que está operando em suas próprias condições de reprodução. Nestas condições, uma forma de distribuição ligada ao tempo de trabalho parece supérflua (1970, s/p, tradução nossa).

Isso é relevante pois a liberação do tempo de trabalho e sua relação com a sociedade comunista é destacada por Marx não apenas na *Crítica do Programa de Gotha* mas também nos *Grundrisse*. Marx no “Fragmento sobre as Máquinas” destaca o processo de substituição de trabalho vivo por máquinas engendrado pelo próprio capital. Esse processo faz com que, “à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado” (MARX, 2011, p. 587). O trabalhador nesse processo deixa de ser o “produtor direto” para ser “muito mais supervisor e regulador” (p. 588). A forma com que Marx se refere a esse processo indica tanto que esse processo já se desenvolve desde as tendências em curso do capitalismo²⁶ quanto considera ele a “medida de riqueza” do comunismo como o tempo livre:

Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o não trabalho dos poucos deixa de ser condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com

²⁶ Eleutério Prado (2010) ressalta, a partir tanto de Postone como de sua leitura da tese de Ruy Fausto (2002) sobre a pós-grande indústria, como certas tendências do neoliberalismo permitem recapturar a subjetividade no processo de produção, o que traz consequências tanto para os desafios da transição socialista hoje como demole várias das tendências do chamado “marxismo tradicional”, que enfatizava a planificação centralizada e o papel da grande indústria na criação das condições desta.

isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despedido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo (*ibidem*).

O problema do cálculo e as questões referentes à contabilidade do tempo de trabalho estão em algum nível relacionadas. Lenin, por exemplo, destacou os processos de socialização da produção levados a cabo pela grande indústria e pelos monopólios e as tarefas voltadas à planificação socialista nos termos da contabilidade nacional ao afirmar que “é um único caminho que leva tanto ao capitalismo de Estado de larga escala quanto ao socialismo, através do único estágio intermediário chamado de ‘contabilidade e controle nacional da produção e distribuição’” (1918), bem como diferenciou a nacionalização dos meios de produção de sua socialização a partir da capacidade de contabilidade na alocação dos recursos: “a socialização distingue-se exatamente da simples confiscação em poder-se confiscar apenas com ‘decisão’, sem saber contar corretamente e distribuir corretamente, mas é impossível socializar sem saber isto”. A visão de Lenin é relevante, pois é o que fundamentava a sua posição referente ao taylorismo e sua aplicação na URSS: considerar o problema da produção como algo técnico, ligado ao tempo de trabalho e produtividade, e a transformação socialista como concernente à integração em larga escala dessa produção e a participação das massas nas tarefas administrativas e de contabilidade, possibilitada pela redução da jornada de trabalho²⁷.

Ainda sustentando o cálculo em tempo de trabalho, Engels afirma que “a referida ponderação de utilidade e dispêndio de trabalho na decisão a ser tomada quanto à produção é tudo o que resta do conceito de valor da economia política numa sociedade comunista” (2011, p. 343), ao mesmo tempo que assevera que isso é resolvido de “maneira bem simples”, dado que “a

²⁷ Sobre isso, ver LINHART (1983).

utilidade dos diversos objetos de uso, ponderados entre si e em relação às quantidades de trabalho necessárias para sua confecção, determinará em última análise o plano. As pessoas resolvem tudo de maneira bem simples, sem a interveniência do tão aclamado ‘valor’” (*ibidem*).

É nesse sentido que acreditamos ser necessário enfatizar que o que é relevante com relação ao cálculo são menos as questões técnicas para a sua determinação e o papel ou não do tempo de trabalho – embora é importante destacar que eventualmente a sua relevância deve diminuir se tivermos como perspectiva a distribuição segundo as necessidades sociais e a libertação do trabalho – e sim a forma social da produção, mais especificamente a transformação revolucionária desta.

5. Considerações finais

A posição de Engels sobre a “simplicidade” dos cálculos se dá por conta da superação da forma valor, algo que parece ausente dos escritos de Lange – pela sua própria posição equivocada sobre a teoria do valor – e de muitos outros participantes dos debates sobre o cálculo, mesmo nas suas variantes contemporâneas, como Cockshott, que também toma o valor como algo aistórico e neutro. Portanto Engels não está se baseando em cálculos monetários mas sim no que Marx chamou de “economia do tempo de trabalho”. Charles Bettelheim (1975) diferencia o cálculo monetário de um “novo tipo de cálculo” possível sob o socialismo e destaca por que não faz sentido pensar a planificação socialista como a determinação da magnitude do valor – como na proposta de Cockshott – ou a equivalência entre valor e preço – como na proposta de Lange:

Se, no modo de produção capitalista, a quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário é a medida de valor (...) então a “necessidade social” implícita no conceito de tempo de trabalho socialmente necessário é a da apropriação da mais-valia (...). Consequentemente, no MPC a utilidade social ou o efeito socialmente útil das várias formas de trabalho só se manifestam em sua capacidade de produção de mais-valia ou de auxiliar esta em

sua produção ou crescimento (...) [Com a transição socialista] o objetivo da produção não é mais a apropriação de mais-valia mas a satisfação de necessidades sociais. A partir disso, o espaço teórico não é mais o do valor e preço mas sim dos “efeitos úteis” do trabalho, e portanto sua utilidade social. O conceito de “tempo de trabalho socialmente necessário” assume um significado radicalmente distinto aqui com relação a este no MPC. Sua medida agora não é da produção de mais-valia (ou a relação do trabalho excedente com o necessário) mas a “utilidade social” produzida pelos vários tipos de trabalho (1975, p. 11-12, tradução nossa).

O que nos interessa sobre o cálculo econômico, seja nas variantes do início do debate, seja nas tentativas de autores contemporâneos de retomá-lo, é o fato de que o grosso dos seus participantes tendeu a conceber o cálculo e a planificação como um controle positivo das categorias do capital, enfatizando então certos aparatos técnicos como forma de garantir esse controle de maneira mais eficiente e racional, ou mimetizando as categorias da economia capitalista. Ademais a quase totalidade destes autores levantaram modelos que visam replicar, de uma ou outra maneira, o funcionamento das economias capitalistas e sua finalidade de valorização sem fim, não à toa mantendo as categorias próprias da forma valor em uma economia centralmente administrada. Da mesma forma que Marx criticou Proudhon por este conceber o valor como algo normativo no qual a sociedade socialista deveria se basear e realizar, tal crítica parece ainda válida para grande parte dos debates sobre o cálculo econômico no socialismo, dado que mantém a forma social baseada na mercadoria e no valor.

Referências

- ADAM, David. *Marx's critique of socialist labor-money schemes and the myth of council communism's Proudhonism*. Sem ano. Disponível em: <<https://libcom.org/article/marxs-critique-socialist-labor-money-schemes-and-myth-council-communisms-proudhonism-david>>. Acesso em: 16/06/2023
- ANÔNIMO. Teaching of Economics in the Soviet Union. In: *The American Economic Review*, vol. 34, n.3, p. 501-530, 1944.
- APOLITO, Aurora. *The Problem of scale in anarchism and the case for cybernetic communism*. 2020. Disponível em: <<https://www.its.caltech.edu/~matilde/ScaleAnarchy.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- APPEL, Jan. *Autobiography of Jan Appel*. 1966. Disponível em: <<https://libcom.org/article/autobiography-jan-appel>>. Acesso em: 16/06/2023
- BARAN, Paul. New Trends in Russian economic thinking? In: *The American Economic Review*, vol. 34, no.4, p. 862-871, 1944
- BARONE, Enrico. Ministry of production in the collectivist state. In: NOVE, A.; NUTI, M. (org.). *Socialist economics*. London: Penguin, p. 52-74, 1972
- BARBIERI, Fábio. *História do debate do cálculo econômico socialista*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.
- BENANAV, Aaron. How to Make a Pencil. In: *Logic Magazine*, n. 12: 2020.
- BERNES, Jasper. Planning and Anarchy. In: *South Atlantic Quarterly*, 119 (1), p. 53-73, 2020.
- BERNES, Jasper. *The Test of Communism*. 2021. Disponível em: <<https://cominsitu.files.wordpress.com/2021/03/the-test-of-communism.pdf>>. Acesso em 16/06/2023
- BETTELHEIM, Charles. *Economic Calculation and Forms of Property: An Essay on the Transition between Capitalism and Socialism*. New York: Monthly Review, 1975.
- BRATTON, Benjamin. *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge: MIT Press, 2016.
- CAMARINHA LOPES, Thiago. Technical or political? The socialist economic calculation debate. In: *Cambridge Journal of Economics*, Volume 45, ed. 4, p. 787-810, 2021.
- COCKSHOTT, Paul; COTTRELL, Allin. Calculation, Complexity and Planning: The Socialist Calculation Debate Once Again. In: *Review of Political Economy*, vol. 5, n. 1, p. 73-112, 1993.
- COMMUNISTS, Group of Internationalist. *Principles of Communist Production and Distribution*. 1930. Disponível em: <<https://files.libcom.org/files/GIK-%20Fundamental%20Principles%20of%20Communist%20Production%20and%20Distribution.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- DUNAYEVSKAYA, Raya. A New Revision of Marxian Economics. In: *The American Economic Review*, vol. 34, n. 3, p. 531-537, 1944
- ELSON, Diane. Market Socialism or socialization of the market? In: *New Left Review*, 11/172; 1988
- ELLMAN, Michael. *Planejamento Socialista*. Tradução: Waltensir Dutra. Zahar Editores, Rio de Janeiro: 1980
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.
- Fausto, Ruy. *Marx: Lógica e Política: Investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomo III. Editora 34: São Paulo, 2002.
- HAYEK, F.A. Economics and Knowledge. In: *Economica*, vol. 4, n. 13, p. 33-54, 1937
- HAYEK, F.A. El Uso del Conocimiento en la Sociedad. In: *Estudios Públicos*, n. 12, 1983.
- HAYEK, F.A. *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*. London; New York: Routledge, 1982

- HAYEK, F.A. *O Caminho da Servidão*. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HAYEK, F.A. The meaning of competition. In: HAYEK, F.A. *Individualism and Economic Order*. Chicago: University of Chicago Press, 1948
- HAYEK, F.A. The Theory of Complex Phenomena. In: BUNGE, Mario (org.). *The Critical Approach to Science and Philosophy. Essays in Honor of K. R. Popper*. MacMillan Publishing Co. Inc., 1964.
- KAMINSKA, Izabella. *Digital money, negative rates as Gosplan 2.0*. 2016. Disponível em: <<https://www.ft.com/content/7736bc74-f0ac-3acd-84e0-ecac75c7c51a>>. Acesso em 16/06/2023.
- LANGE, Oskar; TAYLOR, F. *On the Economic Theory of Socialism*. New York: McGraw-Hill, 1956.
- LANGE, Oskar. Marxian Economics in the Soviet Union. In: *The American Economic Review*, Vol. 35, No. 1, p. 127-133, 1945.
- LANGE, Oskar. Computer and the Market. In: FEINSTEIN, C.H. (org.). *Socialism, Capitalism and Economic Growth: Essays presented to Maurice Dobb*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.
- LENIN, Vladimir Ilich. *Acerca do Infantilismo “de esquerda” e do espírito pequeno-burguês*. 5 de maio de 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>. Acesso em: 16/06/2023.
- LINHART, Robert. *Lenin, Os Camponeses, Taylor*. Tradução: Daniel Aarão Reis e Lucia Aarão Reis, Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- MARX, Karl. *Crítica del Programa de Gotha*. Fundacion Federico Engels, Madrid: 2004
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011
- MATTICK, Paul. *Introduction*. 1970. Disponível em: <<https://libcom.org/library/introduction-paul-mattick>>. Acesso em: 16/06/2023
- MAYER-SCHÖNBERGER, V. & RAMGE, T. *Reinventing Capitalism in the Age of Big Data*. New York: Basic Books, 2018.
- MCNALLY, David. *Against the Market: Political Economy, Market Socialism and the Marxist Critique*. London; New York: Verso Books, 1993.
- MEDINA, Eden. *Cybernetic revolutionaries: technology and politics in Allende's Chile*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2011
- MISES, Ludwig von. *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*. Alabama: Ludwig Von Mises Institute, 1990.
- MOROZOV, Evgeny. Digital Socialism: The Calculation Debate in the Age of Big Data. In: *New Left Review*, 116/117, 2019.
- MOROZOV, Evgeny. Socialize the Data Centres! In: *New Left Review*, 91, jan-fev, 2015.
- MOROZOV, Evgeny. *Tech Titans are privatizing our Data*. 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/24/the-new-feudalism-silicon-valley-overlords-advertising-necessary-evil>>. Acesso em: 16/06/2023
- NAYERI, Kamran. Socialism and the Market: Methodological lessons from the Economic Calculation Debate. In: *The Work of Karl Marx and challenges for the XXI Century conference*, Institute of Philosophy, Havana, Cuba, May 5-7, 2003
- NEURATH, Otto. *Through War Economy to Economy in Kind*. In: NEURATH, Otto. *Empiricism and Sociology*. Dordrecht: Reidel, 1973.
- NOVE, Alec. *The economics of feasible socialism*. London: George Allen & Unwin, 1983

- O'NEILL, John. Markets, Socialism and Information: A Reformulation of a Marxian Objection to the Market. In: *Social Philosophy and Policy*, 6 (2), p. 200-210, 1989.
- O'NEILL, John. *The Market: Ethics, Knowledge and Politics*. London and New York: Routledge, 1998.
- PHILLIPS, Leigh; ROZWORSKI, Michal. *People's Republic of Walmart: How the world's biggest corporations are laying the foundations for socialism*. London/New York: Verso Books, 2019.
- PRADO, Eleutério F. Do socialismo centralista ao socialismo democrático. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 39, p. 60-77, outubro, 2014.
- PRADO, Eleutério F. *Hayek: a competição e a rivalidade contra o socialismo*. 2019a. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2019/07/hayek-a-competicao-e-a-rivalidade-contra-o-socialismo.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- PRADO, Eleutério F. *Mises: o socialismo como impossibilidade prática*. 2019b. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2019/07/mises-o-socialismo-como-impossibilidade-pratica.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- PRADO, Eleutério F. *Pós-Grande Indústria e a Renovação do Socialismo*. 2010. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-texto-183.pdf>>. Acesso em: 16/06/2023
- RAO, Eduardo Martins. Transições do Capitalismo ao Socialismo e/ou Pós-Capitalismo no Século XXI: Breve Síntese do Debate. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 60, maio 2021.
- ROGIN, Leo. Marx and Engels on Distribution in a Socialist Society. In: *The American Economic Review*, vol. 35, ed. I. I., p. 37-43, 1945.
- ROEMER, J. *A future for socialism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University, 1994.
- SAROS, Daniel. *Information Technology and Socialist Construction: The End of Capital and the Transition to Socialism*. New York: Routledge, 2014
- WESTERGARD, Bjorn. *Review: People's Republic of WalMart*. Sem ano. Disponível em: <http://socialistplanning.org/posts/review-peoples-republic>. Acesso em: 16/06/2023

RESENHA

POLITICAL ECONOMY OF PALESTINE: CRITICAL, INTERDISCIPLINARY, AND DECOLONIAL PERSPECTIVES

TARTIR, Alaa; DANA, Tariq; and SEIDEL, Timothy (org). Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 362 p, 2021

Recebido em 28/02/2023
Aprovado em 06/07/2023

Lançado em 2021 pela Palgrave Macmillan e editado por Alaa Tartir, Tariq Dana e Timothy Seidel, *Political Economy of Palestine* reflete, inter e transdisciplinarmente, sobre a economia política palestina a partir de perspectivas decoloniais. O livro vem em um período de efervescência em publicações que complexificam a noção de colonização e dominação associada ao conflito palestino-israelense (ZUREIK, 2015; LENTIN, 2017; AL-TAWEEL; SAFFARINI, 2022; GOODFRIEND, 2022; MANN, 2022, para citar alguns). A obra parte do entendimento de que uma abordagem econômica despolitizada é inadequada para compreender a complexa realidade da Palestina ocupada. O objetivo central é repensar as lógicas e estruturas neoliberais predominantes, baseadas na exploração e desapropriação de Israel e dos negócios globais. O volume visa desnaturalizar as práticas do colonialismo capitalista, obtendo uma análise historicizada da economia como parte de processos sociais, espaciais e culturais particulares e complexos.

VITÓRIA PASCHOAL BALDIN

Graduada em História da Arte pela Unifesp e mestranda em comunicação pela ECA-USP

DANIELA OSVALD RAMOS

Doutora em Ciência da Comunicação e professora da ECA-USP

Nesse cenário, o colonialismo e o neoliberalismo ocupam uma posição central na obra. Os editores definem, na introdução, que “o neoliberalismo se refere aqui a uma lógica e uma ordem que promove uma compreensão da liberdade social e política que só pode ser realizada em termos de livre mercado” (TARTIR; DANA; e SEIDEL, 2021, p. 4)¹. Em decorrência desse entendimento, demanda-se observar as fragilidades da perspectiva

¹ Todas as traduções são nossas.

neoliberal para construção e manutenção de instituições na Palestina Ocupada. Apesar disso, o volume não deixa de pontuar os problemas relativos à administração da Autoridade Palestina (AP), ainda que considere que tais instituições estão atreladas aos legados imperiais e da economia política implementada com os Acordos de Oslo, reforçando a lógica do capitalismo racial de base colonialista e neoliberal. As instituições palestinas são parte de sistemas e processos mais amplos de capitalismo e colonialismo “com os quais a elite palestina conspirou, mas que – dadas as configurações de poder na Palestina ocupada – Israel, EUA, Europa, estados árabes regionais e negócios globais também são responsáveis” (SEIDEL; DANA; TARTIR, 2021, p. 5).

A abordagem crítica decolonial postulada explora como a economia política da Palestina é moldada por processos – coloniais e neoliberais – de acumulação por exploração e expropriação. Em diversos capítulos presentes na obra fica evidente a responsabilidade tríplice – de Israel, dos negócios globais e das elites palestinas – pelas fragilidades enfrentadas contemporaneamente. Em especial, os capítulos desprendem profunda atenção aos paradigmas associados ao processo de paz liberal de Oslo, ligados à adoção de uma agenda neoliberal para estruturação da Autoridade Palestina.

O volume está organizado em três partes: *Contextualizing Palestinian Political Economy* [Contextualizando a Economia Política Palestina], *Political Economy of Integration, Fragmentation and Inequality* [Economia Política da Integração, Fragmentação e Desigualdade] e *Political Economy in the Absence of Sovereignty* [Economia Política na Ausência de Soberania]. A primeira parte conta três trabalhos. No capítulo inicial desta seção, Tariq Dana examina a utilização da economia palestina como parte do processo de controle de suas instituições em perspectiva ampla. O autor apresenta um cenário em que Israel utilizou duas estratégias para reforçar e manter o processo colonial: a dominação, centrada na violência física, e na pacificação, associada a processos de violência simbólica.

O segundo capítulo, produzido por Ibrahim Shikaki, parte da teoria da dependência para entender a evolução dos mercados de trabalho e bens palestinos, a contribuição dos setores econômicos para o emprego e a produção, as relações comerciais e as implicações econômicas das políticas implementadas por Israel e pela Autoridade Palestina. O último capítulo desta parte, “Settler Colonialism and Land-Based Struggle in Palestine: Toward a Decolonial Political Economy”, de Timothy Seidel, apresenta como as estruturas e os processos do colonialismo implementados na palestina restringem os meios de subsistência. O autor explora as configurações de poder, luta e resistência observadas nesse panorama, ressaltando uma abordagem decolonial.

A segunda seção é composta por quatro capítulos. O capítulo escrito por Walid Habbas aborda as relações econômicas entre a Cisjordânia e Israel, destacando a complexidade de processos que as envolvem. Em “The Political Economy of the Gaza Strip Under Hamas”, Ahmed Tannira explora como os bloqueios em Gaza são elementos fundamentais para pensar a política econômica local. Apesar disso, o autor enfatiza como a ascensão de um setor privado liderado pelo Hamas a partir de 2006, bem como os desequilíbrios estruturais decorrentes, complexifica essa perspectiva. No sexto capítulo do volume, Hebatalla Taha apresenta como cidadãos palestinos de Israel, também conhecidos como palestinos de 1948, foram amplamente excluídos das análises e dos programas de economia política, em simultâneo, israelenses e palestinos, implicando a necessidade de formas complexas para o enfrentamento dessa precarização. “Toward a Political Economy of Apartheid and Inequality in Israel/Palestine”, escrito por Shir Hever, sugere partir da centralidade de uma análise sobre desigualdade e discriminação para pensar a realidade econômica palestino-israelense. Ao considerar Israel/Palestina como uma única unidade econômica, o autor propõe um quadro metodológico para pensar tal cenário.

A última parte do livro possui seis capítulos, incluindo a conclusão do volume. “Gaza, Palestine, and the Political Economies of Indigenous

(Non)-Futures”, de Catherine Chiniara Charrett, parte da teoria *queer* anti-colonial para refletir sobre como o (não) futuro de Gaza é significativo dos processos de economias políticas de desapropriação indígena e do poder colonial, bem como as ações de resistência decorrentes. O nono capítulo do volume, escrito por Jeremy Wildeman e Alaa Tartir, analisa as doações internacionais para instituições palestinas, examinando diferentes abordagens desses doadores para compreender as dificuldades enfrentadas. Os autores, a partir da categorização dessas ações, argumentam que análises político-econômicas sobre ajuda externa – em especial, no panorama palestino – precisam considerar as estruturas de poder inerentes e as relações de domínio colonial ao longo dos processos de desenvolvimento.

Anas Iqtait ressalta, em “The Palestinian Authority Political Economy: The Architecture of Fiscal Control”, a economia política da Autoridade Palestina a partir da sociologia fiscal. O capítulo demonstra que os Acordos de Oslo favorecem um controle fraco pela AP para elaboração da política fiscal do país. “Political Economy of Intervention and Securitized Ordering in the Occupied Palestinian Territories” apresenta as complexas dinâmicas socioeconômicas e políticas que sustentam os processos de assistência à segurança internacional, observando os enquadramentos do intervencionismo liberal moderno em perspectiva palestina. Stamatopoulou-Robbins discute no décimo segundo capítulo a decisão de conectar taxas de resíduos a medidores de eletricidade pré-pagos instituídos pela Autoridade Palestina. A autora argumenta que esse cenário tornou o município um ator mais extrativo e, simultaneamente, menos íntimo na vida dos residentes. Sara Roy, no capítulo que encerra e conclui o volume, examina as falhas da AP em estruturar melhorias significativas para a população local, explorando possibilidades de uma resolução significativa para o conflito e a construção de uma paz duradoura.

Dessa maneira, a obra é uma relevante contribuição à crescente gama de estudos que se debruçam sobre novos fenômenos sociopolíticos para pensar a complexificação do conflito palestino-israelense. Em especial, o volume

apresenta importantes abordagens sobre o aprofundamento do colonialismo e a ocupação israelense a partir da instrumentalização de processos relativos à economia política. Esse enquadramento explicita como a diplomacia pública de Israel conscientemente obscurece os processos históricos de colonização, dominação e violência. Além disso, o volume apresenta, a partir de perspectivas concretas, as falhas da AP em construir, dentro de suas possibilidades, estruturas da economia política que ofereçam as bases necessárias à evolução na qualidade de vida dos Territórios Palestinos Ocupados. Como Sara Roy enfatiza em seu capítulo final, a produção de conhecimento é uma importante ferramenta de resistência, negando enquadramentos simplistas e, em diversos casos, ancorados em preconceitos de origens múltiplas. O volume oferece ao leitor uma visão robusta sobre as estruturas e processos necessários para compreender as complexidades da economia política palestina, especialmente para avançarmos em uma compreensão mais profunda deste conflito geopolítico de 2023, com o recrudescimento da espiral de violência na Cisjordânia ocupada.

Referências

AL-TAWEEL, Firas; SAFFARINI, Buthaina. *The Privacy and Personal Data File in Palestine: Dual Violations and Absented Law*. The arab center for social media advancement (7AMLEH), report, jun. 2022. Disponível em: <<https://7amleh.org/2022/06/20/privacy-and-personal-data-protection-in-palestine>>. Acesso em: 9/fev/2023.

GOODFRIEND, Sophia. *Supply and Demand: The U.S.' Impact on Israel's Surveillance Sector*. The arab center for social media advancement (7AMLEH), report, jul. de 2022. Disponível em: <[https://7amleh.org/storage/Goodfriend%20amleh%20Surveillance%20Report%2018%20May%202022%20\(1\).docx%20\(1\).pdf](https://7amleh.org/storage/Goodfriend%20amleh%20Surveillance%20Report%2018%20May%202022%20(1).docx%20(1).pdf)>. Acesso em 9/fev/2023.

LENTIN, Ronit. Race and surveillance in the settler colony: the case of Israeli rule over Palestine. *Palgrave Communications*, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2017.

MANN, Daniel. *Occupying Habits: Everyday Media as Warfare in Israel-Palestine*. Londres: Bloomsbury Publishing, 2022.

ZUREIK, Elia. *Israel's colonial project in Palestine: Brutal pursuit*. Londres: Routledge, 2015.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

Os(As) autores(as) se obrigam a verificar a conformidade da submissão a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações. Fica a cargo do comitê editorial a decisão acerca de eventuais exceções a estas regras.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores\(as\)](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas [verificar item 6 das [Diretrizes para Autores\(as\)](#)].

DIRETRIZES PARA AUTORES(AS)

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)) que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos ad-hoc. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir a avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos(as) autores(as); (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (exemplo: “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s, a, as) autor(es, as) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista, incluindo-se o email e o número Orcid dos(as) autores(as) [e tradutores(as), quando couber]. Esta versão não será acessada pelos(as) avaliadores(as).
4. A remessa de originais à revista implica autorização de publicação. Não serão pagos direitos autorais.

5. Para a submissão, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

6. Assegurando a avaliação cega por pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito a fim de evitar que a identidade de autores(as) e revisores(as) seja conhecida. Autores(as), editores(as) e revisores(as) (que carregam documentos como parte de sua revisão) devem verificar se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os(as) autores(as) do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos(as) autores(as) também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior;
- fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento;
- para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4; para resenhas, o limite é de 4 laudas, sendo publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos. Fica a cargo do comitê editorial a decisão

acerca de eventuais exceções a estas regras.;

– numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto.

Normas para citação no interior do artigo:

1) Utilizar sempre a notação americana, ou seja, logo após observação acerca do(a) autor(a) ou a citação direta ou indireta de uma de suas obras, colocar entre parênteses sobrenome do(a) autor(a), ano de publicação da obra e página onde se encontra a citação. A depender da redação, o nome do(a) autor(a) pode ficar fora dos parênteses. Em caso de autor(a) estrangeiro(a) e tradução própria, escrever “tradução nossa” fechando o parêntese.

Exemplos

a) Ideias mobilizadoras, capazes de conciliar esse conflito, poderiam desempenhar a função ideológica. (LUKÁCS, 2013, p. 474-479)

b) Segundo Ceceña (2009, p. 43), com *Dialética da Dependência*, Marini dá um salto epistemológico.

c) Como disse o mesmo autor anos depois, “diante do capital, todos os seres humanos são iguais: uma modista e um ferreiro”. (MARX, 2013, p. 327)

2) Não utilizar notas de pé de página para informações relacionadas a referências bibliográficas, salvo se tratar de sugestões de leitura e/ou de autores/obras não citados no corpo principal do texto, como nos exemplos abaixo:

Exemplos de notas de pé de página com referências:

Sobre o tema ver também Wallerstein (2003) e Chesnais (2003).

Em outras obras, o autor também trata do tema. Conferir Furtado (1961 e 1967).

Normas para referências ao final dos artigos

Norma geral: nos destaques de livros, revistas etc., utilizar sempre itálico, nunca negrito. Nunca usar ponto final.

Livros

Autor. Título em itálico. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014

Livros com subtítulo

Autor. Título em itálico e subtítulo sem itálico precedido de dois pontos. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro 1930-1964: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004

Livros traduzidos (com nome do(a) tradutor(a), inclusive quando se trata de tradução para outra língua, como do alemão para inglês, francês, espanhol etc.)

Autor. Título em itálico. Tradutor. Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018

Capítulo de livro

Autor do capítulo. Título do capítulo. In: organizador do livro. Título do livro, em itálico. Tradutor (quando for o caso). Edição. Cidade da editora: nome da editora, ano de publicação

Exemplo:

PLIHON, D. As grandes empresas fragilizadas pela finança. In: CHESNAIS, François (org). *A finança mundializada*. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005

Artigo em periódico

Autor do artigo. Título do artigo. Nome do periódico (em itálico), volume (quando houver), número, páginas do artigo, mês e ano de publicação

Exemplo:

CARCANHOLO, Marcelo. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 1, p. 247-272, maio/ago 2008

Artigos em anais

Autor do artigo. Título do artigo. In: Nome do evento que gerou os anais. Cidade onde ocorreu o evento. Editora (se houver), páginas do artigo, ano de publicação

Exemplo:

DUFOURT, D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation éstatique. In: Colloque État et Régulations, Lyon, 1980. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, p. 49-72, 1980

Teses, dissertações e monografias

Autor. Título em itálico. Tipo de trabalho (tese, dissertação ou monografia e área de conhecimento). Instituição onde foi defendida, cidade, ano.

Exemplo:

TEIXEIRA, Rodrigo A. *Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial*. Tese de doutorado em economia. IPE-USP, São Paulo, 2007

Outros documentos

Instituição ou órgão veiculador. Título em itálico. Cidade da publicação: instituição ou órgão veiculador, ano.

Exemplo:

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil - 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995

Materiais de blogs ou sites

1) Com autoria:

Autor. Título (em itálico). Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo

PRADO, Eleutério. *Crise e corrupção na economia vulgar*. 2023. Disponível em: <<https://eleuterioprado.blog/>>. [Acesso em: 25/11/2023]

2) Com entidade:

Instituição ou órgão veiculador. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo

IPHAN. *Cais do Valongo (RJ)*. 2022. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/818/>>. [Acesso em: 25/10/2022]

3) Com dados:

Instituição responsável. Caminho de Acesso. Ano. Site/blog (entre os sinais < >, precedido dos termos *Disponível em:*). Data de acesso entre colchetes.

Exemplo

BACEN. Tabelas especiais>Setor externo>Balanço de Pagamentos>Séries históricas BPM6. 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/BalPagAbpm6.xls>. [Acesso em: 21/09/2020]

Referências sobre mesmo autor

Repetir o nome do autor em todas as referências.

Exemplo:

POSTONE, Moishe. Labour and the Logic of Abstraction: An Interview. *South Atlantic Quarterly*, Spring 2009

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Tradução: Amilton Reis, Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados serão usados exclusivamente por esta publicação, não sendo disponibilizados a terceiros ou a outras finalidades.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter, entre outros, desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro desta orientação editorial e respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de julgar com isenção os trabalhos submetidos.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.

